

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS-NAEA
CURSO INTERNACIONAL DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO-PLADES

MARLY GONÇALVES DA SILVA

**OS TRABALHADORES DE VÁRZEA NO SERVIÇO DA MADEIRA:
CONTRADIÇÕES SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO E CRISE
DO EXTRATIVISMO NO VALE AMAZÔNICO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso
Internacional de Mestrado em Planejamento do
Desenvolvimento,
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade
Federal do Pará.
Orientadora: Prof^ª Dr^a Edna M. R. de Castro.

BELÉM

1987

Marly Gonçalves da Silva

Os trabalhadores de várzea no serviço da madeira: contradições sociais no desenvolvimento e crise do extrativismo no vale amazônico.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, pela comissão formada pelas professoras:

Orientadora: Prof^a Dr^a Edna Maria Ramos de Castro–UFPA

Prof^a Dr^a Alice Rangel de Paiva Abreu–UFRJ
Examinadora externa

Prof^a Dr^a Rosa Elizabeth Acevedo Marin–UFPA
Co-orientadora

Belém , 17 de setembro de 1987

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	04
LISTAS DE TABELAS E MAPAS.....	05
RESUMO.....	06
1. INTRODUÇÃO.....	08
2. "AS GENTES E AS MATTAS" NA OCUPAÇÃO BRANCA DO TERRITÓRIO TRIBAL	12
3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INDÚSTRIA MADEIREIRA: A DE- MANDA REGIONAL	22
4. DAS FIRMAS COMERCIAIS À EMPRESA CAPITALISTA: A PRESENÇA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA MADEIREIRA. 30	
4.1. A perspectiva de ocupação econômica do Vale Amazônico na política de ajuda internacional: os acordos de cooperação mútua.....	36
5. A DEMANDA EXTERNA DE MADEIRAS TROPICAIS NO AVANÇO DAS FRENTES EXTRATIVAS	42
6. AS MADEIRAS DA AMAZÔNIA NO MERCADO MUNDIAL.....	55
6.1 A <i>débâcle</i> na produção do mogno	75
6.2 O comércio de dormentes	78
7. A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES MADEIREIRAS NO PARÁ.....	85
8. OS TRABALHADORES DE VÁRZEA NO SERVIÇO DA MADEIRA.....	90
8.1. O processo de trabalho	90
8.2. Ritmos e habilidades na produção artesanal	95
8.3. Convidados e Diaristas	102
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
10. ANEXOS (mapas, tabelas e quadro)	108

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a colaboração das seguintes instituições e pessoas, às quais manifesto meus agradecimentos:

- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS, pelo auxílio financeiro concedido através do Concurso Anual de Dotações para a Pesquisa, realizado em maio de 1985, e sem o qual não teria sido possível a realização da pesquisa no Município de Breves. Igualmente, esse recurso viabilizou a documentação fotográfica do trabalho de campo que teve como resultado o audiovisual *Homens na Mata: habilidades de um ofício*;
- Fundação de Bem Estar Social do Pará-FBESP, na pessoa de seu Presidente, Dr. Mário da Costa Barbosa, pela concessão de licença com vencimentos, por 12 meses;
- Setor de Pesquisa do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-SEPEQ, na pessoa da Supervisora Albertina de Oliveira que, atendendo nossa solicitação, colocou à disposição da pesquisa o estagiário Carlos Alexandre Bordalo, estudante do curso de geografia, que deu inestimável ajuda no levantamento de dados secundários e no tratamento de dados estatísticos;
- Edna Ramos de Castro, orientadora do projeto e dissertação, pelo apoio e auxílio prestados durante a execução deste trabalho. Agradeço-lhe, além do estímulo intelectual, a confiança que nos depositou e a atitude democrática e atenta com que conduziu a discussão de questões polêmicas, e o encaminhamento prático do trabalho;
- Rosa Acevedo Marin, leitora atenta e rigorosa da primeira versão da monografia, cujas sugestões valiosas em parte foram incorporadas ao texto final;
- Jean Hebette e Samuel Sá, examinadores do projeto de pesquisa;
- Patrick Pardini, responsável pela documentação fotográfica e colaborador na montagem do audiovisual e na coleta de dados durante a segunda etapa da pesquisa de campo;
- Sílvia de Nazaré Gonçalves da Silva, pelo paciente trabalho de transcrição de fitas, revelando sua sensibilidade para captar a linguagem não muito fácil do caboclo;
- Júlia Maués, pela cuidadosa revisão da versão final, tornando o texto bem mais claro, além da montagem final da referência bibliográfica. Finalmente a Lílían Bitar, pela normalização bibliográfica e a Yolanda e Ângela Rosa pela datilografia.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Comércio Exterior do Brasil. Composição da Exportação em 1928, 38 e 46.

TABELA 2 - Amazônia. Produção de Madeira por Espécie e Grau de Beneficiamento em 1947, 48 e 50.

TABELA 3 - Comércio Inter-regional de Madeiras : Acre e Amazonas, 1942-46.

TABELA 4 - Exportação de Mogno na Amazônia, 1947-60.

TABELA 5 - Amazônia - Exportação de Madeira de Lei no Pará, Amazonas e Amapá em 1947, 48, 50, 56, 57 e 59.

TABELA 6 - Amazônia - Produção de Madeira por Grau de Beneficiamento em 1947, 48 e 50.

TABELA 7 - Amazônia - Exportação de Madeira para o Exterior por Produto, segundo os Portos de Belém, Manaus e Macapá, nos anos de 1956, 58 e 59.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Áreas submetidas a inventário florestal na Amazônia-FAO/SPEVEA, 1954 a 1957.

MAPA 2 - Estado do Amazonas.

MAPA 3 - Localização da área de estudo.

MAPA 4 - Ilha de Marajó. Áreas de campo e floresta.

MAPA 5 - Ilha de Marajó. Municípios.

RESUMO

Título: Os trabalhadores de várzea no serviço da madeira: contradições sociais no desenvolvimento e crise do extrativismo no vale amazônico.

Monografia que procura resgatar a história da economia madeireira na Amazônia, evidenciando-se as seguintes questões: o desenvolvimento da indústria a partir da constituição de um mercado local e externo; a presença do capital estrangeiro no setor; o papel da demanda externa de madeiras tropicais no avanço das frentes extrativas e as características que assume o trabalho dessas frentes nas florestas de várzea; procura-se demonstrar que esse desenvolvimento está longe de ser linear, ele move-se condicionado por determinadas conjunturas que contrariam tendências apontadas para outros setores. O fato da madeira ser um produto de amplo consumo local - ao contrário de outras matérias-primas que tiveram grande importância na economia regional, a exemplo da borracha - lhe confere uma particularidade que se procurou ressaltar; por outro lado, e ainda diferenciando-se de outras práticas extrativas, a enorme variedade de espécies florestais de potencial madeireiro não significa necessariamente uma exploração equilibrada; pelo contrário, constata-se a concentração da exploração em poucas espécies, o que provoca seu esgotamento em certas áreas e, por conseguinte, a pressão sobre terras indígenas, invasões, conflitos e tensões.

Chama-se atenção particularmente para o lugar que a produção madeireira ocupa na economia regional após a crise da borracha, reafirmando-se a tese de que o capital acumulado na economia do seringueiro foi redirecionado para outros produtos do extrativismo. Neste sentido, realizou-se um amplo levantamento de dados estatísticos da produção e comercialização de madeiras no período que vai do início do século aos anos 1960. Isto possibilitou a revitalização da produção mercantil, marcada por conflitos que evidenciam não ter cessado a sede de lucro dos grupos dominantes na época. A pesquisa revela que a exploração comercial do *mogno*, hoje uma das espécies mais valorizadas no mercado, vai se iniciar no pós-guerra, no Amazonas, muito antes portanto de sua exploração no Pará. É a partir da exploração do mogno que grupos locais se fortalecem, partindo para empreendimentos de maior porte, posteriormente amparados por grandes conglomerados e pelo estado modernizador. Por outro lado, começa a migração de empresas estrangeiras para este ramo, o que foi determinado por fatores de ordem interna como externa, a exemplo dos *inventários florestais da FAO/SPEVEA* durante a década de 50 e divulgados fora do país. Visava-se com isso atrair grandes empresas para a exploração das florestas do vale amazônico, o que de fato irá ocorrer nas décadas seguintes. Por outro lado, esse fator de atração coincidiu com a expansão da indústria de painéis no pós-guerra, a qual representava, do ponto de vista tecnológico, um avanço sem precedentes no ramo, uma vez que permitia ampliar a substituição da madeira maciça/serrada por laminados/compensados. São grupos empresariais ligados ao mercado americano e europeu que passam a atuar na região, iniciando a exploração comercial de madeiras leves ou brancas a exemplo da ucuúba (*virola surinamensis*). Essa espécie, a partir de então passa a ser explorada em larga escala em detrimento do aproveitamento das suas sementes, antes comercializadas pelas indústrias produtoras de sabão.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Breves (região ocidental da ilha do Marajó) durante dois meses: nov. 85 e mai/jun. 86. O objetivo principal foi investigar a organização do processo de trabalho extrativo. Constata-se a presença da grande empresa capitalista reproduzindo em larga escala uma economia extrativista predatória, assentada em relações de produção atrasadas na região das ilhas.

RESUMÉ

Titre : "Les travailleurs des terres basses occupés à l'abattage du bois: contradictions sociales du développement et crise du secteur extractif dans le bassin amazonien."

L'auteur de cette monographie a cherché à aborder l'histoire de l'économie du bois en Amazonie en prenant pour point de départ le développement de cette industrie à partir de la formation d'un marché local et externe, y compris la présence du capital étranger, le rôle de la demande externe de bois tropicaux dans la progression du front extractif et le type de travail qui s'accomplit dans les forêts inondées des basses terres. Il s'est avéré que ce développement, loin d'être linéaire, obéit à des facteurs conjoncturels selon un modèle qui n'est pas classique. Le fait pour le bois d'être un produit largement consommé sur place, contrairement à d'autres matières premières qui furent importantes pour l'économie régionale, comme le caoutchouc, lui confère une particularité que nous avons cherché à mettre en évidence.

En outre, et en cela le bois montre une fois de plus sa singularité parmi les autres produits extractifs d'origine végétale, l'énorme variété d'espèces forestières qui sont capables de fournir du bois n'implique pas forcément une exploitation équilibrée. Au contraire, il est facile de constater que l'exploitation du bois se réduit à quelques espèces, ce qui provoque leur quasi disparition dans certaines zones et par conséquent des conflits innombrables, l'invasion de *terres protégées* comme les réserves d'indiens, etc.

La production de bois commence à occuper une place de choix dans l'économie régionale juste après le boom du caoutchouc, ce qui confirme la thèse selon laquelle le capital accumulé par l'économie de l'hévéa s'est dirigé alors vers d'autres activités extractives. Dans ce sens, il a été fait un important relevé de données statistiques ayant trait à la production et au commerce du bois, pour une période qui va du début du siècle aux années 1960. L'étude nous révèle ainsi que les débuts de l'exploitation commerciale de l'acajou, aujourd'hui un bois de grande valeur, ont lieu après la Guerre dans l'Etat de l'Amazonas, bien avant le Pará; et c'est justement à partir de l'exploitation de l'acajou que des groupes locaux voient croître leur pouvoir et commencent à se lancer dans des entreprises plus ambitieuses, pour lesquelles ils compteront bien vite avec l'appui de grands trusts et de l'Etat modernisant. Au même moment, une série de firmes étrangères décide de s'établir dans le secteur du bois, motivées en bonne partie par la publication -effectuée dans ce but- d'inventaires forestiers réalisés pendant les années 1950 par la FAO-Food and Agriculture Organization et SPEVEA-Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. D'autre part, ce phénomène coïncide avec l'expansion de l'industrie de panneaux (contreplaqué) après la Guerre, un progrès sans précédent du point de vue technologique puisque cela permettait la substitution du bois massif. Il s'agit de groupes d'entreprises liés aux marchés américain et européen qui s'établissent dans la région pour commencer l'exploitation commerciale de bois légers ou bois blancs, comme la *Virola Surinamensis* (ou ucuúba). Cette espèce va connaître alors une exploitation sur grande échelle, au détriment de l'utilisation de ses graines pour l'industrie du savon.

La recherche a été faite dans la commune de Breves (partie occidentale de l'île de Marajó) sur une période de deux mois (novembre 1985 et mai-juin 1986), dans le but principal d'enquêter sur les rapports de production et la subordination du travail au capital. Cette monographie présente un résultat partiel de ces travaux et aborde strictement l'organisation du travail pour l'exploitation de la *Virola Surinamensis*; on y analyse le processus d'extraction non-mécanisée de bois dans une forêt inondée des basses terres, le rythme de travail et l'habileté des travailleurs, ainsi que les pratiques d'entraide appelées "systèmes d'invités" et "journaliers". Enfin, il nous paraît nécessaire que les études sur ce sujet se poursuivent, vu l'importance de cette activité pour l'économie régionale.

1. INTRODUÇÃO

A economia madeireira na Amazônia de hoje não mais se resume a uma atividade comercial isolada ou de Beneficiamento Artesanal, mas se constituiu um ramo da produção capitalista já bastante desenvolvido que se expande de forma adequada e particularmente complexa na região. Um ramo que articula as relações entre o campo e a cidade de forma tensa em certas áreas, aprofundando a divisão do trabalho entre esses dois pólos, mobiliza uma série de outros segmentos da economia e naturalmente outras categorias de trabalhadores (escritórios de representação, bancos, portos de embarque, assistência técnica, cartórios, etc...). Ocupa, ou melhor preenche em grande parte as atividades de certas instituições estatais que lhe dão respaldo financeiro e ideológico, apoia-se de forma cada vez mais crescente em campanhas publicitárias, organiza sindicatos patronais, divide-os em facções, organiza **lobby** junto à classe política para fazer frente a certas medidas restritivas do Estado e tem poder de pressão sobre este, na medida em que constitui uma das mais representativas fontes de impostos para os cofres públicos. E, fundamentalmente, atua de forma ostensiva sobre os territórios tribais, ao mesmo tempo em que recobre de aparente harmonia sua ação dissolvente junto aos pequenos produtores das áreas ribeirinhas de ocupação da Amazônia.

Nesse particular, chama atenção a atuação dos antigos comerciantes, que são hoje os mais eficientes funcionários do grande capital no Vale Amazônico. Este remodela a ação do seu próprio agente no processo de circulação ou troca, enquanto toma para si o controle das fontes supridoras de matéria-prima. Neste sentido, os poucos estudos que se ocuparam da análise da estrutura fundiária na Amazônia confirmam essa tendência, ao demonstrar que o processo de concentração da terra nas mãos de poucos proprietários acompanha o movimento cíclico da economia mercantil, cuja determinação histórica se situa no âmago do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Contudo, essa concentração tem dois momentos bem definidos ao longo da história da ocupação econômica da região. O primeiro, de mais longa existência, reside na apropriação privada da

terra pela elite local, no seio do qual se alojam os interesses dominantes. Assim, esta elite manipula e cria situações que permitem o exercício do poder e a concentração da propriedade da terra, fundamentalmente com mecanismos de controle da força de trabalho para garantir a produção mercantil. Aqui, o capital comercial tem ampla margem de atuação e domínio.

O segundo momento, mais recente, tem seu fundamento na lógica que orienta a expansão do capital monopolista, expressa na disputa pela apropriação das fontes produtoras de matérias-primas e na mercantilização da terra, transformada em objeto de especulação.

O desenvolvimento da economia madeireira oscila entre esses dois momentos, sendo cada vez mais acentuado o controle capitalista dos recursos madeireiros, embora muitas vezes esse controle esteja encoberto por um manto que mascara esse movimento de apropriação.

A disputa pela apropriação privada da terra, se por um lado revela interesses antagônicos de diferentes facções do capital, por outro lado traz à tona o caráter altamente predatório que caracteriza o extrativismo da madeira. Isto se deve não ao extrativismo em si, mas à sede de lucro que transforma a floresta em fonte exclusiva de fornecimento de matéria-prima para uma indústria que consome em larga escala as plantas nativas, inclusive aquelas que sustentaram ou ainda sustentam outras formas de economia extrativa, como é o caso da coleta de frutos, sementes, amêndoas, resinas, etc... A andiroba (amêndoa), a ucuúba (semente) e a castanha do Pará (fruto) são exemplos representativos da forma como a indústria madeireira nega a reprodução de outras práticas extrativas na medida em que reduz o aproveitamento das plantas nativas ao uso exclusivo de suas madeiras. Finalmente cabe salientar que, por trás dessa voracidade presente nas relações dos homens com a natureza, quem atua não é a empresa "tradicional", e sim grandes conglomerados que fizeram tradição neste e outros ramos de produção, associados ou não a grupos locais.

Neste trabalho, procura-se resgatar o processo histórico no qual se situa essa produção, mostrando que seu desenvolvimento está longe de ser linear. Ele se move condicionado por conjunturas

determinadas que contrariam tendências comumente apontadas para outras regiões ou ramos de produção. O fato da madeira ser um produto de amplo consumo local, ao contrário de outras matérias-primas, como a borracha, lhe confere uma particularidade que se procurou ressaltar neste trabalho. Por outro lado, e ainda diferenciando-a de outras práticas extrativas, a enorme variedade de espécies florestais aplicadas ao uso industrial não significa necessariamente sua exploração equilibrada. Constata-se a acentuada concentração na exploração, as vezes de uma única espécie resultando daí esgotamento da mesma em certas área, pressão sobre as terras indígenas, tensões e conflitos gerados pelos interesses em jogo que se escondem por trás dessa alta "seletividade".

Demonstra-se o lugar que sua produção ocupa após a crise da borracha apoiando-se nos resultados de pesquisas realizadas por Velho (1972) e Emmi (1985), os quais demonstram que o capital acumulado na economia do seringal foi redirecionado para outras práticas extrativas. Isso possibilitou a revitalização da produção mercantil marcada por conflitos que evidenciam não ter cessado a sede de lucro dos grupos dominantes na época. Isso coloca em pauta a dificuldade que o capital impôs para as populações camponesas (e mesmo tribais) se reorganizarem, em certas área, após a crise do **boom**. Para tal foi realizado um amplo levantamento de dados estatísticos de produção e documentos históricos, no período que vai do início do século aos anos 50. Deste modo foi possível se identificar a produção por mercados, produtos, áreas de exploração e espécies de madeiras mais procuradas. Especial atenção se deu ao período da II Guerra, quando a produção gomífera foi reativada e os EUA tiveram ampla margem de atuação no comércio de outros produtos da Amazônia. É nesse período que o mogno aparece como uma das madeiras mais valorizadas e se dá início a sua exploração comercial no Estado do Amazonas (muito antes portanto da sua exploração no Pará). Essa produção, contudo, estava longe de vir a representar o desenvolvimento de grandes empreendimentos neste setor, a exemplo do que já tinham sido idealizados por naturalistas como Wallace, Bates, que desde o século passado apontavam para as potencialidades da região para esse tipo de indústria. É a partir da exploração do mogno que grupos locais se fortalecem

partindo para empreendimentos de maior porte e posteriormente "amparados" por grandes conglomerados e pelo Estado modernizador. Por outro lado, começa a migração de empresas estrangeiras para este ramo, o que foi determinado tanto por fatores de ordem interna como externa. Destaca-se em particular, a abertura do país ao capital estrangeiro, na segunda metade da década de 50, o que desencadeia uma especulação de terras sem precedentes até então. Associado a este processo está o caráter propagandista dos primeiros inventários florestais realizados pela FAO/SPEVEA durante a década de 50 e posteriormente divulgados fora do país. Visava-se com isso atrair grandes empresas para a exploração das florestas do Vale Amazônico, o que de fato se concretizou. Por outro lado, esse fator de atração coincidiu com a expansão de indústria de painéis no pós-guerra, a qual representava do ponto de vista tecnológico um avanço sem precedentes no ramo, uma vez que permitia ampliar a substituição de madeira maciça (serrada) por laminados, compensados e aglomerados. Em síntese, representava a indústria de painéis a possibilidade de uma produção em série e portanto mais barata de móveis, e outros produtos através do aproveitamento de madeira sem tradição de uso na região. São grupos ligados ao mercado americano e europeu que passam a atuar na região, iniciando a exploração comercial de madeiras leves ou brancas, como é o caso da Ucuuba ou *Virola Surinamensis*, que a partir de então passou a ser explorada em grande escala, em detrimento do aproveitamento de suas sementes antes comercializadas sobretudo para a produção do sabão.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Breves (região ocidental da Ilha do Marajó) durante dois meses (nov./85) e maio/junho de 86. O objetivo principal que a norteou foi investigar as bases reais em que se movem as relações de produção envolvendo extratores, comerciantes e a grande empresa. Nesta monografia apresenta-se apenas o resultado parcial desse trabalho de campo no que diz respeito a organização do trabalho na produção da *Virola Surinamensis*. O que se analisa nessa parte do trabalho não é o quanto se produz mas o conteúdo e o significado social dessa produção.

2. "AS GENTES E AS MATTAS" NA OCUPAÇÃO BRANCA DO TERRITÓRIO TRIBAL

A variedade, a qualidade e a utilidade das espécies produtoras de madeiras encontradas na Amazônia, seja nas florestas de várzea ou de terra-firme, têm sido estudadas e reveladas ao nosso tempo, por botânicos e outros especialistas, paralelamente ao curso de um longo processo em que as terras foram parceladas e transformadas em reservas privadas, porque nelas passou a se ver nada mais que um repositório de valiosas mercadorias.

Até a ocupação européia da região, o conhecimento dessas riquezas e o uso que delas se fazia eram de domínio exclusivo da cultura material dos povos indígenas, seu patrimônio cultural - preservado pelo extraordinário saber que os povos indígenas lograram alcançar no manejo dos recursos naturais ao longo de um processo multimilenar de adaptação aos diferentes ecossistemas amazônicos.

As várzeas do rio Amazonas e seus principais afluentes foram as terras preferidas pelos povos primitivos que ocuparam a região. Isso porque o rio era o meio natural de deslocamento da população que dava acesso fácil a produtos da flora e da fauna terrestre e aquática, além de ser o promotor -com seu regime anual de enchente e vazante- do processo natural de fertilização dos solos inundáveis, que favoreciam o alcance de maior produtividade na agricultura.

A região do grande vale reunia assim as condições ecológicas necessárias à economia de subsistência e de trocas intertribais na base da qual se realizava a reprodução material dos povos indígenas; contudo, a pressão sobre suas terras, advinda com a colonização, forçou o deslocamento contínuo dessas populações para o interior da mata, para as cabeceiras dos rios, que historicamente se constituíram refúgios para suas populações ante a ameaça de escravização e extermínio. Visto dessa ótica, o colonizador desalojou as populações indígenas e ocupou um lugar privilegiado do ponto de vista econômico, político e militar.

Ao descrever as práticas de subsistência dos índios Omágua, que habitavam a várzea do rio Japurá até a metade da área situada entre o Coari e o Purus no médio-Amazonas (habitavam no sentido de que os povos indígenas que desenvolveram sua cultura na várzea foram os primeiros levados ao total extermínio pela ocupação européia do território), Betty Meggers nos revela a múltipla utilidade desse recurso florestal, como instrumento e objeto de trabalho, tanto para a confecção de artefatos como para construção de habitações. As casas dos Omágua "eram grandes e retangulares, com paredes de tábuas de cedro e teto de palha".¹ Objetos tais como mesas, tamboretas, remos e canoas, "eram esculpidos com esses instrumentos (machados e enxós feitos de casco de tartaruga), e ainda com formões, goivas cinzéis feitos

¹ MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977, p. 157.

de dentes de animais e inseridos em cabos de madeiras".² Inúmeras outras fontes³ indicam a múltipla utilização do cedro, sua facilidade de acesso e de beneficiamento, pois conforme acrescenta Meggers, "os troncos de cedro, trazidos dos Andes pela cheia do rio, eram usados como madeira de construção e para fazer canoas".⁴ A propósito dessa forma de coleta, Bates em suas observações feitas em 1848, na Bacia do rio Guamá, refere-se a ocorrência de toras de cedro que chegavam a uma serraria localizada no Maguari, não provenientes de uma economia extrativa.⁵ Tratava-se de árvores que desciam o rio trazidas pela correnteza resultando da queda provocada por fenômenos naturais como tempestades e/ou erosão das terras marginais aos cursos d'água. Estas árvores procediam do rio Tocantins, onde segundo notícias que corriam na época havia cedro em abundância.

A ocupação econômica da região a partir do século XVI, personificada na presença dos exploradores europeus que tomaram de assalto o território amazônico densamente povoado em terras de várzeas e adjacentes pelos povos indígenas⁶, se encarregou de dar novo destino às madeiras e outros produtos silvestres, transformando-os em mercadorias, que se somavam a outras exploradas nos demais continentes e que constituíam os meios de acumulação de riquezas nos mercados europeus, na época que Marx define como a "pré-história do capital".

"as descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas (...), o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcaram os albores da era de produção capitalista."⁷

A exploração de madeiras da floresta amazônica se inscreve no processo de acumulação primitiva do capital, que se alastrou pelo mundo apropriando-se do espaço conquistado por métodos violentos e de pilhagem. O meio de exploração e extermínio das populações nativas.

² Ibid. p. 160.

³ BATES, H. W. Um naturalista do Rio Amazonas. Belo Horizonte, USP. Livraria Itatiaia Editora Ltda. 1979. WALLACE, A. R. - Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte, USP/Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1979 (Coleção Reconquista do Brasil, 50).

⁴ MEGGERS, Op. cit., p. 160.

⁵ BATES, H.W. op.cit., p. 42.

⁶ Segundo Meggers, nos escritos de Carvajal há inúmeras referências que evidenciam a densidade populacional dos índios Tapajós que habitavam a várzea da foz do rio do mesmo nome, quando o Amazonas foi conquistado. Algumas passagens da citação valem a pena serem reproduzidas: "eram tão numerosos os povoados que surgiam e que iam divisando nas ditas ilhas, que ficamos preocupados" (Carvajal, 1934, p. 218); (...) "por serem (tão) numerosas (as aldeias) não podiam ser contadas (...); uma aldeia não ficava a mais de meia-légua da outra, e menos ainda do que isto ao longo de toda aquela margem direita do rio (...) e posso acrescentar que para o interior, a uma distância de duas léguas do rio, mais ou menos, podiam ver algumas grandes cidades (...)". E ainda apoiada nos relatos de Heriarte, em 1692, a autora destaca: "uma aldeia Tapajós típica possuía entre vinte e trinta casas e (...) a capital localizada na foz do Tapajós era (a maior e mais populosa cidade conhecida no distrito) capaz de fornecer 60.000 guerreiros". Op. cit., p. 165-166.

⁷ MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. 5 ed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980. Livro 1, 2, p. 868.

O que parece mais relevante, contudo, é que a forma como os produtos naturais da região foram apropriados e o espaço ocupado e transformado, teve como sustentáculo a exploração da força de trabalho indígena, o seu saber e a sua tecnologia. O que evidentemente se aplica a toda a produção material da época.

Segundo Meggers, o fato de que nenhuma das culturas indígenas da várzea tenha sobrevivido dificulta sobremaneira o estudo das mesmas, o que se estende também às relações dos povos indígenas adaptados a esse meio ambiente com o processo original de ocupação econômica da região e as mudanças sociais e culturais decorrentes dessas relações. Do ponto de vista econômico, por exemplo, pouco se sabe a respeito da forma como era organizada a exploração dos produtos silvestres, antes e após os contatos com o colonizador. Não se faz a referência, no caso daqueles produtos que têm uma grande variedade de espécies como as madeiras, ao nome indígena que lhes era atribuído, embora estas apareçam com frequência na relação dos produtos comercializados. Com exceção do cedro, que tinha seu uso difundido entre alguns grupos indígenas e que segundo Meggers, conforme observação anterior, não era extraído e sim coletado no rio, as referências são muito genéricas, do tipo "exploravam as madeiras exóticas". Isso dificulta o conhecimento do modo de apropriação desse recurso das espécies mais procuradas e mais abundantes ou não, dos usos aos quais se destinavam, etc. Como eram (e são) de uma variedade enorme e possuem diferentes graus de durabilidade, densidade e cor, aspectos que influenciam sua utilidade, não se conhece previamente as espécies que foram comercializadas ao lado das "drogas do sertão".

Mesmo assim, os registros mais freqüentes acerca das relações de troca entre índios e brancos a essa época nos remetem a indagações que polemizam as inferências a que se tem chegado sobre tais relações no período da conquista. A idéia que prevalece na literatura sobre a forma dominante dessa relação e que a teria diferenciado do período subsequente (colonial), é que as relações originalmente estabelecidas teriam sido "amistosas e pacíficas". Em outras palavras, a produção de caráter mercantil teria sido marcada por conflitos entre índios e brancos apenas a partir do "processo aculturativo", fase esta em que se impôs ao índio o trabalho compulsório, que fora precedido e alimentado pelas "incursões de escravos", "descimentos", "guerras justas", "aldeamentos", etc.

A condição indígena nesses dois momentos chama atenção para algo que parece relevante, do ponto de vista das diferentes nuances que podem ser descobertas na atuação do capital comercial na chamada "conquista". Nuanças estas que nos interessam mais de perto no aspecto relativo às estratégias

utilizadas pelo capital no sentido de se apropriar das riquezas que buscavam num meio ambiente que era totalmente estranho a seus homens.

Do que pudemos aprender, o período inicial do contato é marcado por relações "amistosas, pacíficas" conhecidas como "relações de escambo". Já o período subsequente teria sido marcado pela consolidação do domínio e colonização portuguesa, a partir do qual se estabelece a exploração comercial regular. A propósito da demarcação desses dois momentos é ilustrativo o texto abaixo, relativo aos povos indígenas que teriam habitado a área litorânea do Amapá e norte do Pará (porta de entrada dos colonizadores):

"Nas primeiras décadas de conquista, as relações entre os índios e europeus foram pacíficas, baseadas em contatos intermitentes com irlandeses, holandeses e franceses que aportavam na área em busca de urucu, goma, madeiras e peixe-boi. Uma mudança radical operou-se no relacionamento entre índios e europeus quando estes implantaram feitorias e colônias, utilizando os índios nas plantações. Eles resistiram a diversas tentativas, como a criação, em 1639, da Capitania do Cabo do Norte".⁸

A questão aí sugerida é a seguinte: qual a dimensão que as chamadas "relações amistosas" tiveram do ponto de vista econômico? Se elas resultaram em lucros para os comerciantes, porque se teria alterado a base das relações de trabalho, já que em pouco tempo essa modificação representou em enormes perdas de força de trabalho, tanto pela luta armada contra a resistência indígena ao trabalho escravo, como também pela mortalidade decorrente das epidemias? Teriam os interesses políticos de Portugal atropelado a finalidade econômica que, no dizer de Meggers, acabou deixando "poucos nativos para serem explorados?"

Se uma das características fundamentais do capital comercial é mover-se entre dois extremos do circuito M-D-M, mantendo-se intactas as relações de produção, teriam sido razões de ordem política e não econômica, que forçaram os colonizadores a impor uma nova forma de organização social ao gentio? Ou, em última instância, pretendia-se "adaptá-los" a formas de assentamento permanentes para garantir a prática das culturas agrícolas e assim ampliar o leque de mercadorias a serem comercializadas, ou ainda, produzir aquelas que teriam maior valor no mercado? Ou enfim, pretendia-se conciliar interesses de ordem política (domínio e defesa do território) e de ordem econômica?

Em relação ao "primeiro momento", ou seja, o período em que acontece a "relação conflituosa", a idéia corrente na literatura sugere que as relações de contato e de troca entre as duas partes foram "pacíficas". É preciso entretanto atentar para o significado dessas relações. Se as relações foram "pacíficas" no sentido de não terem sido marcadas por conflitos visíveis, diretos e armados, isso não significa dizer de modo algum que tal relação tenha se dado sem perdas e conseqüências sociais. Uma

⁸ RICARDO, Carlos Alberto.coord. Povos indígenas no Brasil. São Paulo, CEDI, 1983. V. 3, p. 6.

mudança fundamental ocorre no campo das relações sociais de produção, a partir do momento em que as riquezas naturais são transformadas em mercadorias e são os índios os produtores dessas mercadorias, e os comerciantes os que se apropriam dessa produção.

O resto é consequência dessa relação social fundamental, mesmo que o seu estabelecimento tenha se dado inicialmente a partir de "contatos intermitentes" ou esporádicos; o que não se pode esquecer é que nessa relação reside a base da incorporação da região e de suas populações ao processo de expansão do modo de produção capitalista em sua etapa mercantilista.

As relações entre produtores e comerciantes, ao serem qualificadas como "pacíficas" nos primeiros anos de conquista do território, sugerem o entendimento de que os produtos naturais que constituíam o objeto das relações de troca entre as partes, frutos unicamente do extrativismo de coleta, extração (madeiras), caça e pesca, foram adquiridos pelos estrangeiros sem dificuldades. Na bibliografia consultada⁹ não encontramos referências mais detalhadas a respeito da forma como ambas as partes procediam. Mas, admitindo-se que o trabalho era realizado pelos próprios índios, e sendo o extrativismo a base fundamental da economia indígena, poderíamos afirmar que o capital comercial, excepcionalmente nesse período, teria aqui se realizado na sua forma pura tal como Marx descreve? Ou seja, ele não modifica a base da organização do trabalho que encontra e sem alterá-la apropria-se de uma variedade de produtos que necessita para garantir seus lucros? Se assim for, ou seja, ao manter a base de organização da produção indígena, o capital comercial no período da conquista se beneficia da própria racionalidade que caracteriza a relação dos povos indígenas com o meio ambiente, racionalidade essa que vai ser destruída no segundo momento pela modificação dos padrões de assentamento e do regime de trabalho.

Gallois, ao analisar a prática de subsistência dos índios Waiãpi que hoje vivem na região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari (cuja área de origem desde o século XVIII é o baixo rio Xingu) destaca alguns aspectos dessa racionalidade:

"Os Waiãpi associam as atividades de caça às de pesca e, até certo ponto, também às de coleta, pois exercem todas essas atividades durante a mesma expedição à mata. Estas atividades estão também relacionadas com os recursos normalmente utilizados pelo grupo. O peso maior dado a uma ou outra depende da estação ou da característica da zona freqüentada".¹⁰

O fato de que a madeira para construção de habitações e transportes era resultado de uma prática de coleta entre os Tapajós e Omáguas não significa dizer que eles não extraíssem madeiras para outros fins. Mas, sem dúvida, era uma atividade guiada pela racionalidade de uma produção voltada ao

⁹ MEGGERS, Betty, *ibid.* Povos indígenas no Brasil. vols. 5, 3 e 8, OLIVEIRA, Adélia E. de. Ocupação Humana. In: SALATI, Enéas et alii. Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo, Editora Brasiliense, CNPq, 1983, cap. IV.

¹⁰ RICARDO, Id, *Op.cit.* V. 3, p. 99-124.

atendimento das necessidades do grupo. Por todas essas observações, é que nos parece mais apropriado pensar que a exploração da madeira pode ter sido iniciada como atividade de abate mais do que propriamente de coleta já na fase da conquista.

Antes do período marcado por uma série de relações conflituosas, decorrentes das medidas que visavam aprisionar e/ou catequizar os índios para submetê-los como mão-de-obra, a apropriação dos recursos naturais se fazia com base no trabalho autônomo do índio, mas com a grande diferença de terem estes que aumentar o tempo de trabalho dedicado às atividades de coleta e pesca pela exigência de quantidades superiores ao normalmente necessário para os fins a que se destinavam entre os índios. Essa situação pode ser bem ilustrada com o caso das madeiras, que seguramente teriam sido extraídas em quantidade que extrapolava o volume normalmente destinado ao uso indígena, conforme foi referido anteriormente. A propósito, é interessante atentar para uma das passagens do texto de Meggers, citado na página 22, onde ela afirma que o cedro, destinado à construção de casas e grandes canoas, era fruto da coleta no próprio rio. Ora, se o cedro não era extraído na região (pelo menos para o caso dos Omágua), e ainda se os produtos que implicavam o seu uso em maior volume não teriam que ser repostos pelo menos em curto prazo, pois os índios habitantes das várzeas tinham um controle rígido sobre o crescimento populacional de suas tribos o que por consequência implica numa economia de matérias-primas para a confecção de casas e barcos, é pertinente indagar se os índios teriam estoques de madeiras coletadas no rio, no caso o cedro e provavelmente outras espécies, e se foram esses estoques as "madeiras exóticas" comercializadas.¹¹

A nosso ver, por mais que esses estoques tenham existido, seria oportuno indagar se eles seriam suficientes para atender às trocas comerciais. Se seguirmos o raciocínio anterior, teremos que admitir que eles utilizavam madeiras para a produção de bens de uso duráveis. Visto por essa ótica e considerando que as peculiaridades ecológicas da várzea exigiam que os seus habitantes se preocupassem primordialmente com o estoque de alimentos (face à escassez nos períodos de chuva), parece sem sentido pensar em estoques de madeiras.¹² Por outro lado, como entender ter ocorrido um processo sem violência, se impôs-se aos índios uma produção agrícola mercantil, como foi o caso do açúcar entre os tupinambás?¹³

¹¹ Consultar MEGGERS, B. OP.cit. cap. 4, p.

¹² Vide MEGGERS, B. Op. cit., cap. 4, especialmente p. 172-175, para o caso dos Tapajós que habitavam a várzea do rio de mesmo nome.

¹³ Conforme registra Baena, os holandeses na invasão do Maranhão "arrancaram uma contribuição de cinco mil arrobas de assucar de cinco engenhos na terra-firme do Ittapicuru". BAENA, A. Compêndios da Era da Província do Pará. Belém, UFPa, 1969, p. 51.

Na medida em que o capital tinha necessidade de se expandir, a submissão da população indígena à condição de mão-de-obra escrava se coloca como de vital importância para os colonizadores, conforme sintetiza Moreira Neto, na passagem:

"A despeito da substancial importação de escravos negros no período pombalino, a força de trabalho disponível era essencialmente indígena e deveria ser continuamente renovada através de novos descimentos, em virtude das contínuas deserções, incapacitação e morte dos índios cativos, submetidos a atrozes condições de vida e de trabalho. Este quadro, já em si bastante grave e que daria origem à frequentes revoltas indígenas no século XVIII na região, tendia a agravar-se com o endurecimento da política colonial nos anos seguintes."¹⁴

A organização da produção agrícola de caráter mercantil reforçava a necessidade de controle dos braços úteis ao trabalho e, por essa razão, o seu resgate se dará quase sempre pelo uso generalizado da violência.

Os grupos indígenas mais expostos ao domínio de colonizador, como os habitantes da embocadura do Amazonas, foram os primeiros a sofrerem a ação arrasadora das expedições com aquela finalidade. Contudo, esse processo não se fez sem resistência, ao contrário, foi marcado pelo enfrentamento direto e armado, bloqueios e migrações constantes para áreas de refúgio.

Baena, ao referir-se aos Tupinambás, dá um testemunho da luta deste grupo que habitava a região "que o vulgo denomina de Breves, ou seja, na Bahia das Bocas, entre a Bahia de Paracuuba e a boca do rio Parauaú, obrigando a buscar guarida nos recessos das florestas aos mesmos Topinambazes que se fortificarão de páos a pique no sítio chamado Guajará".¹⁵

Observações de Rodrigues Ferreira acerca das revoltas de vários grupos indígenas na região onde se estabeleceu a Capitania do Rio Negro trazem à tona novos elementos que dão uma dimensão da generalidade do conflito no que concerne a atuação dos missionários dado a interferências nos padrões de comportamento indígena, implicando em censuras, proibições a práticas sociais disseminadas pelas tradições indígenas. Agrava-se também, por essa via ideológica, o acirramento das relações com o colonizador. Um episódio relatado por Rodrigues Ferreira é decisivamente elucidativo desse confronto ao revelar a revolta que os nativos guardavam contra a Igreja pelo que esta representava no processo de dominação disseminado na época. Diz o autor que:

"Escandalizou-se o índio Domingos, do lugar de Lamalonga, de ter o seu missionário feito separar de sua companhia uma concubina... acometerão a casa do missionário, que não acharão n'ella, arrombarão-lhe as portas, e saquearão os seus móveis, investirão depois a igreja, aonde cometerão o desacato de derramar por terra os santos óleos, pizarão os vasos sagrados, arruinarão a capella-mor, e lançarão fogo à povoação...

"... exasperando-se cada vez mais no curto espaço de 54 dias, reforçarão o seu corpo com a aliança dos principaes Manacaçari e mabé, accrescentando ao primeiro o segundo delito de recahirem de mão armada sobre o lugar de Moreira, no dia 24 de setembro, que foi quando

¹⁴ MOREIRA NETO, C.A. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues - Viagem Filosófica ao Rio Negro. S/1. MP-G/CNPq. s/d.

¹⁵ BAENA, Op. cit. p.24.

assassinarão o missionário Frei Raimundo Barbosa, religioso carmelita, o principal Caboquena, e muitas outras pessoas, e roubarão e queimarão a igreja;

"... aldeia de Bacaroá, hoje villa de Thomar, assim que a sentirão desguarnecida, se lançarão sobre ella no dia 26 do referido mez, roubarão os móveis preciosos da igreja, degolarão a cabeça da santa para figura de prôa das suas canôas, queimaram-lhe o corpo sobre o altar, atravessarão o rio para a margem fronteira, e n'ella matarão dous soldados como alguns paizanos, que ali se achavão, se havião refugiado na ilha de Timoni".¹⁶

Se nesse período (entre os séculos XVI e XVII), que tem como marco as incursões de estrangeiros na região, os índios eram os seus únicos habitantes, as várzeas as áreas mais densamente povoadas e os recursos naturais, especialmente os florestais, eram as únicas riquezas descobertas, parece razoável pensar que do ponto de vista do capital comercial, isso se traduzia num potencial imenso de mercadorias. Parece razoável, se pensar também como foi esse potencial transformado e apropriado. É nesse sentido que a verdadeira face da "pré-história do capital" na região vai ser revelada pela ocupação "lusu-brasileira", que se consolida no período colonial quando o novo mundo "estranho e exótico" aos viajantes passou a ser visto como hostil e selvagem no marco da dominação colonialista. Logo, era necessário mudar esse "estado de coisas brutas".

Em primeiro lugar, o colonizador, ao implantar colônias permanentes, aldeamentos missionários, desencadeia o chamado processo aculturado, visto como uma relação de troca "em que tanto o português e/ou brasileiro quanto o índio passam a dar e receber elementos de sua organização econômica, social e religiosa."¹⁷

É evidente que não se tratou de uma "troca", mas de uma imposição em que os índios perderam a posse de suas terras e tudo mais que derivava desta relação, o que em outras palavras significa dizer que eles foram expropriados dos seus meios de produção e, por consequência, de toda a sua cultura organicamente vinculada à natureza.

Os conflitos presentes no período colonial têm por base não só a apropriação da terra, patrimônio comunal dos povos indígenas, mas a condição de serem reduzidos à força de trabalho e ainda a transformação desta em mercadoria alimentando o insaciável comércio de escravos.¹⁸

Esses conflitos manifestaram-se de formas variadas envolvendo diferentes atores conforme evidencia Castro ao afirmar que as:

¹⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues, p.75.

¹⁷ OLIVEIRA, A.E. de Op. cit. p. 170.

¹⁸ Sobre o comércio de escravos nesse período, escreve Nicolau Clenardo, citado por Luna: "Escravos por toda parte. Quero crer que em Lisboa são mais que os portugueses de condição livre. Procediam do Brasil, do Cabo Verde, da África e da Índia" e complementa aquele autor "nada saciava a fome de riqueza. Tudo era comércio, meios para ganhar dinheiro, para acumular bens e valores. Nem a pessoa (...) foi poupada. Para ganhar dinheiro, usavam de todos os meios, inclusive os mais sórdidos. Eram fins justificando os meios. Assim, o índio brasileiro foi escravizado, tanto aqui como em Lisboa, como mercadoria". LUNA. resistência do Índio à dominação do Brasil. Rio de Janeiro. Editora Leitura S/A. s/d p. 33-34.

"as relações sociais tornam-se tensas entre índios, colonos e missionários e entre esses últimos e a administração colonial. A utilização de relações de trabalho escravocratas e servis foi inegavelmente a condição de cumulação ao mesmo tempo que organizava a dominação portuguesa da região."¹⁹

Marx já havia revelado que na Inglaterra, muito antes, as terras comuns já tinham se transformado em propriedade privada, aniquilando os camponeses e transformando-os em trabalhadores livres para o capital.²⁰ Aqui o processo mal começava, mas de uma forma avassaladora muito mais complexa para os povos indígenas dentre outras coisas, porque além da pilhagem de suas terras, perseguição e morte que se seguiam ao processo de resistência, eles estavam sujeitos às epidemias trazidas pelo colonizador, colonos e escravos que os dizimava aos milhares; são inúmeros os registros dessas ocorrências em 1600, 1700, 1800.

(...) uma epidemia de varíola se alastrou pelo baixo Amazonas, em 1621, e uma outra devastou a parte superior do rio, em 1621. (...) Aldeias inteiras foram destruídas. A disseminação desse tipo de epidemia era rápida e extensiva a várias regiões, como é o caso da bexiga a que se refere Alexandre Rodrigues Ferreira tendo levado a mais de 15.000 mortes só na cidade de Belém. Para agravar a situação, "a entrada de escravos africanos introduziu a malária e a febre amarela".²¹

Deste modo, o capital se espalhava pelo mundo, trazendo povos escravizados de outros continentes para a Amazônia e escravizando seus habitantes.

Aqui importa indagar o que pretendiam os portugueses ao trazerem escravos de suas colônias africanas para a Amazônia? Seguramente não bastava apenas a coleta de "drogas do sertão", pretendiam colonizar através da agricultura para "ocupar o território".

Provavelmente o resultado dessa experiência tenha sido bom na África e no resto do Brasil, resolvendo-se repeti-la na Amazônia. É com os braços negro e indígena que se desenvolvem as plantações, a princípio, nas áreas colonizadas do Marajó e Belém e depois em outras regiões. Os elementos missionários cumpriam assim uma de suas funções: recrutar mão-de-obra para o seu emprego na lavoura. Ao capital não bastava a variedade de mercadorias que a floresta oferecia. Era preciso plantar e vender os produtos que garantissem maior margem de lucro, era preciso além da extração e da coleta, cultivar a terra, e, ainda, construir fortificações; assim, um interesse se apoiava no outro. Era preciso naquele momento ainda, que o Império português (e cristão) se defendesse contra as constantes ameaças dos outros pretendentes.

Segundo Marin, durante a época colonial, mais de 14 artigos entre produtos silvestres e de cultivo eram exportados pelo porto de Belém, o maior entreposto comercial da região. As madeiras já

¹⁹ CASTRO, Edna M.R. Développement et Condition Ouvrière, Étude sur une ville amazonienne. Paris, EHESS, 1983. (mimeo).

²⁰ MARX, K. O Capital. Contribuição à crítica da economia política. L.1, v.2 p.830.

²¹ FERREIRA, A.R. Op. cit. p. 77.

aparecem com algumas especificações como muirapinima, jacarandá, pau-violeta ou pau-cetim.²² É provável também que elas tenham recebido outras denominações. De qualquer modo, parece importante destacar o papel que esse produto teve como matéria-prima no desenvolvimento da indústria naval. Afinal, o que teria sido do mercantilismo e da colonização se não estivessem apoiados nessa indústria? Como teria se cumprido o ciclo das grandes navegações se as caravelas não fossem edificadas como resistentes madeiras "de lei"? Mas, se por um lado as madeiras das florestas conquistadas nesse período, como as da África e América, tiveram seu papel no conjunto das especiarias ou das "drogas" que constituíram uma das alavancas da acumulação do capital, maior foi, sem dúvida, a alavanca que sua utilização teve para a indústria naval. A propósito, é bem elucidativa a seguinte passagem da obra de Galeano, ao se referir às colônias inglesas do Norte da América.

"Em 1631, os recém-chegados colonos de Boston, lançaram ao mar uma balandra de 30 toneladas, *Blessing of the Bay*, constituídas por eles, e desde então a indústria naval ganhou um assombroso impulso. O Carvalho branco abundante nos bosques, dava boa madeira para as pranchas profundas e armações interiores dos barcos; de pinho se faziam a coberta, os gurupés e os mastores (...) Ao norte e ao sul de Boston, prósperos estaleiros cobriam as costas."²³

Toda essa indústria foi desenvolvida por expropriados da Europa que a "mãe-pátria" se encarregou de despachar para o norte da América. Os bosques de Carvalho branco foram naquela região a principal fonte da matéria-prima aplicada à indústria naval. Parece evidente que balandras e estaleiros, financiados pela Inglaterra, destinavam-se a alimentar o fluxo de mercadorias. É certo, também, que essa indústria vem revelar mais um dos componentes da divisão social do trabalho que o "adolescente" capitalismo inglês se encarregou de aprofundar.

Finalmente, é notório que o domínio do capital comercial nas terras conquistadas do novo mundo tende a consolidar-se na medida em que amplia-se as relações de mercado. Em seu livro publicado em 1899, o Barão de Santa Anna Nery confessa: "não fazemos, nesse livro, obra de sábio, mas de divulgador. Então, acreditamos dever seguir um método que seja útil sobretudo para o europeu desejoso de explorar os numerosos recursos da floresta amazônica."²⁴ A seguir, ao classificar as madeiras segundo seu potencial de utilização, revela em seu discurso as expectativas da época quanto à intensificação das atividades comerciais e desenvolvimento industrial, ao dizer:

"Já começa a faltar madeira na velha Europa, despojada de suas florestas pré-históricas; não está longe o tempo em que seremos forçados a buscar no Novo Mundo novas reservas florestais. A Amazônia conserva em depósito, para séculos, uma reserva de madeira capaz de alimentar todas as

²² MARIN, Rosa Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. Separata da Revista Estudos Econômicos. São Paulo. (15) Número especial: p.153-167, 1985.

²³ GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 5 ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, p. 218.

²⁴ NERY, Barão S.A. O País das Amazonas. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 43, Belo Horizonte. USP/Liv. Itatiaias, 1979, p.75.

indústrias locais e estrangeiras. Há tesouros que dormem e esperam a passagem dos corajosos pioneiros; estamos certos que estes não se farão esperar por muito tempo."

O que é fundamental reter no processo de transformações que marcou a ocupação da Amazônia no período que vai da conquista à economia da borracha, é que a produção da vida material das populações indígenas, assentada na sua totalidade e inteireza numa relação extremamente rica com a natureza, passa a ser destruída pela força de uma nova ordem social que lhes é totalmente estranha e imposta com muita violência.

3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INDÚSTRIA MADEIREIRA: A DEMANDA REGIONAL

Ao longo do processo que irá marcar a incorporação da Amazônia ao mercado mundial, a ação do capital comercial se encarrega de alargar seu campo por excelência, qual seja, o de transformar produtos extrativos e agrícolas em mercadorias voltadas em grande parte para o atendimento de mercados extra-regionais.

No período que vai da colonização até meados do 1º quartel do século XX, quando a economia da borracha vai enfrentar a sua maior crise, a madeira parece não ter saído de uma posição inexpressiva ao lado das "drogas do sertão", conforme se depreende do texto abaixo:

"Remontava aos tempos da Colônia a atividade de coleta e reunião de produtos da floresta. Em 1890 figuram entre os principais a borracha, a castanha, o cumaru, o juaná, as madeiras, a piassava, a salsaparrilha e o urucú; por vezes, as pautas registravam também a andiroba (óleo), a copaíba, o puxuri, a ucuuba, etc." ²⁵

Diz-se "sem expressividade", porque o mesmo autor apresenta um quadro de estimativa da renda interna do Pará, no qual a madeira aparece como um dos produtos do extrativismo vegetal que teve menor contribuição no ano de 1890. Já em 1900, o produto só aparece na relação do setor secundário (madeiras serradas e preparadas), aqui também sem destaque. Entretanto, chama atenção a participação significativa, nesse ano, da "construção civil", sugerindo que a produção de madeiras tenha sido absorvida em maior parte pelo mercado interno e particularmente para aquele tipo de indústria. Seguramente, o desenvolvimento interno das madeiras amazônicas tem como um de seus principais condicionantes o desenvolvimento da indústria de construção civil, naval e de móveis. Em geral, nas poucas referências a respeito do funcionamento das serrarias dessa época, estas quase sempre aparecem associadas a oficinas de carpintaria, pequenos estaleiros e engenhos de álcool e açúcar e outros derivados, assim como usinas de

²⁵ SANTOS, Roberto A. de O. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. cap. 2.

beneficiamento de arroz. Essa "produção associada" remonta a períodos anteriores, resultante do incentivo à indústria caseira e artesanal, sendo a madeira a principal matéria-prima utilizada, não só na edificação desses estabelecimentos, como também na confecção de objetos de trabalho e bens de consumo. Além disso, é conhecida a larga utilização que sempre se fez da madeira na construção de casas e móveis artesanais.

Um dos mais antigos registros de serrarias de grande porte data de 1848. Trata-se, no caso, de um estabelecimento localizado no Rio Maguari, próximo à Belém, propriedade de um americano. Bates e Wallace o visitaram conjuntamente logo de sua chegada à Belém, constatando com surpresa o grau de beneficiamento alcançado em madeiras, tais como cedro, maçaranduba, pau-d'arco, dentre outras.²⁶ É bastante curiosa a narrativa sobre a tecnologia de influência americana ali utilizada. A energia hidráulica gerada pelo represamento de córregos era suficiente para movimentar uma roda cerca de 20 polegadas de diâmetro que, ao imprimir velocidade dupla à serra, beneficiava tanto madeiras leves quanto as duras. Inclusive a plataforma que sustentava as toras durante essas operações, tinha certos movimentos mecanizados. Outro estabelecimento desse porte data de 1886, quando teria sido instalada, na localidade de Jacundá, no Estado do Amazonas, uma serraria de propriedade de empresários turcos, e que encontrava-se ainda funcionando em 1920²⁷.

Há ainda referências em Almeida²⁸ que indicam ter existido outras serrarias de grande porte, com larga produção de madeira serrada - mas voltada para o próprio mercado regional - ainda na primeira metade do século XIX. Segundo a mesma fonte²⁹, quem revela tal fato é Tenreiro Aranha, primeiro Presidente da Província do Amazonas. Quando chegou a Manaus em 1852, Aranha teria manifestado seu descontentamento por

"nem sequer já haver as serrarias que haviam d'antes, para serem as madeiras preparadas"(...), e ainda constatava "a perda de uma serraria, movida pela força enorme de uma catadupa à légua e meia distante d'esta capital (Manaus), dando diariamente 2.000 pés de tábuas que chegavam para as construções civis e navais, e sobravam para exportação em grande escala e quantidade; e tanto assim, que no ano de 1850 foram para a Província do Pará 10.000 pés desses taboados."³⁰

²⁶ BATES, H.W. Op. cit. p. 34-35.

²⁷ WALLACE, A.R. Op. cit., p. 31.

²⁸ ALMEIDA, M.B. A indústria madeireira na Amazônia. João Pessoa, UFPb, 1985. Dissertação de Mestrado. p. 50 (mimeo).

²⁹ Ibid, p. 53.

³⁰ ARANHA, Tenreiro, apud ALMEIDA. Op. cit. p. 54.

Esses dados sugerem portanto que a indústria da construção civil, que vai se expandir com a construção de prédios públicos, teria como base não só a fabricação artesanal de materiais de construção, como também a edificação de novos empreendimentos de maior porte.

É no segundo período de incorporação da Amazônia à Economia Mercantil, ou seja, de meados do século passado até os anos 50 deste,³¹ que o extrativismo da madeira vai se realizar condicionado, sobretudo, pela demanda do próprio mercado local e regional, que se constituía determinado pelo aprofundamento da divisão do trabalho entre o campo e a cidade, concentrando-se nesta última a população migrante e as atividades de beneficiamento fabril nos seus diversos setores.

Analisando o estágio da produção de madeiras nesse período, pouca contribuição de pesquisa histórica se tem dado a respeito. Talvez porque até a Segunda Guerra Mundial, os dados brutos existentes estejam muito dispersos. Com relação à especificação das espécies exploradas, esses dados pouco acrescentam ao que fora revelado ainda nas primeiras décadas do século passado por Spix e Martius, ou seja, de que tratava-se de "finas madeiras de marcenaria como muirapinima, jacarandá, pau-violeta ou pau da rainha, pau-cetim e madeiras de construção."³²

Essa discriminação das espécies e a finalidade a que se destinavam é relevante porque possibilita a identificação das madeiras mais valorizadas no período em questão e o tipo de aproveitamento mais comum; dá pistas acerca da região produtora, que pode ser mapeada, junto com outras informações, a partir dos dados relativos à distribuição geográfica das espécies. Entretanto, na maioria das fontes secundárias a que se teve acesso, a denominação é muito genérica e feita apenas por grau de beneficiamento: "toras de madeiras" e "dormentes" para o setor primário e "madeiras serradas e preparadas" para o setor secundário. Somente a partir de 1947 encontram-se dados mais preciosos, onde as madeiras são discriminadas de acordo com o nome vulgar das espécies, valor, volume, grau de beneficiamento e mercados.

Contudo, os trabalhos que fazem referências ou já se ocuparam da análise da produção de madeiras do final do século passado até as primeiras décadas deste, sugerem algumas reflexões.

Santos,³³ ao destacar que já no final do século passado, ou mais precisamente, em 1890, as "madeiras" figuravam entre os principais produtos da floresta explorados em "bases comerciais", revela, entretanto, num quadro de estimativa de renda interna, que no período de 1890 até 1910, a madeira tem a

³¹ Sobre a periodização do Capital na Amazônia vide Maria Jucirene M. Nascimento: "Fases históricas do Capital na Amazônia" In: Acumulação capitalista e opressão camponesa: A unidade na diversidade. (Sul do Pará). NAEA/UFPa, Belém, 1983, 4ª parte.

³² Apud, MARIN, Rosa Acevedo, Op. cit.

³³ SANTOS, Op. cit., p. 182, 332, 333, 334.

mais baixa contribuição no primeiro ano, isso numa lista de 15 produtos da indústria extrativa animal e vegetal, sendo superior apenas ao urucu³⁴. Em 1900, a madeira simplesmente não é registrada. Em 1910, sua contribuição é igualmente inexpressiva. Somente em 1920 ela sofre uma elevação, mesmo assim, numa lista de 20 produtos ocupa o 6º lugar³⁵. Vale ainda destacar que apenas nesse ano os dormentes aparecem na lista de produtos, e segundo Bastos³⁶, a produção de dormentes nessa época esteve concentrada na região do Estuário e Ilhas. O depoimento do cronista Ricardo Borges, no ano de 1921, confirma a área da exploração e indica a quantidade comercializada.

"Era eu Intendente de Curralinho, município que encontrei em dura penúria e transformei no maior produtor, então, madeireiro, iniciando a exportação de dormentes que, para o sul do país e estrangeiro, atingiu a dois milhões de dormentes, além de vultosa quantidade de peças de madeiras, o que me proporcionou conhecimento do assunto, utilizado por Barrosos, na assessoria do governo em relação à economia do Estado seriamente abalada, e encontrava na madeira socorro à emergência."³⁷

Embora se tenha aprendido que os dados contidos em discursos de políticos e governantes devem ser tratados com precaução, e que os dados estatísticos e censitários, especialmente de controle fiscal (que sofrem qualquer tipo de restrição legal), devem passar por operação inversa, acredita-se ser mais prudente apenas ressaltar que dois milhões de dormentes significam dois milhões de árvores abatidas e lavradas a machado. Se assim for, o dado indica, não só a importância da madeira nos anos 20, como também era estafante o trabalho dos extratores das várzeas amazônicas numa das tarefas mais insalubres, que é lavar peças inteiras de madeira em terreno molhado, face às características ecológicas das terras inundáveis onde se processava a exploração.

A dificuldade de se decifrar esses números reside no fato de que a fonte refere que essa produção foi atingida ao término do mandato do Intendente Ricardo Borges. Acontece que, tendo assumido em 1921 e reconduzido ao cargo em 1923, governando até 1925, não é possível saber com exatidão se a produção corresponde a três ou a cinco anos, nem tampouco a quantidade enviada ao exterior. Mas, provavelmente, trata-se da produção de cinco anos. É o que se pode inferir dos dados apresentados por Bastos³⁸. Segundo este autor (que apresenta uma série histórica para as décadas de 20 e 30), o início da exportação de dormentes teria seu marco em 1915, mas seu período "áureo" é a segunda metade da década de 20. Informa ainda que de 1927 a 1930, o Pará (região das Ilhas) teria produzido e

³⁴ A propósito, não há termos de comparação entre o trabalho de extração de madeira (feito a machado e supondo-se que as madeiras naquela época eram extraídas de árvores adultas e portanto de grande volume) e a coleta do urucu, muito mais simples, feita ao pé da árvore em lugar seco, etc.

³⁵ Ibid. p. 335.

³⁶ BASTOS, A.M. Dormentes da Amazônia. In: Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Rio de Janeiro, INP, 2 (2):178-181, 1949.

³⁷ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Vultos Notáveis do Pará. Belém, Grafisa, 1970, p. 427.

³⁸ BASTOS, A.M. OP. cit. p. 179.

exportado (grande parte para a Central do Brasil) 2.460.355 dormentes. Considerando-se que o município de Curralinho era na época o maior produtor, esses dados se aproximam das informações da fonte anterior para um período de cinco anos. Em 1930, a região atinge sua produção máxima: 772.551 dormentes, para cair, em 1931, para 54.910 dormentes.³⁹

O que merece atenção acerca da produção de madeira bruta é a relação entre o dispêndio de força de trabalho que a exploração desse produto exige, se comparada com produtos do extrativismo de coleta, bem mais simples e, ao que parece, mais valorizados no exterior, como é o caso das sementes oleaginosas, em geral coletadas na beira dos rios, aromáticas e medicinais, como é o caso do guaraná, copaíba e frutos, a exemplo da castanha, coletados no pé das árvores.

Por outro lado, as estatísticas apresentadas por BASTOS e relatos como o de BORGES são sugestivos para se pensar o lugar que a madeira bruta e seus derivados iriam ocupar na economia regional após a crise da borracha, especialmente em regiões como as Ilhas, onde a exploração da borracha foi intensiva, tanto na primeira fase do ciclo como já na fase final da primeira metade deste século, quando se retornou aos primeiros seringais explorados. Para o caso do município de Curralinho, essa passagem (da produção da borracha para a madeira como principal produto de exportação) parece evidente⁴⁰. Mas de modo geral, o que se observa a partir da crise da borracha é o capital comercial expandido seu campo de ação, seja fortalecendo novas frentes extrativistas, seja recuperando outras que já tinham se desenvolvido de forma também expressiva, em épocas anteriores, como é o caso da castanha. Entretanto, no discurso político, esse movimento de rearranjo e estratégia de reprodução das bases econômicas e sociais da produção mercantil solidificada na economia da borracha aparece como a salvação da população de "dura penúria", socorro "à economia do Estado", para não dizer socorro aos comerciantes, aos latifundiários e por conexão embrionária, ao Estado.

Do ponto de vista do mercado interno, esse período revela sinais de novos tempos ao indicar que a ligação da Amazônia com o mercado mundial não é uma relação unilateral e sim de mão-dupla, e por essa razão algum impacto teria no campo da indústria de transformação e construção, esse elo da região com o mundo que fez a revolução industrial.

Se a borracha é a estrela de primeira grandeza, não seria mal tentar captar o movimento dos astros que circulam em sua órbita.

³⁹ É o que indicam os dados apresentados por SANTOS. Ibid, 332-335, quadros A2, A3, A4, A5.

⁴⁰ É o que sugere o depoimento de Ricardo Borges, citado em página anterior, bem como as estatísticas da década de 20, referentes ao estado do Pará. cf. ANNUÁRIO de Estatística do estado do Pará, 1925-26, Belém, 1927.

Sabe-se que a Amazônia por essa época é uma terra de comerciantes estrangeiros, portugueses, turcos, ingleses, franceses, americanos, etc. Estes, já no final do século XIX, passaram a investir na incipiente indústria de transformação da época. O surgimento desta é condicionado por dois fatores principais:

- a) A introdução da máquina à vapor, que vai ampliar as possibilidades de beneficiamento de produtos, antes dependentes apenas de força humana e hidráulica;
- b) O impulso que a indústria da construção civil e artefatos de madeira tomou em certos momentos, como em 1891, quando foram construídos somente em Belém 500 prédios⁴¹. A mesma fonte indica que em 1892, destacavam-se entre os estabelecimentos industriais do Pará 35 serrarias movidas a vapor ao lado de 35 olarias.

Almeida associa esse avanço da indústria de serrarias à entrada na região de migrantes estrangeiros como mão-de-obra qualificada.

"Identicamente a outros ramos de produção, a indústria madeireira da Amazônia veio conhecer um impulso a partir da chegada, em fins do século XIX, de alguns imigrantes estrangeiros conhecedores do ofício"⁴².

Por outro lado, esse mesmo autor revela ainda que por essa época, em Manaus, a cada serraria instalada correspondia um "efeito em cadeia". Fabriquetas diversas de produtos artesanais que iam de tamancos, baús, bengalas e malas, à colunas, mesas, cadeiras luxuosas, enfim, variedades por ele apresentadas numa lista de 23 produtos. Tratavam-se em geral de móveis, adereços de casa e utensílios de cozinha. Se contar os produtos de construção (tábuas e esquadrias, entre outros) parece razoável refletir sobre a relação indústria e mercado, especialmente sobre a indústria de construção. Afinal, a população de Manaus cresceu em pouco mais de meio século de cinco mil (1884) para setenta mil habitantes e, embora os "magnatas da borracha importassem madeiras do Oriente, azulejos de Portugal, colunas de mármore de Carrara, móveis de ebanistas franceses (...) e alimentos do Rio de Janeiro"⁴³, o resto da população, faixa média e proletários que se concentravam nas duas maiores cidades, criaram sem dúvida, maior demanda de moradias, que vai justificar em parte o destaque para dois únicos setores industriais no final do século: Serraria e Olaria. Na estimativa de renda interna montada por Santos⁴⁴, na indústria de transformação destaca-se o setor "madeiras serradas e preparadas". "Cerâmica"(telhas, tijolos) ao lado da construção civil.

⁴¹ SANTOS, Ibid. p. 1989. É verdade que grande parte desse material era importado, pelo menos o material usado na estrutura das construções como o ferro e o cimento. Mas tanto a parte de matérias auxiliares como revestimento interno (portas, forros, janelas) parece ter sido produzido internamente.

⁴² ALMEIDA, Ibid, p. 64.

⁴³ GALEANO, Ibid, p. 100.

⁴⁴ SANTOS, Ibid, p. 330.

O mesmo autor, ao comentar o desempenho do setor industrial na Amazônia, tomando como referência uma série histórica (1860-1919 - recenseamento de 1920) conclui: "No ano de 1907, pois, a indústria amazônica caminhava efetivamente a passos firmes, qualquer que tenha sido sua conjuntura temporária." Essa afirmação é apoiada nos seguintes dados para o ano de 1907 na Amazônia: 146 estabelecimentos com 3.707 operários. Desses estabelecimentos, 54 estavam localizados no Pará, com 2.539 operários e 92 no Amazonas com 1.168 operários⁴⁵.

Os dados acima sugerem algumas reflexões acerca dos condicionamentos que determinam o lugar ocupado pela indústria de beneficiamento da madeira no final do século passado e início deste.

Tal lugar parece encontrar resposta na própria dinâmica da economia da borracha, criando determinadas demandas no campo do comércio e serviços que condicionam por sua vez o surgimento de uma indústria de transformação, dado pelo aprofundamento da divisão do trabalho, que levou à especialização dos setores de produção. Por mais superficial que pareça o efeito dessa divisão social do trabalho sobre o desenvolvimento de setores especializados de produção, ele existe e não pode ser ignorado. E é o capital comercial acumulado no seio da economia da borracha que vai impulsionar paralelamente outras atividades econômicas que constituíam seu próprio suporte interno com máquinas importadas na Europa e EUA. O capital, como diz Martins, "só é hostil a outros modos de produção" e não se resume apenas em dinheiro e máquinas, mas é uma relação social e como tal, estava plenamente desenvolvido nessa época ainda que em nível local, se revelasse apenas de uma forma marginal no setor de transformação.

Retornando ao depoimento de Aranha, chama atenção o fato da produção beneficiada nessa época ser voltada para o mercado interno e limitada pelo uso da energia hidráulica, ao lado do qual vai aparecer a energia a vapor, proporcionada pelo uso de máquinas importadas do exterior, o que vai se consolidar só no final do século, conforme se destacou anteriormente. O que parece curioso é a exportação de madeiras que se fazia do Amazonas para o Pará. Sem dúvida, numa época em que a província do Amazonas ainda estava sendo implantada, e Belém era o centro mais desenvolvido, a demanda por madeiras aqui seria maior.

O mapeamento das atividades extrativas no Estado do Pará, entre 1901 e 1925, permite visualizar a divisão regional do trabalho que ocorreu a partir desse período, indicando as diferenciações internas que caracterizam o rearranjo gerado pelo impacto da crise no comércio da borracha na organização da estrutura produtiva do Estado.

⁴⁵ Ibid, Id, p. 190.

Em primeiro lugar a região das Ilhas, constituídas pelos municípios que compõem a parte ocidental do arquipélago do Marajó, principal região produtora de borracha no Pará, transfere paulatinamente essa produção para a região dos rios (Tocantins, Xingu e Tapajós). De 55,72% no triênio 1901-1903, a produção de borracha das ilhas cai para 25,03% no triênio 1922-1924, enquanto a produção da região dos rios sobe de 23,46% naquele triênio para 58,08% neste. Nas ilhas, por sua vez, cresce a produção de madeiras, com destaque para os municípios de Breves e Curralinho. O primeiro, que ocupou em 1901 o primeiro lugar como produtor de borracha, passa a ser principal produtor de madeiras naquela região. A propósito, é interessante observar que a madeira é o produto de exportação que experimenta o maior crescimento nesse período, exportando seja para o Sul seja para fora do país. No período de 1912 a 1925, esse produto teve um crescimento em volume em torno de quase 300%, bem superior ao índice total das exportações, que ficou nesse período em 27,21% para o sul do país e 2,38% para o exterior. Incluindo-se aí os principais produtos da indústria extrativa e agrícola, como borracha, castanha, couros, cacau e farinha de mandioca.

Por outro lado, a produção de madeiras também obedece a uma diferenciação interna, o que é patente quando se examina o grau de beneficiamento do produto. Os municípios das Ilhas lideram a produção de madeira bruta e semi-beneficiada (toros e dormentes); já o município de Belém (incluindo a chamada região agrícola) e municípios da região do rio Guamá lideram com larga margem a produção de madeiras beneficiadas (tábuas, ripas, pernamancas e esteios).

Até 1916, a produção - tanto bruta quanto beneficiada - de madeiras concentrava-se 98,35% na região agrícola, sendo que: zona de Belém com 56,11% no triênio 1914-1916 e zona do Guamá em 29,04%. Nesse período, a região das ilhas respondeu com apenas 1,16%, e começa a aumentar no triênio 1923-25 com 21,57%.

Esse mapeamento montado a partir dos dados coletados no ANNUARIO de Estatística do Estado do Para 1925-26, nos indica que, não obstante o fato da borracha ter caído de cotação, sua produção não desapareceu de todo. E ainda que nas regiões onde a produção era maior, praticamente foi simultânea a substituição da borracha pela madeira. De fato, pode-se confirmar na pesquisa de campo para fim dessa monografia, que em 1925 foi implantada a primeira serraria do município de Breves, que virá a ser posteriormente um dos maiores produtores.

4. DAS FIRMAS COMERCIAIS À EMPRESA CAPITALISTA: A PRESENÇA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA MADEIREIRA

A gênese da economia madeireira encontra seus fundamentos, sua lógica e sua determinação no processo histórico que marca a expansão do capital no pós-guerra, quando se evidenciam sinais de interesse, por parte dos EUA e da Europa, em reativar a incorporação da Amazônia ao mercado mundial, e a dinâmica da economia capitalista clama por novos ramos produtivos, matérias-primas em maior escala e novos mercados. No Centro-Sul, essa tendência expansionista chegou muito mais cedo e muito mais forte, ao ponto de já ter conseguido criar as condições de desproporcionalidade setorial na estrutura produtiva industrial, concorrendo para a ocorrência de crises, de modo que as empresas lá implantadas são levadas a ultrapassar os limites do mercado local em direção ao Nordeste e Amazônia. Acontece que, como o movimento do capital não é homogêneo, algumas grandes empresas chegaram à Amazônia antes do advento expansionista do Centro-Sul em direção à região. Movimento este, fortemente amparado e apoiado na política estatal desenvolvimentista. Antecipando-se a esta frente, alguns grupos estrangeiros escolheram - por livre iniciativa - os seus "pólos de desenvolvimento", apostando - ao que tudo indica com muita segurança - nas vantagens comparativas da localização de seus empreendimentos no Vale Amazônico, e particularmente na foz do grande rio, onde encontraram ocorrência de valiosas reservas minerais e florestais.

Entretanto, não seria correto supor que a ocupação do Vale, a partir dos anos 50, tivesse sido apartada de uma política estatal. Pelo menos essa idéia não é correta para o caso da indústria madeireira. O Estado cumpriu seu papel através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a quem coube, em associação com a Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), iniciativas nada desprezíveis no plano econômico, embora apagadas face à aura que se criou em torno de sua sucessora por força dos fatos novos. Neste sentido, o maior mérito da gestão SPVEA para atrair investimentos privados à exploração dos recursos madeireiros, foi, sem dúvida, a iniciativa de promover o levantamento dos recursos florestais da região, o qual realizou-se no período de 1954 a 1957, abrangendo uma faixa de aproximadamente 1.700 km, mais ou menos paralela ao rio Amazonas, desde o rio Maracáçumé, no Estado do Maranhão, até o rio Madeira, no Estado do Amazonas (vide mapa nº 1). Parte desse levantamento cobre a região que vai do município de São Miguel do Guamá no Pará até Imperatriz do Maranhão (1.280.000ha), e que será cortada ao meio pela rodovia Belém-Brasília. Segundo o geógrafo Orlando Valverde, tal levantamento foi baseado em métodos até então inéditos no Brasil, e seu resultado revelará em detalhes quinze diferentes associações florestais, mapeadas e cartografadas com a

respectiva cubagem de madeiras comerciais, utilização industrial de cada espécie, possibilidade de comercialização e transporte, dentre outros tópicos incluídos.⁴⁶

Essa iniciativa revelará os interesses do grande capital na apropriação dos recursos naturais, cujos investimentos diretos nesse setor terão seus resultados claramente visualizados na primeira metade dos anos 60. É a partir de então que a produção de madeiras sofrerá uma grande transformação qualitativa, na medida em que grandes empresas introduzem formas mais complexas de beneficiamento fabril, resultando daí a produção especializada de laminados e compensados, voltados particularmente para o mercado exterior.

Caberia, entretanto, indagar por que o movimento do grande capital em direção ao setor madeireiro não se antecipou aos anos 60, ou em outras palavras, considerando-se a grande expansão na demanda mundial de madeiras no período imediato do pós-guerra, por que a Amazônia, que dispunha de grandes reservas para responder a essa demanda, teve, nessas circunstâncias, uma expansão limitada? Pode-se atribuir a ausência de grandes investimentos apenas à carência de pesquisa sobre tais recursos? ou teria resultado da própria política econômica brasileira adotada no pós-guerra?

Se as madeiras da região tinham uma baixa participação como matérias-primas nas exportações brasileiras, não era o Governo Federal o maior interessado em reverter essa situação, pelo menos a curto prazo. É o que se pode inferir, se atentarmos para o fato de que a solução encontrada para superar a falta de saldos comerciais do Brasil no exterior, durante o segundo período de vigência do modelo de substituição de importações (1945-1955), vai passar ao largo do incentivo aos exportadores, especialmente dos exportadores de produtos primários e matérias-primas sem representatividade no mercado externo, como era o caso das madeiras de lei (ou madeiras duras). Ao contrário, diversos estudos têm demonstrado que as medidas econômicas adotadas pelo governo nesse período são orientadas no sentido de ampliar e fortalecer o parque industrial do Centro-Sul, e para tal a prioridade vai ser dada aos

⁴⁶ VALVERDE, Orlando. O problema florestal da Amazônia Brasileira. Petrópolis, Editora Vozes, 1980. p. 16-17. Esse levantamento foi resultado de um dos vários convênios de cooperação técnica que se fez na época (década de 50) entre FAO e SPVEA, para identificação do potencial de recursos naturais da região. Vide a respeito, para o caso da pesca: MELLO, Alex Fiúza de. A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação. Belém, Gráfica e Editora Universitária, 1985. p. 137. Além da pesca, florestas e pedagogia, essas pesquisas estenderam-se ao campo da pecuária (inseminação artificial), particularmente centradas nas áreas de campos naturais: Marajó e Baixo-Amazonas. Valverde chama atenção para a qualidade técnica do referido levantamento, que foi dirigido pelo engenheiro florestal holandês Dammis Heinsdijk, que, pelas inovações de seu trabalho, é considerado o fundador da engenharia florestal brasileira. Por outro lado, ele destaca que os levantamentos posteriores, feitos pelo RADAM-Brasil, por serem de caráter exploratório, não permitem o estabelecimento de tipos de floresta, como os efetuados pela equipe de Heinsdijk. De fato, comparando esse levantamento com uma publicação do IBDF sobre o potencial madeireiro do Grande Carajás, que, embora reunindo informações do Projeto RADAM e Laboratório de Produtos Florestais do IBDF, não chega à discriminação dos tipos florestais incluindo a área abrangida (limites físicos) por cada região (ou tipo florestal), o que dificulta a identificação geográfica das áreas de maior ou menor concentração das espécies catalogadas. Vide a respeito: HEINSDIJK, Dammis & BASTOS, A. de Miranda. Inventário Florestais na Amazônia. Ministério da Agricultura, Serviço Florestal, Setor de Inventários Florestais, Boletim nº 6, 1963. Potencial Madeireiro do Grande Carajás. Brasília, IBDF, 1983.

importadores de máquinas, equipamentos e insumos necessários a este desenvolvimento.⁴⁷ Por outro lado, essa medida vai ser garantida pelo controle cambial das relações de troca, que penaliza os exportadores dos produtos primários e matérias-primas, seja como estratégia para garantir o abastecimento do mercado interno do Centro-Sul que deslocava a mão-de-obra do setor agrícola para o setor industrial, seja para transferir a receita gerada no primeiro para o segundo setor.⁴⁸

Com efeito, não era qualquer segmento exportador de produtos agrícolas ou matérias-primas que estava em condições de suportar a política de exportação nos moldes impostos pelo governo. A experiência dos exportadores de pinho serrado do Paraná, já organizados de forma empresarial, é um exemplo representativo desta situação. Para enfrentar a política cambial implantada pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), os sindicatos patronais da indústria madeireira se viram obrigados a criar, em 1952, uma Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras (CCEM), como forma de resguardar os interesses da categoria ameaçados pela nova ordem econômica. A CCEM tinha uma função disciplinadora do sistema de exportação do pinho serrado, de modo a compatibilizá-lo com a política do CEXIM, "(...) que condicionava determinadas importações à exportação, em valor e moeda correspondentes, de mercadorias nacionais excedentes ao consumo nacional, como era o nosso pinho serrado (...)"⁴⁹

Contudo, essa compatibilização de interesses não foi tão simples no início, conforme se pode constatar neste depoimento:

⁴⁷ Para Nascimento, "na medida em que o câmbio de importação e de exportação era controlado pelo governo, a melhoria das relações de troca, ao invés de beneficiar os exportadores de produtos primários (...), beneficiava os importadores de máquinas, equipamentos e outros elementos requeridos pelo setor industrial. Essa transferência ou redistribuição da renda nacional é chamada de "confisco cambial", ou seja, isso nada mais é que a apropriação pelo governo das melhorias das relações de troca do setor exportador, que as transfigura ao setor industrial, penalizando o setor tradicional, exportador. E isso é um dos motivos da relativa estagnação do setor agrícola, do ponto de vista da produtividade Op. cit. p.236-237.

Martins, ao analisar a deteriorização das relações de troca entre o campo e a cidade - decorrente dessa política cambial - cita diversos depoimentos de representantes de associações rurais, que evidenciam a descapitalização do setor agrícola produtor de artigos exportáveis. Mostra o autor que, com a nova política econômica, o Estado desenvolvimentista passou a ser o mediador entre o setor externo e interno, regulando a comercialização daqueles produtos, "seja porque deles depende substancialmente a receita cambial do país, empregada na industrialização, seja porque passaram a ter consumo expressivo ou preponderante no mercado interno."

Vide MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil, São Paulo, Pioneira, 1975, cap. V. p. 59.

Vide ainda, SINGER, Paul. A crise do "milagre". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 36.

⁴⁸ Sobre o impacto que a política de industrialização teve sobre a mudança na divisão inter-regional do Brasil, vide OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro. Edições do Graal, 1977. cap.2.

⁴⁹ Depoimentos do Sr. Luis Alberto Langer, fundador do Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias e da Marcenaria do Estado do Paraná; Sincalismo: meio-século de sindicato. In: Indústria. Revista da Federação das Indústrias do Paraná, ano 10, nº 33, Curitiba, 1984, p. 18. Sobre a política da CEXIM vide SINGER, Paul, Op. cit. p. 34-37.

"Não foi nada fácil o cumprimento desse dispositivo para a coloração do pinho paranaense no exterior, pois nossos exportadores estavam completamente alheios, despreparados, ante os geralmente experimentados importadores, freqüentemente assíduos frequentadores dos gabinetes e órgãos manejadores dos sistemas de importação, compra e venda simultâneas de câmbio, processadas no Rio de Janeiro".⁵⁰

"Haviam ainda imensas dificuldades em equacionar, na CEXIM, nossos relativamente modestos lotes de pinho serrado com as vultosas importações das mais caras mercadorias, tais como maquinismo, produtos químicos, automóveis, etc..."⁵¹

O conteúdo desse discurso revela claramente o privilégio econômico e político dos importadores, e a pressão que a política econômica exercia sobre os exportadores para aumentar os volumes de matéria-prima semi-beneficiada. Por outro lado, induz ao fortalecimento dos segmentos mais capitalizados do setor, que passam a centralizar e controlar a comercialização do produto através da organização de um verdadeiro lobby (de pressão junto a CEXIM), que reunia os exportadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná com o apoio de políticos e governos estaduais. Visava-se garantir "volumes e valores de vulto, em condições de compensação com firmas importadoras respeitáveis, diretas, sob a égide da CEXIM, eliminados intermediários, comissões e outros inconvenientes".⁵²

Não é à toa que parte do segmento que saiu fortalecido com a política da CEXIM estenda seus negócios ao setor financeiro, estando à frente, conforme destacado pelo mesmo depoente, de organizações como o Banco Bamerindus do Brasil (antigo Banco Meridional de Produção) e da Companhia de Seguros "Atalaia". Nem é por acaso que nas décadas seguintes, o Paraná começa a "exportar" para a Amazônia e outras regiões pequenos e médios empresários do setor madeireiro, que aqui passam a reproduzir uma política de organização patronal nos mesmos moldes daqueles que os eliminaram do mercado paranaense. Sendo que agora o produto não é o pinho, mas o mogno serrado.

Essas breves considerações ajudam a clarear um pouco a tese - freqüentemente citada, mas pouco discutida - do isolamento da Amazônia no mercado interno, e dir-se-ia, da perpetuação desse isolamento no período em questão, ao mesmo tempo em que tal política traz no seu bojo, rebento para a superação deste.⁵³ De fato, não se pode falar de um impacto direto da política do Estado

⁵⁰ Ibid. p. 18

⁵¹ Ibid. p. 19

⁵² Ibid. p. 19. Já foi tido muitas vezes que os produtos exportados no período em questão foram predominantemente aqueles que já constavam das pautas anteriores, como os produtos agrícolas, minerais, semi-manufaturados e manufaturados da indústria tradicional. Contudo, pouco se sabia acerca do efeito que a política econômica adotada teria sobre a organização desse setor exportador. Neste sentido, embora nos pareça claro no discurso de um dos fundadores do sindicato patronal do Paraná que uma das estratégias adotadas por esse segmento tenha acelerado uma tendência que é natural na economia, ou seja, a concentração e centralização de controle da produção e comercialização nas mãos de um grupo, a insuficiência de dados não nos autoriza a afirmar com rigor que isso tenha acontecido. Fica, portanto, em aberto essa questão.

⁵³ Para Francisco de Oliveira, "(...) a dificuldade de transporte e comunicações, e o fato de que o Norte exporta grande parte de seus produtos sem passar pelo Sudeste, parecem fortalecer a hipótese do isolamento do mercado interno"(p.52); e ainda, que tal isolamento "evitou que sua economia fosse afetada, negativa ou positivamente, pela redefinição da divisão inter-regional do trabalho, decorrente do processo de industrialização no Sudeste"(p.52).

desenvolvimentista sobre a região, do ponto de vista econômico. E as razões para a continuidade desse isolamento parecem claras. O governo, para acelerar a industrialização, precisava tirar o máximo de proveito das oportunidades oferecidas pelas regiões e setores já totalmente integrados ao mercado interno e externo, ou com possibilidades concretas para tal. Desse modo, não encontrava-se em condições de dispensar esforços em regiões isoladas do ponto de vista espacial e sobretudo do ponto de vista econômico, com limitada capacidade de responder ao volume de produtos exportáveis que as relações de troca com mercado externo demandavam naquele momento. Teria a Amazônia, através de seus principais produtos (castanhas, óleos vegetais, borracha, couros e peles e madeiras), condições de responder a essa nova condição imposta pelo Governo Central?

Se for observado o valor gerado pela exportação do país, no ano de 1946, conforme ilustra a tabela seguinte, fica evidente a baixíssima participação de produtos oriundos da Amazônia em relação ao café e algodão exportados do Centro-Sul. Por outro lado, observa-se também que a madeira, embora participe com uma grande diferença em relação aos dois principais produtos, se destaca quando é confrontada com os demais. Ocorre que o valor aí gerado provém quase cem por cento das exportações de pinho serrado da região sul, que no ano de 1947 correspondeu a cerca de 81% das vendas externas de madeiras, ficando em 1948 em cerca de 77,5%.⁵⁴ A participação das madeiras da Amazônia nas exportações do pós-guerra somente é percebida quando se toma exclusivamente a produção brasileira de madeiras de lei, ou folhosas, na qual a região respondeu respectivamente no biênio 1947-1948 com 23,9% e 16,9%.⁵⁵ Esses dados indicam, não só a fragilidade da estrutura produtiva da economia regional, como também revelam a extrema concentração do capital no Centro-Sul. É este o quadro que o setor apresenta no momento em que se dará nova direção ao modelo de substituição de importações, que resultará igualmente no fortalecimento do pólo mais dinâmico no Centro-Sul.

Portanto, fica eliminada a hipótese de que tal integração não se deu porque o Governo encontraria dificuldades de controlar as relações de troca da Amazônia com o mercado interno. O mais

Segundo este autor, que levanta essas hipóteses a partir dos dados relativos à participação do setor agrícola, industrial e serviços das regiões no total da economia brasileira, no período de 1947-68, o isolamento da Amazônia começará a ser rompido com a construção da Belém-Brasília, o que, segundo ele, induz a uma hipótese congênita àquela apresentada e que de fato hoje é plenamente comprovada. OLIVEIRA, op. cit.

⁵⁴ FERREIRA, J. Soares. O preço das madeiras nacionais no decênio 1939-1948. In: *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, v.2(2). INP, 1949, p. 82. Esse mesmo autor destaca que, nesse biênio, o Brasil ocupa o quinto lugar dentre os grandes países exportadores de madeiras resinosas, serradas ou aplainadas. Esses países são, por ordem crescente: Canadá, EUA, Finlândia e Suécia. Já os principais compradores do pinho serrado e aplainado são por ordem crescente: Argentina, Uruguai, Grã-Bretanha e União Sul-Africana. p. 88-89.

⁵⁵ *Anuário Brasileiro de economia Florestal*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do pinho 2(2). 1949.

correto seria dizer que não havia uma produção regional que justificasse sua inserção e conseqüentemente o seu controle ou, mais diretamente, não havia capital suficiente para controlar.

Desse modo, pode-se concluir que o estágio em que se encontrava a produção material da Amazônia, no segundo período de vigência do modelo de substituição de importações, não apresentava as condições suficientes e necessárias para responder às exigências que a política do Estado impunha naquele momento aos setores produtivos tradicionais, como necessidade para promover o desenvolvimento industrial do país. Por essa razão, o lugar que a Amazônia irá ocupar na economia brasileira será mais uma vez retardado, e por conseguinte resultará muito mais das próprias contradições do processo de acumulação do capital no Centro-Sul do País do que de sua inserção na gestação desse processo.⁵⁶

Em outras palavras, pode-se afirmar que a política econômica do Estado, que vai reorientar o movimento da acumulação do capital no país a partir do pós-guerra, se por um lado atua de forma decisiva no controle das relações de troca entre mercados interno-externo ou entre os setores importador-exportador da economia do Centro-Sul, por outro lado vai permitir que na Amazônia, essa relação permaneça orientada pelas forças do próprio mercado. Essa "liberdade" significa, do ponto de vista do comércio exterior, a reprodução das relações de troca sob o mesmo estatuto colonial que prevalecera no passado da economia regional.

Visto sob a ótica da expansão do capital a nível internacional, esse quadro sugere que a partir de então, as relações econômicas do Brasil com o mercado mundial vão se dar sob dupla forma. Por um lado, instaurando-se uma nova ordem sob a égide do capital industrial, através da exportação maciça para o Centro-Sul da capital-mercadoria (maquinário, equipamentos e insumos básicos, matérias-primas à indústria) e em menor proporção, de capital-dinheiro na forma de financiamentos ou empréstimos. Em troca, exporta produtos primários e manufaturados da indústria local, resultado do grau de industrialização que o país conseguira alcançar e, portanto, relativos a bens de consumo durável (tecidos, sapatos, confecções brinquedos, etc...).⁵⁷ Por essa via, a política econômica implementada a partir de 1947 vai ser

⁵⁶ Por essa mesma linha de raciocínio pode-se compreender porque "fracassaram" as primeiras tentativas de promover o desenvolvimento econômico da região. Na realidade, não tratava-se de um "fracasso", mas da falta de disposição política em promover o seu desenvolvimento. E isso tanto é verdade, que nos primeiros anos de crise resultante das contradições da própria política econômica adotada no país (que coincide com a vigência do I Plano Quinquenal da SPVEA: 1955-60), a tese do "isolamento da região" parece cair por águas abaixo, pois de imediato o orçamento da SPVEA sofre os efeitos da inflação, dos atrasos nas transferências e do corte nos recursos que por lei lhes eram garantidos, e uma série de outras dificuldades. Vide MAHAR, Dennis. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Col. Relatórios de pesquisa, nº 39, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. p. 18. Tudo indica, portanto, que a relação do Estado com a Amazônia foi uma relação de exclusão, negativa, ou seja, os impactos ou os efeitos que ela sofreu de dentro do país foi no sentido de perpetuar uma situação dada, e não de modificá-la ou transformá-la. E quando essa transformação é decidida, ela se faz desastrosa e absurda.

⁵⁷ Sobre as formas e o volume de capitais transferidos do EUA (potência hegemônica na época) para o Brasil até mais ou menos 1955, vide SINGER, Paul, Op. cit. p. 47-48. Segundo alguns autores, essa nova forma de relações de intercâmbio entre Brasil e os países industrializados, se por um lado foi favorável a

favorável à recomposição do capital monopolista, que impõe uma nova ordem na divisão internacional do trabalho, através da abertura de novos mercados para o capital industrial-financeiro. Este será definitivamente consolidado nos anos 60, embora resida na política econômica do Governo Juscelino Kubitschek, o marco fundamental que vai permitir que a economia brasileira se torne o melhor alvo de disputa entre os conglomerados americanos, europeus e japoneses.⁵⁸ Aí reside portanto, o lado "novo" das relações de troca entre o Brasil e os países hegemônicos. Mas ao mesmo tempo, a política adotada a partir do segundo período de vigência do modelo de substituição de importações, reproduzia de uma forma direta o velho esquema do modelo primário-exportador, mantendo um mercado quase exclusivamente fornecedor de matérias-primas para aqueles mesmos países exportadores de capitais para o Brasil. No primeiro caso, o Centro-Sul participa duplamente. No segundo caso, a relação é quase unilateral e a Amazônia é o seu melhor exemplo, o que decorre não de uma fatalidade, mas de uma dupla exclusão: a do próprio Estado, que optou por fortalecer e concentrar investimentos no Centro-Sul, e por consequência, a do próprio capital estrangeiro, que foi direcionado para essa região.

4.1 - A perspectiva de ocupação econômica do Vale Amazônico na política de ajuda internacional: os acordos de cooperação mútua.

O quadro que se delineia durante os anos 50 no âmbito da economia mundial e nacional e na mediação entre ambas, a economia local, é sem dúvida algo complexo, e não se está de modo algum querendo reduzi-lo a uma simplificação singela. Pelo contrário, procura-se entender como essa complexidade se revela no âmbito de uma determinada temática, no caso a economia madeireira, no processo que constitui sua gênese como empreendimento capitalista na Amazônia.

Com efeito, o que já foi exposto, acrescido ao fato político de que a Constituição de 1946 estabelece um programa de desenvolvimento regional mas que somente concretizar-se-á quase uma década

estes últimos, na medida em que contribui para a recomposição do capital industrial nesse bloco de países (transferindo para os demais as linhas de produtos manufaturados não mais rentáveis, como os citados acima, ou seja, liberando os investimentos nesses países para ramos de produção mais complexos), por outro, para países como o Brasil e a Coreia do Sul, a sua integração a essa nova divisão internacional do trabalho - que a princípio parecia favorável - revelou-se nas décadas seguintes o contrário. É a conclusão a que chega Theotônio dos Santos, nessa passagem: "O aumento nas exportações de insumos industriais, em alta escala, verificado nestes países, foi acompanhado por um aumento muito maior nas importações de insumos industriais, agigantando assim, de maneira impressionante, o o déficit comercial. Aumentaram ao mesmo tempo os fretes pagos pelo transporte deste comércio crescente às companhias internacionais. "In: *A Trilateral: nova face do capitalismo mundial*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979. p. 153.

⁵⁸ A crise econômica que marcou o final do segundo período do modelo de substituição de importações, e que, segundo os diversos analistas, levou o governo a ampliar e facilitar a participação do capital estrangeiro na economia brasileira na forma de investimentos diretos, empréstimos e financiamentos, foi determinada em grande parte pela própria estratégia do capital privado americano. Até então, só grandes conglomerados tinham priorizado a "recuperação" da economia europeia, e agora voltavam-se para outros continentes, no sentido de "cooperar" com as economias sub-desenvolvidas, e com aquelas que enfrentavam crises no seu próprio processo de desenvolvimento, como foi o caso do Brasil. Vide a respeito: SINGER, Paul, Op. cit. p. 47-50, e SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. p. 63-64; KAY, Geoffrey. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*: uma análise marxista. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977. cap. 6, p. 149-155.

depois (e com todas as limitações já conhecidas), indica claramente que o Estado não estava interessado em "liberar" a Amazônia do seu estado de atraso. Contudo, não era com essa indisposição que as nações "amigas" do Brasil, e por trás delas, os interesses do capital monopolista, colocavam-se diante de uma região com dimensões continentais como a Amazônia, e conseqüentemente com um grande potencial de recursos naturais que poderia transformá-la em fonte estratégica de fornecimento de matérias-primas. Afinal, como diz Lênin: "O capital financeiro não se interessa apenas pelas fontes de matérias-primas já conhecidas. Ele interessa-se pelas fontes possíveis (...)." ⁵⁹ Esse interesse explica-se pela própria lógica de acumulação do capital, pois conforme comenta o mesmo autor, "quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro, e mais brutal é a luta pela posse das colônias."

A partir dessa lógica, que orienta e organiza a economia e o mercado mundial na fase do capital monopolista, a qual não permite que nenhum continente e nenhuma região do mundo, especialmente aquelas potencialmente ricas em recursos naturais, fique de fora do controle dos países hegemônicos e em particular dos EUA, pode-se inferir que as possibilidades de investimento no Brasil eram vistas de fora por um ângulo muito mais amplo. Assim, nele cabiam não apenas o Centro-Sul mas também a Amazônia e, concretamente, seus minérios, suas florestas, sua riqueza ictiológica, seus solos, férteis ou não, seu potencial energético, seus campos naturais, enfim, suas terras.

É somente nessa perspectiva que se pode entender os interesses dos EUA e Europa expressos na chamada política de cooperação econômica que em alguns casos tem como porta-voz a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas como a FAO. É por essa via que vem à tona a proposta de realização do levantamento aerofotográfico do Brasil e o levantamento, mapeamento e inventário florestal do Vale Amazônico. Esse interesse se manifesta concretamente no início da década de 50, quando no Governo de Getúlio Vargas são assinados os dois acordos de "assistência mútua" ou "cooperação técnica", como são conhecidos. O primeiro, assinado em 1952, tinha como finalidade declarada "preparar mapas topográficos e cartas aéreas do Brasil". Mas revelou-se depois que os reais interesses do EUA eram o mapeamento de terras e a descoberta e exploração das reservas minerais. ⁶⁰ É verdade que, formalmente, acordos bilaterais de ajuda mútua supõem o consentimento por

⁵⁹ LÊNIN, V.I. *Imperialismo fase superior do capitalismo*. 1 ed. Trad. Olinto Beckerman, São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979, p. 82-83

⁶⁰ Segundo Marcos Arruda, os termos desse acordo delegavam a uma Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos a realização do levantamento. Mas eram os EUA que impunham as condições; forneceriam todo o material necessário (aviões, combustível e alimentação para os seus técnicos), e em troca o Brasil forneceria "todos os dados astronômicos, geodésicos e topográficos, bem como os respectivos documentos, mapas e esboços que no momento estivessem sob o seu controle, ou que ele pudesse obter durante a implementação do programa." Além disso, os negativos das fotografias e as observações de campo originais feitas pelos "órgãos técnicos dos EUA deveriam ser guardados em seus próprios arquivos". Quanto ao controle das informações, o acordo

parte daquele que será ajudado, até mesmo por necessidade real. Contudo, em determinadas condições políticas, por trás do consentimento pode esconder-se uma forma "sutil" de pressão e imposição. Costuma-se dizer que o Estado não dispunha de recursos materiais para realizar tarefa tão gigantesca, como o levantamento de suas terras e riquezas inexploradas, e por essa razão, recorrera à ajuda externa. Em tese, esse argumento tem alguma razão de ser, em especial para o caso da Amazônia que sempre recebera um tratamento secundário. Apesar disso, a realidade não é tão simples assim e, neste sentido, torna-se necessário examinar as circunstâncias políticas e econômicas no bojo das quais se tomou iniciativas tão decisivas para o destino econômico que seria dado a grande parte dos recursos minerais e florestais do território brasileiro e, em síntese, de suas terras. Aqui, mas uma vez é na teoria leninista do imperialismo que se vai encontrar um fio condutor para identificar algumas das peças fundamentais que ajudam a compreender essa questão. Segundo Lênin, "(...) o capital financeiro tem geralmente tendência para controlar o maior número possível de terras, sejam elas quais forem e estejam elas onde estiverem, e sejam quais forem os meios, esperando descobrir aí fontes de matérias-primas e receando ficar para trás na encarniçada luta pela partilha das últimas parcelas ainda não partilhadas, ou pela "nova partilha" das parcelas já partilhadas".⁶¹

Ocorre que a forma politicamente ideal para exercício desse controle, a apropriação monopolista de recursos naturais que, segundo Lênin, é o sistema colonial, fora em grande parte bloqueada nos anos 40 e 50, quando o movimento nacionalista espalhou-se pelos continentes asiáticos e africano, levando antigas colônias à constituição de novos Estados nacionais, enquanto na América Latina o Estado se fortalecia pela via dos regimes políticos de cunho populista.⁶² Nessas condições, a correlação de forças era virtualmente diferente do momento histórico analisado por Lênin, quando os países hegemônicos disputam, com maior margem de segurança, a apropriação de matérias-primas no resto do mundo, em grande parte sob seu controle na forma de "possessões". Com efeito, os EUA, que saíram como potência dominante no pós-guerra, tiveram que recorrer a novas estratégias para abrir espaços de atuação nos territórios politicamente soberanos. O rearranjo e fortalecimento da sua política diplomática, da qual resultaram acordos bilaterais, alianças e pactos de ajuda mútua, foi seguramente uma das formas

"proibia ambos os países de fornecer para outros países ou empresas as fotografias ou a informação específica e detalhada sobre a aerofotografia, levantamentos geodésicos e outras operações técnicas. "A descoberta de que os interesses dos EUA eram na verdade o mapeamento de reservas de minério de ferro levou o Congresso Nacional a embargar sua realização, tendo sido posteriormente viabilizado pelo governo militar, iniciando-se em julho de 1964. In: Cadernos do CEAS nº 53, jan-fev, Salvador, 1978. p. 39-40.

⁶¹ LÊNIN, Op. cit., p. 83

⁶² Sobre os princípios ideológicos e características que marcam o movimento nacionalista no século XX, vide NILO, Odália. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964, In: Brasil em perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p. 353-370.

encontradas pela grande potência para instalar suas bases políticas e econômicas nos países aliados, e penetrar em assuntos e setores que, em tese, eram de segurança nacional para aqueles países, mas que na prática constituíam-se em interesse econômico estratégico para os EUA.

E quais eram esses interesses no campo da apropriação dos recursos naturais, que estavam por trás da política diplomática dos EUA no decênio de 1948-1958, quando perdurou a chamada "guerra fria?" Não há dúvida de que eram (e são) os recursos minerais (petróleo, cobre, zinco, bauxita, manganês, níquel, nióbio, etc...), as matérias-primas mais disputadas pelo capital monopolista.⁶³ Isso portanto, levou os EUA a estabelecer relações diplomáticas ou mais propriamente pressões diplomáticas de amplo alcance político na América Latina, como forma de romper barreiras que lhes dificultassem vasculhar o continente e suas regiões, visando o controle dos recursos naturais estratégicos para salvaguardar sua hegemonia no campo econômico e político-militar. O meio encontrado para tal foi a política diplomática. Os grupos econômicos que estavam por trás dessa política (para adiantar-se a seus concorrentes receando "ficar para trás") eram a HANNA MINING Co, a BETHLEHEM STEEL CORPORATION, a STANDARD OIL e alguns outros conglomerados que têm suas bases políticas em território norte-americano. Finalmente, o álibi para a "invasão permitida" em Estados politicamente soberanos foi encontrado no próprio discurso do Estado burguês que, independentemente do regime político que o sustenta, sempre alega falta de técnica, capital e trabalho especializado para se permitir ajudas externas dessa e de outra natureza.

Nesse particular, a ideologia desenvolvimentista expressa nos discursos de Vargas não se altera na essência do discurso de Juscelino Kubitschek, embora no primeiro, o conteúdo nacionalista seja fortemente acentuado. Assim, no seu discurso de Ano Novo proferido em 30 de dezembro de 1951, Vargas, ao falar do seu plano de desenvolvimento para o país, assim se manifesta: "No tocante às indústrias básicas, a política do Governo tem sido a de animar sua expansão ou sua introdução no país. A transferência, já iniciada, de várias indústrias estrangeiras para o Brasil, trazendo capital, técnica e trabalho especializado, é um crédito de confiança no futuro do país e, por certo, provocará novo e rápido surto de progresso."⁶⁴ O discurso de Kubitschek, em uma de suas mensagens de 1959, acentua a necessidade de ajuda internacional já contida no discurso de Vargas, mas evidencia claramente uma atuação de mais amplo alcance: "Impõe-se ressaltar ... a dependência em que se encontrará qualquer plano de

⁶³ Segundo John Gunther, 85% da produção industrial norte-americana envolve aço, e 90% do total de empregados remunerados estão diretamente ou indiretamente ligados a esse produto. In: GUNTHER, John. O drama dos EUA. Trad. brasileira, p. 478, citado por PEREIRA, Osny D. In: Transamazônica Prós e Contas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 197, p. 48. Esse dado, por si só, indica a importância desses recursos para economia americana.

⁶⁴ VARGAS, Getúlio. Discurso de Ano Novo, Ensaio de Opinião. Rio de Janeiro, Editora Inúbia, caderno nº 2, Col. 1, 1975. p. 42-44.

desenvolvimento, de uma cooperação econômica internacional mais ampla, tanto no que diz respeito a capitais e a assistência técnica, como no que se refere a acordos inter-governamentais sobre mercados e produtos". Num discurso de 1956, ele coloca de forma mais incisiva sua concepção acerca da ajuda externa: "A colaboração do capital estrangeiro não é assim matéria para debate emocional; é uma necessidade técnica... Se a nossa capacidade interna de capitalização é limitada, o recurso ao capital estrangeiro que pretende integrar-se efetivamente ao nosso país é um meio de fortalecer a nossa economia. Rejeitar o capital estrangeiro sem a capacidade técnica e econômica de fazer investimentos rejeitados não é nacionalismo; é fraqueza e timidez."⁶⁵

Contudo, na segunda gestão do governo de Vargas (1951-54), as ações resultantes daquele princípio desenvolvimentista nem sempre encontraram um clima político favorável para se consolidarem, o que levou o Congresso a embargar o levantamento aerofotogramétrico do Brasil, embora tenha ficado em aberto a realização do levantamento dos recursos florestais do Vale Amazônico, que vai ser iniciado no último ano do seu governo.

Antes de entrar no que já se referiu, cabe esclarecer que não se pretendeu formular conclusões acabadas acerca do que foi exposto, apesar da preocupação na escolha da bibliografia consultada.⁶⁶ A intenção foi apenas de colocar em evidência certos elementos de uma determinada conjuntura, de modo a melhor compreender que a política diplomática foi uma das vias estratégicas pela qual os EUA "preparavam o caminho" para uma ação econômica no pós-guerra, tanto no Brasil como no resto da América Latina. Isto pode ser melhor dimensionado se for levado em conta o fato de ter sido, conforme alguns autores já demonstraram, inexpressiva ou insignificante a inversão de capitais americanos na economia brasileira na primeira metade dos anos 50, como também já arrolaram as razões para tal fenômeno.⁶⁷ Resta, portanto, buscar no campo político explicações para determinadas práticas envolvendo

⁶⁵ Apud, CARDOSO, Míriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. p. 138-139.

⁶⁶ A literatura básica tomada como referência foi:

- GRAMSCI, Antônio. A ciência e o Príncipe Moderno. In: Obras Escolhidas, Trad. Manuel Cruz, São Paulo, Editora Martins Fontes, 1978. p. 187-196; p. 229-230; p. 236.
- ODÁLIA, Nilo. Op. cit.
- MATOS PIMENTA. Forças Armadas, a Petrobrás e a standard Oil, Ensaio de Opinião, ibid. p. 42-44.
- VARGAS, Getúlio. Discurso de Ano Novo (31.12.51), ibidem, p.13-16.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A época de Vargas, Op. cit., p. 5-12.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Atos Internacionais Assinados pelo Brasil. In: Relatórios: 1952, 1955, 1956. Serviço de Publicações, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- SIST, Arturo & IRIARTE, Gregório. Da Segurança Nacional ao Trilateralismo. In: Hugo Assmann Editor, Ibidem, p. 167-170.

⁶⁷ Singer sintetiza este pensamento ao destacar que fora estrategicamente mais interessante para os EUA investir produtivamente nos países industrializados do que na América Latina, no período do pós-guerra. Assim, em 1950, os investimentos diretos dos EE.UU na indústria de outros países totalizavam US\$3,8

ambos os países, apoiando-se na conjuntura política e nas próprias tendências do desenvolvimento capitalista. Sem dúvida, a situação é delicada e sua compreensão requer, acima de tudo, que não se isole os fatos, mas ao contrário, que se estabeleça a conexão que se esconde por trás de aparente isolamento.

Neste sentido, parece claro que a política internacional dos EUA no pós-guerra foi literalmente traçada no sentido de conter a expansão do regime político imposto pela URSS. Não pelo regime em si, mas pela ameaça que a liderança soviética representava aos EUA, especialmente no campo econômico europeu, onde estava concentrada grande parte dos investimentos americanos, públicos e privados. Economia e política, já diziam os clássicos, condicionam-se mutuamente, e a diplomacia é uma das armas políticas para direcionar as relações internacionais no sentido de interesses determinados. É óbvio que esse movimento é dirigido pelas nações que detêm poder econômico e político para arrastar as demais. No pós-guerra, esse poder sofre um rearranjo, colocando-se em cena novas potências e "dois blocos". Mas eram os EUA que saíam na linha de frente, e por essa razão precisavam ampliar seu campo de ação nas zonas de sua influência, de modo a constituir uma força política de amplo alcance para enfrentar seus concorrentes. É no bojo deste movimento político que se pode encontrar alguns elementos que indicam em parte porque a política externa brasileira desse período vai buscar seus princípios na doutrina do Estado americano, ou seja, na doutrina da Segurança Nacional. Paradoxalmente, é com base nessa mesma doutrina que orienta sua relação diplomática enquanto políticas, que o governo brasileiro vai se permitir ajudar e firmar acordos que se constituem na realidade uma ameaça à verdadeira soberania da Nação.⁶⁸

bilhões, dos quais 49,5% tinham sido empregados no Canadá, 24,3% na Europa e 15,1% na América Latina, isto é Brasil, Argentina e México; e conclui: "até a década dos 50 pode-se dizer que a industrialização destes países se fez à margem e à revelia do grande capital internacional, representado pelos conglomerados dos países industrializados (...). De 1955 em diante, iniciou-se um processo de integração de importantes setores da indústria destes países ao circuito internacional do capital. Consequentemente, a indústria do Brasil, da Argentina e do México (...) tornou-se cada vez mais solidária com o capital internacional, passando a participar de sua expansão e sofrendo as consequências de suas contrações em medida cada vez maior." *Op. cit.* p. 47-48.

⁶⁸ A propósito, o segundo mandato do Governo de Vargas contou com forças claramente conflitivas a esse respeito, pois enquanto a sociedade civil mobilizava-se amplamente reivindicando o monopólio estatal do petróleo, com o apoio dos militares nacionalistas nos quais Vargas se sustentava para viabilizar a proposta de criação da Petrobrás, o seu próprio Ministério tinha como Ministério das Relações Exteriores um alto funcionário de um dos maiores trustes petrolíferos mundiais, no dizer de Nelson Werneck Sodré: "empenhadíssimo em combater a solução da questão do petróleo brasileiro pelo monopólio estatal", e ainda: "seu Ministro da Fazenda era conhecido e notório instrumento de organizações financeiras estrangeiras (...)". SODRÉ, *Op. cit.*, p.10. Esse é um dos aspectos que indicam a delicada situação da política interna do país naquele momento, quando, sem dúvida, a campanha pelo monopólio estatal da exploração do petróleo trouxe à tona, de forma concreta, os interesses reais que se articulavam no âmbito da política internacional.

5. A DEMANDA EXTERNA DE MADEIRAS TROPICAIS NO AVANÇO DAS FRENTES EXTRATIVAS

Não há dúvida de que o impulso maior da economia madeireira na região vai se dar a partir da consolidação dos investimentos estatais em infra-estrutura viária, alicerce fundamental para o acesso terrestre às florestas de terra-firme e, conseqüentemente, para a exploração intensiva das madeiras que têm, nesse tipo de cobertura florestal, seu *habitat* por excelência.

Contudo, enquanto se rasgava a floresta por meio do aparato tecnológico que daria acesso às terras "por dentro", as frentes extrativas, seguindo o curso natural dos rios, intensificaram sua atuação abrindo leques em diversas áreas e direções, consolidando a exploração econômica das terras baixas, das matas de várzea, ao mesmo tempo em que penetravam os médio e alto cursos dos rios.

Esta evidência, tão real e tão concreta, de frentes que, saindo de eixos opostos e fazendo parte de momentos tão diferentes de nossa história, mas que hoje se entrecruzam, são simultâneas e contemporâneas, merece sair do pé de página dos manuscritos fragmentados da ideologia de conteúdo xenófobo e ufanista, para ocupar o lugar que o pensamento crítico tem deixado escapar, deixando por conseqüência de revelar a unidade e a determinação que se escondem por trás das formas que assume a economia extrativa com aparência tão dispar.

São as "primeiras frentes", ou seja, aquelas que se expandiram entre as décadas de 30 e 60, que constituirão o objeto de exame neste momento, em particular para demonstrar que, entre a crise do *boom* da borracha e a "era" do trator e da moto-serra, o capital encontrou outras formas de se alimentar nos "thesouros desta vasta e fértil terra". O reaquecimento da economia mercantil, nesse período, pode ser evidenciado recuperando-se uma das práticas que lhe é bastante peculiar na região, qual seja de dominar e empurrar homens para o interior da mata e assim apropriar-se de recursos naturais que até então cumpriam uma função reprodutora, não do capital, mas do próprio ecossistema. Ou ainda, que respondiam às necessidades materiais de povos indígenas refugiados na mata, sem que essa condição chegasse contudo a perturbar aquela.

Assim sendo, não se pode negar aos responsáveis pela primeira iniciativa de formulação de uma Política de Planejamento do Desenvolvimento da Amazônia, no início dos anos 50, sensibilidade para a tendência dominante na produção material da região que se configurava até aquela época. Ao darem ênfase ao aproveitamento do sistema fluvial como principal meio de transporte e proporem entre as medidas prioritárias ao desenvolvimento da região "o melhoramento do transporte fluvial, pela expansão e

modernização da frota e das instalações portuárias",⁶⁹ seguramente, os planejadores davam o testemunho de quem vê a região "de dentro". E "dentro", qual era o tipo de produção que se organizava e como ela se expandia? Quem controlava essa produção e a que interesses atenderia essa "frota e instalações portuárias" modernizadas?

Embora poucos estudos tenham se ocupado da análise da produção regional no período "pós-boom", o conhecimento já acumulado nos autoriza a afirmar que a base de sustentação da economia mercantil continuará a ser a indústria extrativa. Mapeando-se o território, observa-se que cada área, cada região contribuía com os produtos naturais que lhe eram mais abundantes. Especialmente onde a estrutura de poder econômico estava mais vitalizada para dar curso à expansão as atividades mercantis.

Planejadores e particularmente latifundiários e comerciantes estavam convencidos de que a borracha fracassara, e por essa razão era preciso investir o capital aí acumulado em novas frentes extrativas ou novas fontes de lucro.⁷⁰ É assim que, após a crise da borracha, a produção regional vai sofrer uma espécie de redivisão regional do trabalho, passando-se a explorar de modo mais sistemático, não mais um, mas vários produtos. Dentre estes destacam-se, além da borracha, a castanha, as madeiras, os couros e peles de animais silvestres, o peixe seco, as sementes oleaginosas, o arroz, o cacau, a juta e o algodão. O Acre continuava produzindo a borracha em maior escala que os demais Estados da Amazônia.⁷¹ Simultaneamente a essa produção mercantil, destinada ao exterior e ao sul do país, cada região ocupava-se da produção de alimentos voltada ao abastecimento do mercado local.⁷²

Portanto, a exploração mercantil de produtos silvestres e agrícolas, ao lado de uma rede de pequenas e médias empresas ligadas diretamente às fontes locais de matéria-prima como olarias, serrarias, vestuário, alimentação, movelaria, produtos farmacêuticos e outros, revela uma economia visceralmente

⁶⁹ MAHAR, Denis. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. p. 18. (Col. Relatório de Pesquisa, 39)

⁷⁰ Há autores que sugerem outro raciocínio. É o caso de João Antônio de Paula, que apesar de fazer uma das boas análises que conhecemos acerca da economia da borracha, diz o seguinte:

"Ao comprar tudo de fora, ao importar todas as mercadorias de que necessitava, a economia da borracha constitui-se uma bomba de sucção poderosa, extraindo polpidos lucros da exploração dos seringueiros, mas não conseguindo reter estes lucros, que pelo comércio, nas trocas, eram quase que totalmente carregados para fora." Segundo este autor, os lucros que aqui ficavam "tinham sido inteiramente utilizados como rendas, no consumo por vezes suntuário". In: O Velho e o Novo: um ensaio sobre a economia da borracha no Brasil. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1981, p. 26 (mimeo).

⁷¹ A respeito de produtividade dos seringais acreanos, vide: SANTOS, Ibid, p. 77-86. Uma análise interessante da ocupação econômica da região acreana como determinação da expansão do capital monopolista é feita por João Antônio de Paula. Op. cit.

⁷² No Pará, a produção de alimentos concentrou-se em Belém e nas microrregiões Brangantina, Guajarina e Salgado, sendo que a Zona Bragantina respondeu por aproximadamente 46,5% da produção agrícola de todo o Estado do Pará (incluindo outros produtos agrícolas como o fumo, algodão, cana-de-açúcar). In: CRUZ, Ernesto. A estrada de ferro de Bragança. Visão social, econômica e política. Belém, SPVEA, Setor de Coordenação e Divulgação. 1955. p. 155.

ligada aos recursos naturais e que, à exceção das áreas localizadas ao longo da inexpressiva rede de estradas em especial no Pará, dependia fundamentalmente do transporte fluvial para a circulação interna das mercadorias, e no conjunto, para sua comercialização com o mercado extra-regional.

Na verdade, o que faltou aos planejadores da SPVEA foi a sensibilidade para entender o que acontecia com a economia brasileira naquele momento, e o lugar reservado à Amazônia a partir de então.

É por essa razão que, entre o idealismo do órgão e as iniciativas simultâneas do Governo Federal, vai uma grande distância, a um confronto até paradoxal, pois enquanto os políticos, porta-vozes da classe dominante local, reclamavam no "planalto" a "modernização da frota e das instalações portuárias", como um dos meios necessários ao desenvolvimento regional, o próprio orçamento do órgão para este setor era esvaziado. E isto pela construção da estrada que vai dar outros rumos ao processo de ocupação econômica da Amazônia, nova infra-estrutura de transporte à região e, conseqüentemente, novas vias de acesso aos recursos naturais.⁷³

Com efeito, o que se esconde por trás de interesses aparentemente tão antagônicos é, na verdade, a manifestação de formas diferenciadas que assume o capital. Por um lado, o capital comercial, hegemônico na região, é revitalizado ao encontrar novas fontes de lucro após a crise do boom, o que se deu com base na reprodução de condições técnicas e sociais tão atrasadas que para dinamizar a economia bastava-lhe modernizar, não a infra-estrutura de produção, mas sim a de comercialização. Daí a imperiosa necessidade de uma frota de navios, barcos rebocadores, alvarengas, balsas e outros.

Em síntese, o que a classe dominante, e não "a região", necessitava naquele momento era injetar recursos públicos no transporte fluvial, já que este era o motor do processo de acumulação proveniente de alguns produtos que davam sinal de uma carreira próspera no mercado mundial.⁷⁴

Por outro lado, o capital industrial acumulado no Centro-Sul, onde já tinha provado seu poder e imposto sua hegemonia,⁷⁵ forçava a abertura de novos mercados por uma via de mão-dupla, numa

⁷³ Segundo Mahar, "se forem levados em conta os custos da rodovia Belém-Brasília, as despesas reais com transportes e comunicações excedem as verbas inicialmente incluídas no orçamento". Op. cit. p. 19.

⁷⁴ Dentre esses produtos destacavam-se principalmente: na indústria extrativa, a produção de castanha, sementes oleaginosas, madeiras de lei, couros e peles; na agricultura, a produção de pimenta do reino e fibras. Os trabalhos que se ocuparam da análise das relações sociais de produção envolvendo algumas dessas atividades, no período de crise da borracha, são os seguintes: VELHO, Otávio G. Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro, Zahar e Editores, 1972. 4º capítulo; PINHO, Ernesto R.M. Os trabalhadores da juta. Porto Alegre, 1982. dissertação de mestrado (mimeo); FERREIRA, Marília Emmi. Estrutura fundiária e poder local: o caso de Marabá. Belém, NAEA/UFPa, 1984. Dissertação de mestrado (mimeo).

⁷⁵ Diversos autores têm analisado o processo de acumulação do capital no centro-sul, dentre os quais merece atenção o trabalho de OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977. cap. 2 e 3. Contudo, a análise mais completa para o caso da Amazônia, apontando as causas estruturais que levaram a expansão do capital financeiro industrial para a região, bem como a ideologia econômica e política que deram suporte à ocupação econômica propriamente dita, é feita por NASCIMENTO. Op. cit. terceira parte.

perspectiva que escapava aos ideológicos de seu "velho irmão" em estado de convalescença e certamente porque estes estavam acostumados a viver na dependência de um rio cujas águas só correm "numa direção".

A partir de então, o que estava em jogo não era simplesmente a expansão da economia mercantil impulsionada pela demanda local e internacional de produtos silvestres e agrícolas, e a oferta de produtos industrializados sob o controle direto e hegemônico do capital comercial. Tratava-se de abrir novos mercados para o capital-mercadoria e o capital-dinheiro, excedente no Centro-Sul, e mesmo a ampliação das fontes fornecedoras de matéria-prima necessárias ao consumo produtivo no centro mais dinâmico da economia brasileira.⁷⁶ Assim, e pela primeira vez, forjava-se uma relação da Amazônia com o mercado mundial, como também os efeitos de sua "tardia" incorporação à divisão inter-regional do trabalho resultante da industrialização brasileira.

Com efeito, o impacto de maior significado da Belém-Brasília sobre as atividades madeireiras nos anos 60 vai se dar sobretudo na comercialização e não na produção. Neste sentido, pode-se afirmar que a conexão da Amazônia com o Centro-Sul pela via rodoviária vai, num primeiro momento, se constituir, embora indiretamente, uma ameaça aos comerciantes mais fortes que controlam o comércio de produtos silvestres e agrícolas do Vale Amazônico. Isto porque a rodovia, ao drenar os grandes centros urbanos de mercadorias (fato este que vem amparado na expansão do sistema de vendas a crédito), revitaliza o fenômeno de "regatões", os quais apresentam-se como uma alternativa aos produtores das regiões mais longínquas, antes dependentes exclusivamente de seus "patrões".⁷⁷

Vistos sob outra ótica, pode-se também inferir que os comerciantes terão maior oportunidade de formar estoques, ampliar sua lista de mercadorias supérfluas e, com efeito, fortalecer as relações de aviamento junto aos pequenos produtores. Os dois fenômenos, seguramente, não são

⁷⁶ Segundo OLIVEIRA, "os anos 50 marcam o aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização, tornando a indústria o motor e o centro dinâmico da economia, portanto, da sua expansão. (...)". Op. cit. p. 115.

⁷⁷ Há uma breve referência sobre o papel dos regatões na quebra do monopólio do barracão na década de 50, em MENEZES, Adriano de. O problema da colonização da Amazônia. Coleção Araújo Lima, nº 7. Rio de Janeiro, 1958. p. 40. Os resultados preliminares da pesquisa de David McGrath sobre os regatões de comerciantes do município de Igarapé-Miri com atuação no Estuário, Baixo e Alto-Amazonas, indicam que a proliferação de regatões no Vale Amazônico é um fenômeno que tem seu marco nos anos 50. Ora, considerando-se que o motor a diesel fora introduzido muito antes no sistema de navegação regional (vide Paternostro, infra), a Belém-Brasília só veio ajudar a intensificar e popularizar seu uso, já que o centro-sul produzia motores de diversas potências em larga escala e, neste sentido, encontrou na Amazônia um excelente mercado. A generalização do uso do motor de popa vai facilitar a navegação em qualquer rio pequeno e, independente de sua potência, ele diminui as distâncias, dinamiza o intercâmbio comercial entre povoados e pequenas e médias cidades e, por essa razão, se constitui uma ameaça ao monopólio de poucos comerciantes do interior. Otávio G. Velho refere-se a essa inovação técnica ao analisar a frente da castanha em Marabá, mas corrobora o pensamento de Paternostro segundo o qual, na década de 30, essa inovação teria surtido efeito contrário ao processo hoje observado no Vale Amazônico. Ou seja, ela teria concorrido para fortalecer o controle dos arrendatários e aviadores sobre a comercialização da castanha, numa palavra, o fortalecimento do monopólio. Vide Paternostro, 1945. p. 55, apud VELHO, Otávio G. Op. cit. p. 55.

excludentes, ou podem acontecer de forma mais intensiva numa região e não em outra. Ambos, porém, concorrem para intensificar a mercantilização das relações de troca e, nesse caso, o processo será disseminado pelo segmento mais forte do capital comercial, seja ele representado na figura do "patrão" ou do "regatão". O que é fundamental destacar é que, antes mesmo do advento das estradas, a frente extrativista da madeira organizada no período aqui tratado ocupa um lugar particular nessa disseminação das relações mercantis, uma vez que, facilitada pela utilização do barco a motor, ela penetra em lugares mais distantes, no interior da mata, nos cursos médio e alto dos rios.

Não há dúvida de que foram as terras baixas de mais fácil acesso que responderam em grande parte pela produção de madeira até a década de 60, seja para o mercado local ou para o externo. E, nesse caso, a Região das Ilhas do Pará e, mais precisamente, os municípios de Breves, Gurupá e Curralinho, tiveram um papel importante nessa produção.⁷⁸

Entretanto, as frentes não se limitaram apenas a essas áreas,⁷⁹ elas foram além dos caminhos já traçados para a extração do látex da seringueira, do caucho, da maçaranduba, da balata e outros produtos silvestres; em alguns casos, alcançando as cabeceiras dos rios e invadindo terras indígenas, o que indica que a exploração comercial de madeiras em terras indígenas é um fenômeno que antecede a fase de ocupação recente da Amazônia.⁸⁰

Com efeito, o processo que vai estar em curso em áreas como o Sudoeste do Amazonas, na região do Tocantins e no Norte do Amapá, nos anos 50, e o avanço da frente de expansão definida por Martins como "o movimento social que se desenrola naquele espaço móvel que se situa entre o território já ocupado empresarialmente por grandes fazendas, por uma agricultura organizada em bases modernas, por

⁷⁸ Caberia aqui, lembrar que essa foi a região na qual realizamos a pesquisa de campo e que será objeto de análise no último capítulo.

⁷⁹ Há diversos estudos de botânicos e geógrafos acerca da classificação das florestas amazônicas, dentre estes preferimos tomar como referência o trabalho de PIRES, João Murça. Tipos de vegetação da Amazônia. *Revista Brasil Florestal*, v. 17, 1994. Segundo este autor, as matas de várzea são as florestas que se situam na planície fluvial ou planície alagada, região que sofre influência da flutuação do nível dos rios nos períodos de cheia e vazamento. São terras alagadas, ou pelo menos umedecidas pelas enchentes, existindo, portanto, várzeas mais altas e várzeas mais baixas.

"(...) Na Amazônia brasileira, não se contando os próprios leitos dos rios, segundo Gourou (1950: 401) a planície de alagação perfaz um total aproximado de 60.000Km², o que corresponde mais ou menos a 2% de sua área. Os principais formadores dão, em quilômetros quadrados, a seguinte contribuição: Javari (margem brasileira), 300; Purus, 2.500; Madeira, 2.000; Solimões (acima de Manaus), 15.000; Amazonas (baixo de Manaus), 25.000 (...)" p. 52, grifos nossos.

Segundo ainda este autor, não existe referência suficientes para calcular com precisão a abrangência da área em questão, estimada entre 60.000 e 100.000km², nem dados que possibilitem um mapeamento que leve em conta as variações da cobertura florestal, que no seu entendimento "são variações muito complexas". Por outro lado, a estimativa para as matas de terra-firme é de cerca de 3,5 milhões de km², o que corresponde aproximadamente a 90% da cobertura florestal da Amazônia em território brasileiro. Idem, p.50.

⁸⁰ Os grupos indígenas cuja história de contatos com frentes madeireiras, nas décadas de 40 e 50, foi revelada e é de nosso conhecimento, são: no Pará, os ANAMBÉ, localizados na região do alto rio Caiari, afluente do rio Mojú, no município do mesmo nome; no Amapá, os GALIBI, localizados nas cabeceiras do rio Uaçá, e os KARIPUNA, no rio Gurupi; no Amazonas, os MARUBO e os grupos indígenas arredios, da confluência dos rios Ituí e Itacoai e do alto rio Jandiatuba, no Sudoeste do Estado.

idades, por uma infra-estrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização de mercadorias - que é a frente pioneira, e os territórios tribais."⁸¹

No caso da economia madeireira esse movimento pode ser melhor dimensionado quando se examina a particularidade dessa produção, a qual revela que há uma preferência por um número muito limitado de espécies, o que faz aumentar a disputa nas áreas já ocupadas. Essa disputa e ainda o fato de que algumas espécies tem suas ocorrências limitadas às terras altas forçam o avanço da frente extrativa para territórios tribais.

Examinando a relação das madeiras que lideraram as exportações ao longo dos anos 40 e 50, tem-se, como principais espécies, o mogno, o cedro, a andiroba, a sucupira e a macacaúba.⁸² Merece destaque, sob a ótica do que se vem tratando, que essas espécies, à exceção do mogno ou aguano, têm seu habitat preferencialmente na mata de várzea ou, embora em alguns casos seja espécie típica de terra-firme (como a maçaranduba ou *Manilkara Surinamensis*, espécie que não produz o látex), ocorrem também em lugares úmidos ou inundáveis, à margem de alguns rios. Contudo, elas têm (ou tiveram, em áreas já esgotadas) larga distribuição geográfica em regiões como o Baixo-Amazonas, rio Solimões, Manaus, litoral norte do Estado do Pará, Ilhas, Belém e Baixo Tocantins. Como se vê, muitas dessas áreas coincidem já nos anos 50, com as zonas de maior densidade populacional, centros urbanos, grandes fazendas, etc. Esses dados, associados ao fato de que é o Pará o maior centro exportador e seguramente produtor, evidenciam que, na década de 50, foi nos arredores de Belém, Manaus, Baixo-Tocantins e Região das Ilhas, ou ainda, no Estuário Amazônico de modo geral, que se concentrou a produção de madeiras, em parte destinadas à exportação.⁸³

⁸¹ MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, 1983. p. 114-115 e Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Livraria Pioneira, 1975. p. 43-50.

⁸² No ano de 1959, a andiroba, a macaúba e a sucupira juntas responderam por aproximadamente 65,70% do valor das madeiras exportadas para Europa (predominantemente Portugal), América Latina (Argentina, Uruguai e Peru) e EUA, e por 72,70% do volume. Por outro lado, a distribuição das madeiras por portos indica que a exploração concentrou-se no Estado do Pará, pois à exceção da andiroba, que procedeu 31,46% do território do Amapá, a maioria das espécies exportadas (90,26%) saíram pelo porto de Belém.

⁸³ Na tentativa de melhor delimitação das áreas de procedência das espécies de madeiras mais exploradas a partir dos anos 50, parece-nos mais correto tomar como referência, não a divisão do rio Amazonas de acordo com a classificação por micro-regiões homogêneas, mas a divisão baseada no conceito de Amazônia Ecológica ou Biogeográfica. Neste sentido, Murça Pires, Op. cit. p. 53, apresenta a seguinte divisão:

1. Ato-Amazonas ou Solimões (da boca do rio Negro para cima).

2. Baixo-Amazonas ou Amazonas (da boca do rio Negro até a boca do rio Xingú).

3. Estuário (do rio Xingú para baixo). "A parte superior do Estuário é também conhecida por Região das Ilhas ou Região dos Furos".

De acordo com essa classificação, as áreas onde a mata várzea é mais densa situa-se nos trechos superiores do Amazonas. Entre o Xingú e o Tapajós é menos expressiva. Já do Rio Tapajós ao rio Trombetas, "torna-se mais vigorosa e, principalmente, depois de alcançar os limites Pará-Amazonas além de Parintins (...), seu porte torna-se muito mais expressivo com o aparecimento de grandes árvores, como a Nuiratinga (*Olmediaphaena maxima*)".

Assim, pode-se dizer que a produção de madeira resultante do movimento da frente de expansão na época foi praticamente inexpressivo e, ao que se conhece, limitava-se aos afluentes do rio Javali, litoral norte do Amapá e alto Cairari do Moju. A produção é mais representativa nas áreas onde a frente pioneira está consolidada, como é o caso do Baixo-Tocantins e Região das Ilhas. A propósito, Darrel Miller faz o seguinte comentário acerca do lugar que ocupa a produção de madeira no município de Gurupá.

"A base da economia de Itá modificou-se enormemente desde 1948. A extração do látex, já em declínio naquele ano, foi substituída quase totalmente pela exploração da madeira. A economia sofreu um grande impulso com a exportação de madeiras de lei. As demandas interna e mundial de folheados, compensados e madeira bruta provocaram um grande aumento de produção no fim dos anos 60 e começo dos anos 70.⁸⁴

Essa observação é confirmada pelos lavradores do município de Breves, que aliás revelam, não só uma das fontes produtoras no Estado, como também as espécies mais procuradas e o tipo de beneficiamento mais comum na época.

"Bom, madeira daquela época, quando comecei a trabalhar (...), trabalhava com cedro, macaúba, tirando rolos de macaúba, fazendo pranchas de cedro (...). Essas madeiras foram se acabando, se acabando. Bom, aí já se passou prá se tirar andiroba..."(Seu Wilson, 49 anos, extrator-agricultor, morador da região Furo do Tajapurú).

"(...) era sucupira, maçaranduba, acapu, essas madeira, esse tempo que saía né. As outras madeira, que hoje em dia compra, não tinham saída (...). Eu desde doze anos comecei a extrair madeira; nós vendia dormente prô Rodrigues Câmara, e a lenha; e a madeira grossa (toras) e vingamentos, nesse tempo, prô Álvaro Farias e Maurício, um judeu". (seu Martins, 70 anos, agricultor, ex-extrator; morador da região Furo dos Macacos).⁸⁵

Hoje, o cedro e o acapu são madeiras não mais encontradas na Região das Ilhas, pois a contínua exploração comercial levou ao virtual desaparecimento dessas espécies, de modo que as empresas

O autor faz a seguinte distinção entre as várzeas do baixo-Amazonas e as do estuário: "as várzeas do baixo-Amazonas dispostas em faixas estreitas, como pestanas acompanhando os cursos d'água, o restante ocupado por campo de canarana e lagos. As várzeas do Estuário, que não ocupam uma área muito ampla, pelo contrário, não têm os ditos campos e apresentam uma cobertura muito mais ampla de vegetação florestal". Op. cit. p. 53.

⁸⁴ Darrel Miller, Itá em 1974: em epílogo, In: WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos tópicos. Trad. de Clotilde da Silva Costa, 2ª edição, São Paulo. Editora Nacional, Brasília, INL, 1977, p. 289.

⁸⁵ Pesquisa de campo, novembro 1985, entrevistas gravadas, fitas nº 1 e 5, Município de Breves, Região das ilhas, Pará.

Quanto ao grau de beneficiamento das madeiras lavradas a machado, vide a respeito, IBGE, VI Recenseamento Geral do Brasil (1950), série Regional, Pará, 1956, p. 102. Esse recenseamento registra a seguinte produção estadual, do ano de 1949:

	Estabelecimentos	Produção	Unidade
	939	268.689	Toras
	616	235.035	Vigas
	510	140.473	Dormentes
	147	46.167	Postes
TOTAL	2.212	690.964	

madeireiras passaram a explorar a ucuúba (*Virola Surinamensis*), cuja madeira, considerada de baixa qualidade entre produtores da região, não tinha sido até então objeto de uma exploração mais intensiva.

Por outro lado, a crescente escassez das espécies mais conhecidas no mercado acentua a pressão sobre as terras indígenas, que vai se intensificar a partir dos anos 60, até o ponto de algumas serrarias chegarem a se instalar dentro de territórios tribais.⁸⁶ Aliás o boom da madeira, como preferem alguns autores, visto desse ângulo, está em relação direta com a abundância de madeiras de uso industrial, e o acesso que se tem a elas. Na medida em que ocorre o esgotamento em determinadas áreas, as reservas indígenas, que são ao mesmo tempo reservas florestais de espécies "nobres" (o *filet-mignon*, no linguajar dos empresários sulistas), são fatalmente pressionadas na proporção do ritmo expansionista do comércio madeireiro. Com efeito, a cobertura florestal das terras indígenas está freqüentemente ameaçada, como está a própria terra e a cultura que as conserva.

Nesse sentido, o pensamento de Marx se atualiza ao afirmar que "(...) onde as condições econômicas estão menos desenvolvidas, o regime capitalista controla, pelo menos indiretamente, aquelas camadas da sociedade que, embora submetidas ao antigo modo de produção, continuam a existir ao lado dele, em decadência contínua".⁸⁷

Para o caso das comunidades indígenas, historicamente contaminadas pela expansão da economia mercantil, o que já as levou ao quase total extermínio na Amazônia, é evidente que a pressão gerada pelo capital, nas formas em que este se impôs na região, renova e acentua continuamente o processo de desagregação do modo de produção material e cultural dos indígenas, hoje raramente mantido na sua essência por grupos remanescentes. As relações de troca, disseminadas na frente de expansão, seja por meio de contatos temporários, seja pelo estabelecimento de vínculos mais duradouros através das relações de aviamento, ou ainda, como acontece mais recentemente, por contratos de arrendamento de suas reservas de madeiras, são o maior exemplo de tal processo.⁸⁸

Neste sentido, a realidade impõe como necessária uma reflexão acerca das relações sociais na base das quais se realiza a expansão da economia extrativista a partir dos anos 40, envolvendo comunidades camponesas e indígenas para apropriação de madeiras, minérios, caça, pesca, enfim, de suas

⁸⁶ A intensificação da exploração de madeira nas terras indígenas vai se intensificar consideravelmente nas décadas de 70 e 80, tornando-se freqüente, na imprensa local, o registro de conflitos armados entre índios e extratores de madeiras, bem como de minérios. Sobre a implantação de serrarias em terras indígenas nos anos 60, é ilustrativo o caso dos Anambés no Pará.

⁸⁷ MARX, Karl. op. cit. Livro I, vol. 2. p. 883-884.

⁸⁸ O exemplo mais significativo do estabelecimento de relações de aviamento entre povos indígenas, tanto para o caso da borracha como da madeira, é indicado por Mellati entre os índios do sudeste do Amazonas. Vide MELLATI, J.C. Apud, RICARDO, Op. cit. 1981, v.5.

terras,⁸⁹ sem que isto traga uma expropriação direta de seus ocupantes. Isso porque é somente nesta relação, e não fora dela, como dado primeiro e fundamental, que se descobre a verdadeira dimensão do lugar que ocupa a economia extrativa na região, e particularmente a economia madeireira.

Com efeito, é no histórico de contato dessas populações indígenas com as frentes de extração de madeiras que se pode recuperar os dados da realidade necessários à reconstituição dos elementos que compõem a formação desse tipo de economia.⁹⁰ É o que se pretende fazer, tomando como referência contatos estabelecidos com povos indígenas do Pará, Amazonas e Amapá.

Em relação ao Pará, temos o seguinte depoimento:

"Os Anambés constituíam os únicos habitantes - com aldeias permanentes - do alto Cairari. A partir de 1950, no entanto, a indústria madeireira e a coleta do látex de maçanduba atraíram novos povoadores. Nessa época, além dos empreiteiros que haviam se instalado na região, cerca de 20 trabalhadores distribuíam-se pela área durante a safra de balata e o corte de madeiras."⁹¹

Se o foco de atenção deslocar-se para alguns detalhes geográficos, percebe-se não só que o rio Cairari é um pequeno afluente do Moju, como também o alto rio, ou mais precisamente as suas cabeceiras, se constituem uma zona bem acidentada.

Com efeito, o avanço para uma área com visíveis dificuldades de acesso e trabalho e distante do maior entreposto da região que é Belém, onde finalmente as madeiras eram despachadas, certamente não se deve a aventuras, mas a uma disputa por madeiras e outros produtos silvestres nas florestas do baixo e médio curso dos rios, sobretudo daqueles mais próximos a Belém e de maior circulação, como o Tocantins, o Guamá e o Moju.⁹² Acontece que essas matas já tinham "donos", exatamente porque a história de sua exploração não começa na década de 50 mas muito antes e, portanto, é bem provável que, fora da propriedade privada e das posses já estabelecidas, não mais existissem as madeiras mais procuradas na época. Esse é o principal condicionante de ordem fundiária que vai empurrar as frentes extrativas cada vez mais para o interior, para as matas de terra firme, para as zonas de planalto,

⁸⁹ Referimo-nos ao conceito da terra do ponto de vista econômico, que envolve, não apenas o solo fértil, mas também os recursos florestais, a fauna, os recursos hídricos e os minérios, MARX, Op. cit. cap. V.

⁹⁰ Esta reconstituição é limitada ao acesso que tivemos ao conhecimento já acumulado a respeito, e neste sentido, recorremos, mais uma vez, à documentação que nos pareceu mais completa. Trata-se de obra "Povos indígenas no Brasil", do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI; a obra é composta de 18 volumes, que segundo ficha-resumo do editor, sistematiza os resultados de uma ampla "pesquisa-movimento", envolvendo antropólogos, missionários, indigenistas, índios, linguistas, fotógrafos e outros, sobre os povos indígenas que existem hoje no Brasil. Foram consultados para fins desse trabalho os três volumes já publicados sobre a Amazônia: vol. 5. Javari-Sudoeste do estado do Amazonas (1981); vol. 3. Amapá/Norte do Pará (1983); vol. 8. Sudeste do Pará-Tocantins (1985); e ainda o volume especial, Aconteceu: Povos Indígenas no Brasil/83 (1984). a maior parte das informações com as quais trabalhamos é resultado da pesquisa de campo dos antropólogos associada a fontes históricas.

⁹¹ ARNAUD & GALVÃO, 1969, p.5, apud, RICARDO, Op. cit. 1985, v. 8, p.154.

⁹² Os responsáveis pela exploração da madeira nas terras do Anambés eram comerciantes da cidade de Moju, ligados a firmas de Belém.

pois os madeireiros não estavam atrás de qualquer espécie de madeira, mas daquelas espécies que no mercado tivessem maior valor de troca. Cabe ressaltar que a região do alto Caiari tinha não somente uma grande ocorrência de cedro, freijó, macaúba e outras espécies que freqüentavam a lista de exportações da época, mas ainda outras madeiras de lei como o angelim, o acapú e a itaúba, cujo consumo é conhecido no mercado local, a exemplo do acapú, uma das madeiras tradicionalmente de maior preferência para a confecção de assoalhos de casas.⁹³

Um outro aspecto que reforça a idéia acerca dos fatores que determinam a pressão sobre as matas dos altos rios em busca de madeiras diz respeito ao fato de que a região do Baixo Tocantins era uma das zonas mais densamente povoadas do território paraense, e o município de Moju representava a maior área em extensão territorial naquela região. Neste sentido, suas terras se constituíam alternativa de expansão para as frentes extrativas na região do Tocantins, expansão esta limitada ao sul pela ocupação das terras do rio Moju e baixo Cairari e a oeste pelo intenso fluxo do Tocantins, e conseqüentemente, pela disputa com muitos madeireiros e outros comerciantes. É desse modo que se pode entender a expansão mercantil nas terras dos Anambé, afinal, em que pese os acidentes geográficos do alto rio, suas águas levam à cidade de Moju e daí até Belém, o entreposto por excelência de mercadoria, garantindo-se assim o circuito da comercialização.

A história da exploração de madeiras na Amazônia, em diferentes áreas, mostra que o extrativismo de coleta, seja de látex, sementes ou frutos de espécies cuja madeira tem aproveitamento industrial, fez prevalecer este último. Assim por exemplo, os casos de maçaranduba e de andiroba são bem ilustrativos para demonstrar tal fenômeno, pois no período aqui tratado tais espécies já sofriam exploração regular. Essa constatação indica ainda que é a partir desse período que tal fenômeno assume significado econômico. Por essa razão, parece razoável pensar que as toras de maçaranduba que saíram da Amazônia nos anos 50 têm no Caiari, um de seus locais de procedência.⁹⁴

⁹³ RICARDO, Op. cit., v.8, p. 156. O inventário florestal feito pela FAO/SPEVEA na segunda metade da década de 50, abrangendo uma parte da faixa sul do município de Belém, indica que o maior volume médio (m³/ha) encontrado por espécie nessa área foi: maçaranduba, itaúba, acapú e angelim rajado. IN: SUDAM. Aspectos da comercialização das madeiras amazônicas. Belém, 1971.

⁹⁴ Cabe aqui esclarecer que existem duas espécies do mesmo gênero, ou seja, *Manilkara Surinamensis* (que não produz látex) e a *Manilkara Huberi*, também conhecida no Pará como "maçaranduba verdadeira". É essa espécie que produz látex, embora de qualidade inferior ao da *Hevea Brasiliensis*. Os dados dendrológicos relativos à distribuição geográfica de ambas afirmam que a primeira, dentro do Pará, tem nos rios Capim e Tocantins uma de suas áreas de ocorrência, e a segunda encontra-se "largamente distribuída na metade oriental da Hiléia, do Nordeste do Estado do Maranhão à Guiana Holandesa..." e ambas preferencialmente em matas de terra firme. In: SUDAM: Catálogo das Madeiras da Amazônia. Belém, 1968, 2ª V.. Considerando que ambas as espécies do gênero *Manilkara* produzem madeira de uso industrial, mas as estatísticas de comercialização não discriminam as madeiras pelo nome científico da espécie, fica impossibilitada, por essa via, tal identificação.

Mais reveladora, entretanto, é a história das frentes madeireiras do sudoeste do Estado do Amazonas fronteira com o Peru, ou mais precisamente entre os grupos indígenas que ocupam as terras banhadas pelo rio Javali e seus tributários da margem direta, como o Ituí e Itacoai.

Segundo a fonte consultada,⁹⁵ depoimentos coletados entre moradores do município de Benjamin Constant revelam que "em 1945 já havia muita exploração de madeira na região, mas que não possuía serrarias indo em bruto até Manaus para ser beneficiada".⁹⁶ O documento informa ainda que até 1950 as principais atividades do município eram borracha, pirarucu e peles de animais silvestres. A partir dessa data, o comércio de madeiras teria se intensificado bastante e as espécies mais procuradas na área eram o cedro, o mogno e a andiroba.⁹⁷ Há registros de 4.125 toras em 1958 e 1.705 em 1959, como produção do município de Atalaia do Norte. Embora não haja especificações das espécies extraídas em 1958, os dados de produção de madeiras da área em períodos posteriores (10.000 toras de cedro em 1975)⁹⁸ indicam tratar-se do cedro e andiroba, já que a produção amazonense de mogno cai consideravelmente naquele biênio.

Uma questão sugestiva que esses dados trazem à tona é que, embora o mogno seja hoje a madeira mais valorizada da Amazônia, tal fenômeno não é recente pois, conforme será analisado mais adiante, sua projeção, que começa no mercado americano, remonta à década de 30.

Para efeito do que interessa no momento examinar, destacamos dois pontos: em primeiro lugar, considerando que os comerciantes estavam mais interessados nas espécies que alcançam melhor cotação no mercado, quais sejam (além do mogno): o cedro, o freijó, o jacarandá e o pau amarelo -dentre as mais conhecidas, aplica-se aqui o mesmo raciocínio feito para o caso das espécies exploradas nas terras dos Anambés no Pará. Ou seja, nas áreas de maior ocorrência de uma dessas espécies, a exemplo do mogno e do cedro no rio Javali, a disputa deveria ser maior. Essa é a idéia mais convincente para se entender porque a frente madeireira, nessa área, vai subir este rio atingindo suas cabeceiras. Por outro lado, a ocorrência de uma espécie tão valiosa teria motivado a procura da mesma por toda a área em questão. Ocorre, entretanto, que a descoberta em abundância da andiroba nessa região acabou por acentuar a

⁹⁵ RICARDO, Op. cit., 1981, v.3.

⁹⁶ Ibidem, P. 23.

⁹⁷ Ibidem, p. 25.

⁹⁸ Ibidem, p. 26.

exploração dessa espécie, ainda que seu valor fosse bem inferior no mercado, se comparado ao mogno por exemplo, o qual provavelmente foi encontrado em quantidade inferior a que se esperava.⁹⁹

Em segundo lugar, nessa região a frente madeira não mais se "confunde" com outras. É o que sugere a experiência de antropólogos, donde se deduz que essa diferenciação se manifesta pelo fato de ser o extrativismo de abate (das árvores) muito mais extensivo que o extrativismo de coleta, conforme se pode inferir desse relato:

"Era a empresa madeireira que com maior agressividade atingia os nichos mais afastados, onde se haviam refugiado os remanescentes indígenas da região. A partir dos núcleos urbanos da confluência Javari-Solimões, havia se articulado uma nova frente de expansão, a madeireira, que avançava para o sul, sobre áreas trabalhadas, abandonadas ou nunca exploradas pelos seringueiros."¹⁰⁰

"De fato e ainda, ao contrário dos seringueiros, que tinham suas atividades sobretudo na várzea, ao longo dos rios maiores, os madeireiros penetravam profundamente na terra-firme, subindo os pequenos igarapés, atingindo assim populações que haviam escapado total ou parcialmente ao alcance da anterior frente da borracha".¹⁰¹

Parece óbvia, mas comumente não tem sido respeitada, a idéia de que o entendimento da forma como se organiza a economia extrativista não pode ser claramente alcançado ignorando-se os condicionamentos da própria natureza que, no caso amazônico, envolve a complexidade de seus ecossistemas. Desse modo, se por um lado a distribuição geográfica da principal espécie produtora do látex¹⁰² manteve a frente extrativa por algum tempo distante do alto rio, por outro lado, novas demandas sobre outras espécies florestais que têm seu *habitat* não só na várzea como também na terra-firme, rompem esse limite. Assim, na medida em que a exportação regular de madeiras gera essa demanda associada à própria expansão do mercado interno, a frente sai penetrando os diversos rios e igarapés na busca das madeiras "encomendadas", e fatalmente ela irá deparar com os grupos indígenas aí refugiados. Claro está que, para estes, todas as "frentes", em última instância, sejam de coleta, extração ou caça, são em diferentes graus igualmente destruidoras e agressivas, pelo efeito desagregador que tal contato engendra e que o passado desses povos revela em sua verdadeira dimensão. Nesse sentido, o que se resgata com a frente madeireira é, não apenas uma outra forma em que o capital se mostra revitalizado no seio da

⁹⁹ Face a essas considerações, as estatísticas do Ministério da Fazenda geram suspeitas, pois nesse período, a andiroba só aparece na relação do Porto de Belém e Macapá, enquanto que pelo Porto de Manaus é registrada apenas a saída de mogno, cedro, jacarandá e madeiras "não especificadas".

¹⁰⁰ RICARDO, Op. cit., 1981, v.3, p.25.

¹⁰¹ Ibidem, p. 25.

¹⁰² Estamos nos referindo às regiões onde os seringais mais explorados da *hevea brasiliensis* situam-se na faixa ribeirinha, e não nas terras altas como é o caso dos seringais acreanos atualmente explorados.

sociedade constituída (ou "nacional"), mas como tal revitalização implica em novas investidas na desarticulação e desagregação do modo de produção dos povos indígenas remanescentes.

Finalmente, o avanço das frentes madeireiras em outro extremo da região, no Território Federal do Amapá, vem acrescentar novos dados a um quadro que hoje está problematicamente composto, complexo e politicamente tenso, porque decisivo na história de homens que se armam com bordunas numa resistência renovada contra a antropofagia da "era nuclear".

O histórico da experiência dos índios Karipuna, Galibi e Palikur,¹⁰³ no extremo norte do território, revela momentos que antecedem em muito a década de 50. Entre os Karipuna, especialmente, porque uma das suas aldeias localizadas à proximidade da cidade de Oiapoque antecipou a invasão de suas terras, já na década de 30, quando os madeireiros sobem o Alto do Rio Gurupi para exploração do pau-rosa e outras espécies. A ocorrência de pau-rosa na área levou, inclusive, à instalação, ainda na primeira metade daquela década, de uma usina de destilaria na área. A fonte não registra a continuidade ou não dessa usina nas décadas posteriores; há apenas informações sobre os anos 60. Contudo, pela demanda de pau-rosa, cuja produção na região amazônica aumentou muito na década de 50, é bem provável que essa pressão tenha tido continuidade já que, dentro do território do Amapá, está no município de Oiapoque sua área de maior ocorrência.¹⁰⁴

O histórico de contato dos Galibi revela outros aspectos da questão:

"Desde a década de 30, os Galibi produzem excedentes para a comercialização, sendo o principal produto a farinha de mandioca (...). Outros produtos tradicionalmente comercializados são tábuas e, sobretudo, canoas tipo montarias (...) a madeira é retirada na região das cabeceiras do Uaçá".¹⁰⁵

A particularidade da frente de expansão no norte do Amapá reside principalmente no fato de que a população indígena dessa região, além de ter que produzir mercadorias para vendê-las a extratores e madeireiros - tábuas serradas e canoas são coisas que lhes dizem respeito - o que já revela sua incorporação ao sistema mercantil na condição de produtores de valor-de-troca, terá agora que disputar as suas próprias reservas florestais com os comerciantes.

¹⁰³ "Os Karipuna, juntamente com Galibi e Palikur, ocupam a bacia do Uaçá, no município do Oiapoque; (...) os Palikur se encontram em ambos os lados da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa (...). No lado brasileiro, todas as aldeias Palikur se localizam à margem do curso médio do rio Urucaú, afluente da margem esquerda do rio Uaçá; os Galibi estão concentrados na margem esquerda do médio rio Uaçá, afluente do rio Oiapoque. RICARDO, Op. Cit., 1981, vol. 3, p. 19, 41, 63.

¹⁰⁴ Nessa região, a espécie ocorre ainda nas bacias dos rios Tapanahoni e Gonini no Suriname. Os principais compradores da década de 60 foram EUA e Holanda, e seguramente também nos anos anteriores: In: FERREIRA, Roberto da Costa. Estudos Básicos para formulação de uma política de desenvolvimento industrial na Amazônia. Belém, SUDAM, 1979.

¹⁰⁵ RICARDO, Op. cit., 1983, v.3, p. 52.

É evidente que essa situação muda a forma de relação social, como também é muito provável que esta mudança esteja condicionada pelo fato de que a "frente de pressão" viria não somente de "dentro", mas também, de "fora". Ou mais precisamente, do Suriname, onde a produção de madeiras beneficiadas já controlada pela grande empresa capitalista gera maior demanda em toda a área de sua influência, o que, sem dúvida, constitui-se grande estímulo aos madeireiros que passaram a avançar em busca de fontes novas. Tal suposição sustenta-se ainda no fato de que tempos depois, a grande empresa penetra diretamente o espaço brasileiro e instala-se no seu vizinho mais próximo, o território do Amapá, intensificando a exploração de madeiras e estendendo-a por toda a região das ilhas da Foz do Amazonas. É o que se pode concluir recuperando-se, por exemplo, a trajetória das empresas madeireiras do grupo holandês BRUYWZEEL, que, vasculhando as florestas tropicais, instalou "bases" na África do Sul, fundou em 1947, na cidade de Paramaribo a BRUYWZEEL SURINAME, e por fim, em 1964, a BRUZWEEL MADEIRAS S/A na cidade de Santana/AP.

Parece "pura coincidência", mas é verdadeira a síntese da história do capital no Vale Amazônico. Os holandeses foram um dos primeiros grupos a avançar um território de homens livres, inaugurando a fase da "conquista", transformando madeiras e urucús em "coisas exóticas" porque vermelhas como a "tinta do brasil", homens guerreiros em seus "aliados", sendo derrotados em terra, mas voltando porém em "outra era" a dominar o "além-mar". São quatro séculos de sangria e opressão, sem ter sido necessariamente "quatro séculos de latifúndio" por exploração.

6. AS MADEIRAS DA AMAZÔNIA NO MERCADO MUNDIAL

É sintomático que a frente extrativa da madeira apareça na história contemporânea de invasão dos territórios tribais já nas décadas de 30 e 40 em diferentes áreas da extensa floresta amazônica, que vai do Norte do Amapá ao extremo ocidente do Estado do Amazonas. É sintomático, porque esse movimento se desencadeia a partir de um dos períodos mais críticos da comercialização do látex. Isso reafirma a idéia esboçada anteriormente, de que a madeira, ao lado de outros produtos silvestres, passará a ser objeto de maior cobiça na região por parte daqueles que procuravam outras fontes de lucro, de modo a contrabalançar as perdas que tiveram com a crise da economia gomífera.

A madeira tornava-se, assim, uma mercadoria a mais a ser negociada na rearticulação das relações comerciais da Amazônia com o mercado exterior. Contudo, sua colocação no mercado vai encontrar grandes dificuldades. A perspectiva eminentemente mercantilista e diacrônica que ainda

assaltava o ânimo da classe dominante local, distanciava a região cada vez mais das forças produtivas que a sociedade acumulava lá fora, reproduzindo-se aqui uma economia de base extrativista nos mesmos moldes da produção gomífera. A manutenção de relações sociais atrasadas sob a égide do capital comercial, em base da qual se assentava o poder econômico de uma elite local, contrastava com a forma extraordinária como os interesses monopolistas de um segmento da burguesia industrial roubara da Amazônia o monopólio da produção do látex. Por outro lado, esse monopólio que a natureza lhe tinha garantido e que o capital transformara em matéria-prima estratégica a seu desenvolvimento, até o momento em que a concorrência forjara sua produção em novos patamares, estava longe de vir a se repetir com outras essências florestais. É o que se pode inferir, por exemplo, examinando-se o lugar que será reservado às madeiras de lei da região no mercado mundial.

Quando a Inglaterra e a Holanda deslocam a produção de látex da Amazônia para suas colônias no Sudeste Asiático, elas o faziam evidentemente porque as condições econômicas e políticas eram mais favoráveis a seus interesses monopolistas de controle dessa produção. E o Sudeste Asiático, que até então lhes fornecia madeiras, passava a fornecer agora o látex cultivado, concentrando-se assim, numa mesma região e em condições vantajosas, um mercado fornecedor de matérias-primas de produtos nativos e cultivados, além de consumidor de bens industrializados. Não eram, porém, só a Inglaterra e a Holanda que dispunham de possessões nas florestas tropicais que se estendiam da África ao Caribe, Antilhas e Guianas. Os Estados Unidos, a França e outras potências menores também tinham suas "reservas cativas", que garantiam o fornecimento regular de madeiras tropicais a preços baixos, além de contarem com suas próprias reservas de coníferas, cultivadas nas florestas de clima temperado.

Nessa condições, em que pese a abundância e variedade de espécies aqui encontradas, pois conforme assinalava Defroitaines em 1945,¹⁰⁶ "enquanto as florestas européias, já meticulosamente estudadas, contêm 200 espécies arbóreas, na selva amazônica, tinham sido catalogadas mais de 4.000 árvores, estando contudo o seu conhecimento completo longe de ser atingido", as madeiras da Amazônia não terão lugar facilmente garantido no mercado; ao contrário, os exportadores da região terão que enfrentar um mercado competitivo, onde entram não apenas as madeiras de lei provenientes da África e Sudeste Asiático em maior escala, como também de outras regiões brasileiras. Nesse sentido, os desafios que se colocavam para dar curso à reativação da economia regional estavam além da limitada estratégia mercantilista da classe dominante local, que detinha o controle das forças produtivas naturais e sociais e,

¹⁰⁶ Apud. BARATA, J.F.N. Situações e perspectivas florestais, in: Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos. Jean Hébert et alli. Belém, UFPA/NAEA, 1977, p. 95.

portanto, manobrava o movimento interno da economia mercantil. Diante desse impasse, a produção amazônica acabará totalmente sujeita às oscilações abruptas de demandas domésticas de um ou outro país, cuja preferência, de acordo com o produto que se queria, recaía sobre esta ou aquela espécie. Os comerciantes, por sua vez, responderão à altura. Apesar da variedade de madeiras de uso industrial com grande ocorrência nas matas de várzea, não hesitarão em financiar deslocamentos, para subir os médios e altos cursos dos rios que chegam a atingir mais de 3.000 km de percurso até aos portos de exportações. Assim, conseguem gerar impacto com suas ações ao perturbar grupos indígenas que procuravam assentar-se a grandes distâncias das áreas de domínio do homem branco, mas que paradoxalmente, nos momentos de menor "euforia econômica", não conseguem dele escapar. É dessa forma que o segmento mercantil vai reagir para conseguir tirar as suas vantagens de um comércio exterior que literalmente se resumia a um movimento oscilante de fornecimento de mercadorias, sofrendo assim do mesmo mal do qual já se acusava o comércio do século XIX.¹⁰⁷

Como será visto, essa flutuação nem sempre se dará por conta da "retração do mercado mundial" ou de "conjunturas desfavoráveis", que como tendência geral abalam as economias organicamente vinculadas entre si.

É nesse quadro de condicionamentos que se situa a produção de madeiras no período que vai da década de 30 à década de 50, e que seguramente reflete na essência seu movimento anterior, vindo a sofrer transformações nos anos 60, quando se pode falar concretamente de uma atividade econômica articulada, ainda que contraditoriamente, ao desenvolvimento das forças produtivas no âmbito mundial.

Estudo realizado por Soares Pereira¹⁰⁸ mostra que no decênio 1937-1948 algumas madeiras provenientes da Amazônia já se destacavam num grupo de 21 essências de folhas exportadas pelo país. Algumas até por terem alcançado excepcionalmente, em alguns anos, preços acima da média, apesar da maioria, ao contrário, estar incluída entre o grupo que o autor denomina de "baixa cotação". Outras, por terem tido percentual representativo nas exportações em um determinado período, para logo depois desaparecerem. Foi o caso da quaruba, transitoriamente muito procurada para substituir o ocumê, espécie africana que fornecia madeira para a produção de compensados. Por dificuldades momentâneas de

¹⁰⁷ MARIN, Rosa Acevedo. Du travail esclave au travail libre: le Pará (Brésil) sous le régime colonial et sous l'empire (XVIIe - XIXe siècles). Paris, 1985. p. 93.

¹⁰⁸ Trata-se de uma análise da evolução dos preços unitários médios (FOB), tomando-se como critério o valor anual superior a CR\$ 10.000,00 (preço da época), mas que, pela falta de dados, não discrimina o volume e o grau de beneficiamento, nem o total do conjunto, nem por espécie, para os anos anteriores ao biênio 1947-48, a partir de quando os dados estatísticos de exportações começaram a ser trabalhados pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Instituto Nacional do Pinho. In: PEREIRA, J. Soares. O preço das madeiras nacionais no decênio de 1939-1948. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, 2(2), INP, Rio de Janeiro, 1949. p. 96-105.

abastecimento no Gabão, maior fornecedor do ocumê, a quaruba da Amazônia passava a responder no ano de 1937 com 30,9%, e 38,7% em 1939, do volume total das exportações brasileiras de madeiras de lei.¹⁰⁹

Mesmo numa conjuntura favorável como foi o pós-guerra que, segundo Jochmann, se constituiu "oportunidade extraordinária para os fornecedores menores de entrar no mercado com exportações mais substanciais"¹¹⁰, parece que a produção regional não se afirmou. Em outras palavras, a investigação sugere que, contrariando a tendência geral, aconteceu aqui uma oportunidade de rápido crescimento não após mas durante a guerra.

Conforme foi salientado na nota anterior, as informações disponíveis para os anos 30 são incompletas, e além disso não se teve acesso aos dados primários existentes. Isso inviabilizou uma análise comparativa que o texto de Jochmann sugere. Diante de tal limitação, foram trabalhados os dados da década de 40, quinquênio 1942-46, biênio 1947-48 e ainda os anos de 1949 e 1950. No primeiro período, a participação da Amazônia na exportação brasileira foi representativa através de uma única espécie, o mogno, que ocupou o segundo lugar no conjunto de 24 espécies de madeiras de lei. Foram exportados 24.587.173kg de mogno (aproximadamente 30.733m³), o que corresponde a cerca de 12% do total, sendo toda a produção destinada aos EUA. Já o exame do período pós-guerra aponta uma queda da ordem de 50% nessa produção. Por outro lado, aumentou a participação de outras madeiras como foi o caso da andiroba, da macacaúba e da sucupira. Contudo, nenhuma dessas madeiras consegue atingir o volume médio anual do mogno nos anos anteriores (1942-46), e ainda que isso venha a acontecer no pós-guerra, a participação dessa espécie no valor da produção suplantará a de qualquer outra madeira.

Nesse sentido, examinar-se-á o período pós-guerra, já que os dados para esse período são mais completos, na medida em que estão discriminados por espécie, grau de beneficiamento e mercado, permitindo assim melhor visualização do conjunto da produção. Tomando o ano de 1947, tem-se que o mogno, o cedro, a macacaúba, a sucupira e a andiroba vão responder por grande parte do valor total gerado pela exportação de madeiras. No entanto, esse valor nem sempre é proporcionalmente correspondente ao volume embarcado de cada espécie. Do outro lado, a maior ou menor participação das espécies no valor total da exportação está, ao que tudo indica, condicionada, não apenas pelo grau de elaboração do produto final (toros ou serrados), como também por outros fatores técnicos como a qualidade das madeiras para certos usos e a similaridade com outras já bem conhecidas no mercado exterior. Em geral, os preços são diferenciados para cada tipo ou grupo de madeira. Examinando-se os preços médios alcançados pelas

¹⁰⁹ Ibid. p. 100.

¹¹⁰ JOCHMANN, J. Comércio de madeiras antes e depois da guerra. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, 3 (3): INP, Rio de Janeiro, 1950. p. 443.

principais espécies de acordo com o grau de beneficiamento, tem-se que em 1947 esses preços giraram em torno de Cr\$ 615,00 e Cr\$ 670,00 para a sucupira, a macacaúba e o mogno, e Cr\$ 475,00 e Cr\$ 570,00 para a andiroba e o cedro, em toros. Com relação à madeira serrada, o mogno e a sucupira formaram a dupla que lidera em preços médios, atingindo a primeira Cr\$ 1.218,50 e a segunda Cr\$ 1.202,20. Já a andiroba, a macacaúba e o cedro constituem um bloco cujo valor ficou entre Cr\$ 1.000,00 e Cr\$ 1.080,00.¹¹¹ Tomando-se a participação de cada espécie por grau de beneficiamento, destaca-se o mogno (98%), a andiroba (33,5%) e a sucupira (19%) na exportação de serrados, enquanto as demais foram predominantemente em toros, e aí se inclui a macacaúba com cerca de 75%. Esses dados possibilitam entender porque esta última espécie, embora ocupe o primeiro lugar no volume total das exportações de 1947 (12,5%), caiu para a terceira colocação quanto à participação no valor total gerado (12,5%). Já o mogno, embora com uma participação equivalente àquela no volume (11,9%), alcança a primeira colocação no valor geral das exportações (20%).¹¹² No ano de 1948, esse desnível registrado entre as duas principais espécies exportadas se aprofunda ainda mais. A macacaúba continua liderando a exportação no volume (13,7%), mas sua participação no valor cai para 10,3%. O mogno por sua vez, com um percentual já elevado, sofre ainda um novo acréscimo, respondendo por cerca de 22,4% do valor total gerado, embora permaneça com um volume equivalente ao da macacaúba (vide tabela 2).

Assim sendo, manteve-se praticamente inalterada a participação por volume de ambas as espécies, mas em relação ao valor elas moveram-se em sentidos opostos. A explicação para tal fenômeno pode ser buscada na variação do preço unitário médio de ambas. Enquanto o preço do mogno subiu, e muito, quase cem por cento (91,2%) em apenas um ano para a madeira em toros, e 17% para a madeira serrada, o preço da macacaúba caiu consideravelmente, em torno de 12,6% para a madeira em toras e 20,8% para serrados. O resultado dessa tendência pode ser visualizado de forma mais clara, tomando-se o ano de 1950. Neste, o preço do mogno em toros vai superar o preço da macacaúba serrada, como também da sucupira e outras espécies. A propósito, com relação às demais espécies, observa-se que o cedro, que acompanhou bem de perto o preço médio do mogno em 1947, sai da lista das primeiras madeiras exportadas e tem sua cotação abaixo daquele em 1948 e 1950, embora mantenha-se superior em relação às demais espécies. A sucupira e a andiroba, por exemplo, vão igualmente sofrer um decréscimo em seus

¹¹¹ Todos os dados estatísticos apresentados daqui por diante têm como fonte os "quadros estatísticos" publicados no Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Op. cit. 2(2), 1949, p. 561 a 568 para os anos de 1947 e 48, e Op. cit. 4(4). 1951, p. XVII a XVIII para o ano de 1950. Preço da época sem deflacionar.

¹¹² O mogno exportado nesse ano foi embarcado exclusivamente pelos portos de Manaus e Itacoatiara, no Amazonas, ao contrário da macacaúba, que saiu 99,9% pelo porto de Belém. A propósito, toda a exportação de mogno e cedro, nos anos a que nos referimos acima, foi liderada pelo Estado do Amazonas, ficando o Pará responsável pelas outras espécies, em grande parte.

preços médios de madeira serrada, da ordem de 28,4% e 35%. Para a madeira em toros, a situação diverge. Enquanto para a sucupira registra-se um aumento na ordem de 30%, para a andiroba esse percentual não chega a alcançar 15%. Por outro lado, esta última espécie vai experimentar um extraordinário crescimento no volume de serrado, destacando-se entre todas as demais ao alcançar um percentual da ordem de 350% entre 1947 e 1950.

A andiroba e o cedro são dois exemplos típicos que evidenciam como, num curto período de tempo, podem ocorrer oscilações representativas em relação ao grau de beneficiamento, volume e/ou valor alcançado por determinadas madeiras no mercado. Para o primeiro caso, poucas inferências se pode tirar, a não ser de que ele expressa a singularidade da trajetória de certas madeiras, em geral de baixa cotação, que excepcionalmente, em um ou outro ano, contrariam essa tendência, provavelmente porque são procuradas para substituir outras espécies no mercado. Já o cedro indica uma outra situação, pois embora seja uma madeira que, ao contrário da andiroba, destaca-se por alcançar preço mais elevado, desaparece temporariamente da lista das principais madeiras de exportações. Passa do terceiro e quarto lugar, respectivamente, em 1947 e 1948, para aquém da décima colocação em 1950. Há contudo uma explicação para tal fenômeno, pois sendo o cedro uma das madeiras mais valorizadas no mercado interno,¹¹³ o crescente aumento do preço do mogno no comércio exterior, fazendo cair a cotação daquele, seguramente levou seu deslocamento para o mercado interno, justificando-se assim a sua inexpressiva participação no ano de 1950.¹¹⁴

Com efeito, a trajetória ascendente do mogno vai se expressar claramente no lugar que essa espécie ocupa no valor total da produção exportada pela Amazônia, cuja participação vai se elevar de 22,4%, no ano de 1948, para 44,7% em 1950. Chegando assim, a superar a soma gerada por um grupo de sete outros tipos de madeiras, que estiveram na liderança desse mesmo ano. Estas aliás, à exceção da macacaúba e da sucupira, foram vendidas em grande parte na forma de madeira serrada, o que pode ser verificado na tabela 2.

Em síntese, excluindo-se as duas espécies acima referidas, cujos preços médios por m³ de madeira serrada ficavam abaixo do preço médio do mogno em toras, seis outras espécies tiveram uma cotação, para a madeira serrada, bem abaixo daquela. É o caso por exemplo da quaruba, do assacú e da jacareúba. Diante desse quadro, é de convir que o acentuado desnível do valor, proporcionalmente ao

¹¹³ Vide a respeito PEREIRA, J. Soares, Op. cit. p. 99.

¹¹⁴ Esses casos excepcionais indicam a necessidade de se trabalhar com séries históricas quando se trata desse tipo de produção, sob pena de se fazer afirmações e/ou sugerir inferências totalmente distorcidas acerca da comercialização das madeiras amazônicas, conforme já pudemos constatar em documentos consultados.

volume exportado, entre o mogno e as demais madeiras, não pode ser atribuído apenas ao grau de beneficiamento. O próprio preço unitário atingido pelo mogno em toros no ano de 1950, ao ponto de superar o alcançado por algumas madeiras serradas, indica certamente que outras "forças invisíveis" estariam concorrendo para a projeção dessa espécie.

Neste sentido, é oportuno examinar o que está por trás da alta cotação do mogno em relação às demais madeiras exportadas pelos portos da Amazônia. Vê-se que há determinantes de duas ordens: o primeiro diz respeito ao virtual esgotamento do mogno em outras florestas tropicais; o segundo está relacionado às próprias condições econômicas em que se dá a sua produção na região.

Em primeiro lugar, o mogno descoberto na Amazônia peruana e, depois, em território brasileiro, ao que se supõe, respectivamente, nas décadas de 20 e 30, não se confundia com uma variedade de outras tantas madeiras conhecidas no mercado como "falso mogno". Tratava-se, na realidade, segundo reconhecimento feito na época pelo botânico Paul Le Cointe, da *SWIETENTIA MACROPHYLLA*, uma das três únicas espécies do gênero (*Swietenia*) do qual destaca-se a *S. MAHOGANY*.¹¹⁵ Essa madeira, de excelente qualidade, já era muito conhecida e procurada para atender uma faixa privilegiada do mercado americano e europeu, consumidora de móveis finos, residências luxuosas e uma série de artefatos produzidos na indústria ou de forma artesanal.¹¹⁶ Com efeito, o mogno aqui encontrado, mais do que qualquer outra madeira da Amazônia, não estava destinado a se converter em qualquer mercadoria de baixo valor de troca nos mercados consumidores. Por essa razão, a tendência para a exploração intensiva de suas reservas (e o aumento crescente de seus preços) é definida pelos lucros que seus produtos vão gerar àqueles que controlam a sua produção e comercialização.

Segundo Nectoux e Dudley,¹¹⁷ a primeira espécie do gênero a ser explorada comercialmente, e que já no início do século XIX apresentava visíveis sinais de escassez, foi a *SWIETENTIA MAHOGANY*, encontrada nas florestas nativas das Índias Ocidentais ou Antilhas, e também no Sul da Flórida, nos EUA. Essas regiões por muito tempo abasteceram o mercado consumidor de mahogany que, conhecida pelas suas qualidades, passou a ser uma das mais disputadas madeiras de lei das florestas tropicais, aumentando a sua valorização na proporção direta de seu esgotamento. O virtual

¹¹⁵ BASTOS, Miranda. O mogno brasileiro. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, Rio de Janeiro, 4(44): 137-140, 1951, p. 139.

¹¹⁶ Além de ser considerada uma madeira fácil de beneficiar tanto no trabalho manual quanto mecanizado (o que não é muito comum entre as madeiras duras ou de lei da Amazônia), o mogno reúne uma série de outras qualidades difíceis de se encontrar numa única espécie, como: secagem fácil e rápida, tanto ao ar livre quanto artificial, resistência à ação de fungos e ao apodrecimento; resistência à impregnação quando submetida à preservação, além de não ser muito pesada, o que facilita o seu beneficiamento.

¹¹⁷ NECTOUX, François & DUDLEY, Nigel. *Hard Wood, an investigation into the European influence on tropical forest loss*. 1986, p. 28-35 (mimeo, inédito).

desaparecimento dessa espécie, desencadeou no mercado um movimento crescente de substituição do "mogno verdadeiro" por outras madeiras similares, conhecidas como "madeiras vermelhas" ou "falso mogno", a exemplo da Khaya africana, a Shorea e o Meranti vermelho do Sudeste Asiático, que passaram a receber a denominação comercial e genérica de Mahogany, sendo vendidas como tal.¹¹⁸

É com esse precedente que o mogno da Amazônia vai ser introduzido no mercado exterior, ou seja, na condição de última reserva nativa e portanto, último reduto de uma rara espécie transformada em valiosa mercadoria nos centros consumidores. Embora haja registros de que sua descoberta na região se fez em 1784 pelo naturalista Hipólito Luís, no alto rio Amazonas em (território peruano), sua exportação sistemática só vai ocorrer nas primeiras décadas deste século, quando, em decorrência da crise da borracha, as empresas que atuavam neste ramo passaram a investir na comercialização de madeiras e outros produtos da região. Contudo, o resultado das primeiras iniciativas neste sentido não foi dos mais animadores, conforme revela um agente da companhia inglesa de navegação BOOTH AND COMPANY, que atuava com essa finalidade na região de Iquitos.

"Em 1921, procurando artigos novos para suprir a falta de negócios com a borracha que então atravessava intenso período de crise, a firma Israel e Companhia Ltda. fez uma exportação para New York, a título de experiência, de um lote de toras de madeiras diversas, consignadas à W.R. Grace and Company. O resultado foi desanimador. As madeiras, muito duras, não convinham às serrarias."¹¹⁹

Mais estimulante vai ser a experiência do comprador de madeiras Arthur Rushforth que, segundo a mesma fonte, dois anos depois, ao examinar um lote de toras proveniente daquela região, teria encontrado algumas que "lhe pareciam mogno legítimo, e nessa data desembarca em Iquitos para apurar as possibilidades do esplêndido negócio entrevisto."¹²⁰ Prosseguindo, aquele autor informa que, em 1924, quando já tinha feito o reconhecimento botânico da espécie, Arthur Rushforth remetia de Iquitos para Hamburgo um lote de 250 toneladas de mogno, iniciando-se assim a sua exploração comercial na Amazônia peruana. Contudo, por essa época já havia exportação de madeira em toras de Iquitos para os EUA, e é bem provável que a exportação do mogno ou aguano já se fizesse regular para este país sob o nome de "cedro". Antes, portanto, da identificação botânica da espécie a que Bastos se refere, e supõe como condicionante de sua exploração comercial.¹²¹ O certo é que a exploração de madeiras em Iquitos vai

¹¹⁸ Sobre a substituição de mogno por outras madeiras consultar Nectoux e Dudley, Op. cit. p. 28 e p. 35.

¹¹⁹ Apud BASTOS. Op. cit. p. 138.

¹²⁰ Ibid. p. 139.

¹²¹ O cedro (*Cedrela odorata*) ou "cedro vermelho", juntamente com o mogno (*S. macrophylla*) e a andiroba (*Carapa guianensis*), pertence à família das Meliaceae e, além de ocorrer com frequência nos Andes peruanos, produz um tipo de madeira similar ao mogno, especialmente pela cor, pelo peso e pela facilidade de processamento. Essa similaridade, e a ignorância quanto à identificação do mogno na região, levou a algumas "trocas desiguais", exportando-se mogno por andiroba ou cedro, o que obviamente era um bom negócio para os importadores. No Pará, registros indicam que antes de se ter

se intensificar ao longo da década de 20, ao ponto de levar o governo peruano a determinar a proibição da exportação de madeira bruta em 1930. Esta medida resultará na multiplicação de serrarias naquela região, passando assim a predominar, não mais o fluxo de madeira em toras e sim de serradas para fora daquele país.

É nessas condições que uma nova reserva de mogno vai ser revelada, desta vez, em território brasileiro, conforme relata Bastos:

"Em território do Brasil, a descoberta do mogno, segundo a informação que me prestou o prof. Paul Le Cointe, tem lugar em 1931 ou em 1932 (...). Transmitida a notícia pelo prof. Le Cointe ao industrial francês Emile Chenivresse, que possuía em Iquitos uma serraria para exportação de mogno para os Estados Unidos, não muito depois o mesmo transferiu suas máquinas para Manaus e Itacoatiara (Serraria Rodolfo e Serraria Amazonas), onde passou a beneficiar as toras descidas em balsas do rio do território do Acre. Desde então, o agnato dessa proveniência é em regra a principal madeira de exportação do Estado do Amazonas."¹²²

Fica claro portanto a projeção que o mogno tivera no mercado externo, especialmente americano, face ao tradicional consumo desse tipo de madeira naquele país.¹²³ Consequentemente, o crescimento da demanda em território amazônico se expandia, o que prova o interesse de Chenivresse em "deslocar suas máquinas" para o lado brasileiro da reserva. Isso esclarece em parte a alta cotação dessa espécie em relação às demais madeiras amazônicas, conforme já foi demonstrado. A propósito, cabe ainda acrescentar que, no decênio 1938-48, o mogno foi a única madeira da Amazônia que sofreu três representativos aumentos do preço unitário médio/m³. O primeiro e mais expressivo foi da ordem de 121,15% em 1939, o segundo de 30,21% em 1943, e o terceiro de 55,93% em 1947.¹²⁴ Resta agora examinar as condições materiais em que se dá a sua produção no Estado do Amazonas entre a década de 30 e meados dos anos 50, quando a partir de então entra em declínio a produção amazonense e o Pará assume a liderança da exportação.

Segundo o relato anterior de Bastos, a exploração do mogno teria iniciado no alto rio Madeira, em terras que pertenceram ao território do Acre (hoje Rondônia), mas seu beneficiamento e venda eram feitos em Manaus e Itacoatiara. Não há informações mais precisas sobre tal procedência;

reconhecido a espécie e difundido o nome de "mogno", sua madeira era conhecida por outros nomes - que variavam de acordo com a região - como cedro (Santarém), cedro-i (Marabá e Xingú), araputanga e pau-de-ubá no rio Juruena (alto-Tapajós). Consultar BASTOS, Op. cit. p. 137-140.

¹²² Ibid. p. 139.

¹²³ A propósito da preferência americana por essa madeira, é ilustrativo o depoimento do Sr. W. Kirkwood, Comissionado da empresa MUNSON STEMMSHIP COMPANY, apontando outras regiões já vasculhadas na década de 20, bem como a perspectiva de exploração na Amazônia.

"Estive nos dois últimos annos passados, comissionado na América Central e no México, cuidando de embarques de mogno e cedro para os EEUU e estou no caso, agora de dizer que é apenas uma questão de curto praso para o mundo explorar novos campos para o seu suprimto de madeira bruta. Em parte alguma do mundo abunda este artigo mais do que no Brasil e de eccellente qualidade e de immensuráveis espécies. (...) do mesmo modo considerar as madeiras do Valle Amazônico como um dos mais importantes recursos deste maravilhoso país."In: A República, Ano II, nº 858, Rio de Janeiro, 3.7.1925.

¹²⁴ PEREIRA, Op. cit. p. 99

contudo, os dados dendrológicos da distribuição geográfica dessa espécie na Amazônia Ocidental indicam sua ocorrência na região do alto Madeira e também do Javali/Solimões (fronteira Brasil/Peru); ambas igualmente distantes dos centros exportadores. Além disso, as estatísticas do movimento interno de madeiras no comércio de cabotagem parecem sustentar a informação daquele autor. Comparando-se por exemplo o volume de madeiras importadas pelo Estado do Amazonas com o volume exportado pelo Acre, nota-se que são proporcionais, conforme ilustram a primeira e a segunda coluna da tabela abaixo.

Embora os dados não discriminem a(s) espécie(s) procedente(s) do Acre, é pouco provável que os comerciantes fossem buscar em regiões tão distantes (Bastos se refere a percurso de 3.500 km!) madeiras de baixa cotação no mercado, como é o caso de muitas espécies encontradas em áreas mais próximas.¹²⁵ Por essa razão, parece razoável pensar tratar-se de mogno. Por outro lado, comparando-se ainda a primeira coluna com a terceira, observa-se que, no quadriênio 1943-46, as exportações do Amazonas foram bem superiores às importações. Isso sugere duas coisas. A primeira seria a eminente dificuldade de dar continuidade à exploração de mogno nas terras do alto Madeira, seja por esgotamento das árvores de mais fácil acesso (já que a exploração da região antecede esses anos), seja por conflitos com grupos indígenas da área, uma vez que esse problema se coloca com frequência na exploração das terras altas. Em segundo lugar, e de maior interesse no momento, aqueles dados indicam claramente a existência de outra área fornecedora de mogno que, no caso, seria o rio Javari no Sudoeste do Amazonas, região também distante de Manaus e Itacoatiara.¹²⁶

Com efeito, o grande aumento nas exportações do mogno a partir de 1944 teria sido garantido pela intensificação da exploração nas terras do Javari/Solimões, que tornar-se-á então a principal região fornecedora até meados dos anos 50, quando entra em declínio a produção.

Já foi dito que no quinquênio 1942-46, o mogno vai ocupar o segundo lugar nas exportações brasileiras de madeira de lei. Essa projeção no mercado coloca o Estado do Amazonas em situação privilegiada em relação ao Estado do Pará, face à maior cotação do mogno em relação às demais espécies, apontando para uma mudança qualitativa nas relações de troca que tinham prevalecido até então com o

¹²⁵ A propósito, cabe esclarecer que o mogno, ao contrário de muitas espécies de larga distribuição geográfica nas florestas do vale amazônico, não é espécie típica da Hiléia. Conforme salientou o sivecultor John Pitt, o mogno "(...) parece preferir solos menos ácidos. não é espécie legítima da floresta pluvial e sim da floresta semidecídua..."

PITT, John. Relatório ao Governo do Brasil sobre a aplicação do método silviculturais a algumas florestas da Amazônia. Belém, SUDAM/FAO, 1969.

¹²⁶ Referindo-se ao município de Benjamin Constant naquela região, MALLATI informa, segundo depoimentos coletados junto aos moradores, que "em 1945 já havia muita exploração de madeira na região, mas que não possuía serrarias, indo em bruta até Manaus para ser beneficiada." (p.23). CARVALHO, referindo a mesma região, vai constatar que, em 1950, o comércio de madeira estava se intensificando de ano a ano, sendo as espécies mais valorizadas o cedro, o mogno e a andiroba, destinadas às serrarias de Manaus. Apud RICARDO, Op. Cit. 1981, v. 5, p. 25

comércio exterior. Assim o Pará, que desde a década de 20 vinha exportando madeira bruta (toros e dormentes), mantém-se na liderança dessa produção, enquanto o Amazonas, através do mogno serrado, lidera de longe o valor da produção. Os dados disponíveis para os anos de 1948 e 1950 são bem ilustrativos a esse respeito. No primeiro ano por exemplo, enquanto O Pará respondeu por 63,42% do volume e 45,56% do valor da produção, o Amazonas - que participou com apenas 36,56% do volume - foi responsável por nada menos que 54,44% do valor. Em 1950 aumenta a participação deste último, não só no volume com um percentual de 57,60%, como também no valor, equivalente a 65,58%. Enquanto isso, o Pará respondeu por 42,38% do volume e apenas 34,42% do valor, o que corresponde a cerca da metade do percentual alcançado pelo Amazonas. Tomando-se apenas o Amazonas, observa-se que sua participação no valor total das exportações evolui de 38,95% em 1947 para 54,44% em 1948 e 65,58% em 1950 (Tabela 4). Por trás dessa liderança está o mogno que saía dos portos de Manaus e Itacoatiara, quase cem por cento beneficiado. Entram ainda - em menor proporção - outras madeiras serradas como o cedro, a andiroba e madeiras "brancas".

Adverte-se aqui para o fato que os valores absolutos para o Estado do Pará estão subestimados, haja visto que se limitam apenas ao porto de Belém, quando se sabe que existiam pelo menos três outros portos participando desse comércio. Contudo, o movimento pelo porto de Belém é uma amostra representativa para indicar o grau de beneficiamento e os tipos de madeira que compunham a produção paraense. Nesse sentido, a amostra é suficiente para se demonstrar o lugar que a produção de mogno ocupou na melhoria das relações de troca da Amazônia no comércio exterior. Resta saber que interesses estavam atuando nesse sentido, e quais as contradições e conflitos daí resultantes.

Como foi visto anteriormente, o mogno já tinha o seu lugar garantido no mercado em virtude da similaridade dessa espécie com a valiosa e rara Mabogany, e, por conseguinte, pelo fabuloso lucro que ela iria proporcionar àqueles que controlavam a sua comercialização no mercado americano. Com efeito, se era a madeira em si que interessava e não o produto beneficiado, por que então prevaleceu a exportação, não do mogno bruto, e sim do serrado? Na conjuntura em que se deu tal produção, seria muito otimismo atribuir tal fenômeno à capacidade dos produtores amazonenses de "impor ao mercado" a colocação de um produto com maior valor de troca. É mais provável que tenha resultado, não do poder de pressão de uma das partes, mas da combinação de interesses que se complementavam, envolvendo por um lado aquele segmento local de proprietários que controlava a exploração dos recursos naturais, os meios de produção e portanto as forças produtivas da região; e por outro, aqueles que detinham o controle desse comércio fora do país, e que em última instância tinham outros interesses em jogo.

Para entender que interesses eram esses e como se combinavam, se faz necessário lembrar que a produção do mogno vai tomar pulso justamente no período da II Guerra, a partir de quando os EUA terão privilégios de uma livre e ampla atuação no território amazônico, resultante dos "acordos de Washington" (ou "esforço de guerra"), pelos quais o Brasil se comprometia a garantir o fornecimento de "matérias primas estratégicas" aos interesses da economia americana e, em troca, importar tudo que os EUA achassem que era necessário ao Brasil. Nesse sentido, tal acordo se traduzia numa forma "sutil" de monopólio da comercialização de tantos produtos quanto fosse o entendimento que a parte interessada tivesse do que eram "matérias primas estratégicas". É por essa razão, e por contingência do rompimento temporário das relações de troca com a Europa (que os EUA souberam explorar muito bem) que, não só a produção da borracha, mas da castanha, do cristal de rocha, dos couros e peles de animais silvestres e do mogno, esteve sob o controle dos importadores americanos. Ao mesmo tempo, a Amazônia se constituía, para estes, uma oportunidade de encontrar compradores de uma variedade de mercadorias, especialmente de maquinário obsoleto que, temporariamente, estava impossibilitado de ser escoado para outras regiões, em virtude da guerra. É nessas condições de intercâmbio que dar-se-á a instalação de novas serrarias em Manaus e Itacoatiara, com equipamentos importados dos EUA, além da aquisição de meios de transporte, ferramentas de trabalho, etc... Acontecia das relações serem realizadas no mesmo estilo daquelas existentes entre o "patrão" e o "aviado" no barracão, ou seja, a troca se dava em espécie. É o que sugere Almeida ao confirmar que uma serraria, implantada em Itacoatiara no ano de 1993 pela firma Araújo Costa, teve seu maquinário fornecido pela firma americana THOMPSON MAHOGANY; em troca, "o pagamento ao fornecedor teria sido à base de fornecimento de madeira serrada, especialmente cedro vermelho e mogno".¹²⁷

Em 1940, o Amazonas já contava com 22 serrarias com 512 empregados,¹²⁸ concentradas em Manaus e Itacoatiara. Nessas duas cidades é que se encontravam com maior facilidade trabalhadores já habilitados a esse ofício, bem como lá se aglomerava o excedente de mão-de-obra que o capital criara com a crise da borracha, especialmente porque a localização estratégica de ambas transformava-se em pólos de convergência do fluxo e refluxo das mercadorias na forma de produtos, meios de produção, capital-dinheiro e forças de trabalho. Essas condições indicam porque, em que pese a distância das fontes fornecedoras, será aí e não em Porto Velho ou nas pequenas cidades do Sudoeste do Amazonas, situadas praticamente "dentro" das reservas de mogno descoberto, que desenvolver-se-á a primeira e "tímida"

¹²⁷ ALMEIDA, Op. cit., p. 57.

¹²⁸ Anuário Brasileiro de Economia Florestal, Rio de Janeiro, 2(2), 1949.

produção de mogno serrado da Amazônia, relativamente à grande indústria desse produto que se tem hoje no Sul do Pará. Era nas margens do rio Negro que estava o locus por excelência das transações comerciais, do estabelecimento dos contratos de compra e venda, da oportunidade de fechar novos negócios, da realização do capital. E uma das vias dessa realização se dava através da comercialização de motores, cabos de aço, balsas e barcos rebocadores, meios de produção que se tornavam indispensáveis na medida em que melhor aparelhavam aqueles que tinham interesse em controlar a comercialização do mogno e outros produtos. O transporte a grande distância da madeira foi claramente favorecido pela modernização desse setor, conforme ilustra Bastos ao referir-se ao transbordo do mogno, das áreas de extração para os centros de beneficiamento e exportação:

"A produção sai para o exterior toda beneficiada. As toras, até chegarem a Manaus, efetuam viagens de cerca de 3.500 km, atracadas uma às outras por meio de cabo de aço, formando jangadas de até 800 a 1000 toras que, para aproveitar a época em que os rios têm bastante água, costumam descer, puxadas por rebocadores entre janeiro e maio."¹²⁹

A grande distância entre as áreas de fornecimento e os centros de beneficiamento e exportação e o avanço tecnológico expresso na utilização de barcos com motores de maior potência (o que garante o transporte de maior volume de madeira durante uma única viagem) colocam em pauta a virtual monopolização desse produto. Entender a relação transporte x beneficiamento que, via de regra, não se coloca para a indústria extrativa face ao predomínio da comercialização do produto não-beneficiado, se reveste - neste caso - da maior importância para desvendar o papel que a exploração do mogno vai ocupar no processo de acumulação interna, naquele momento. Conforme salienta aquele autor, o mogno que se vendia nos portos de Manaus e Itacoatiara era o mogno beneficiado, e não simplesmente toras. Assim sendo, questiona-se a incidência do custo de transporte sobre a produção fabril para aquele segmento do ramo que estava fora da cadeia de comercialização controlada pelos proprietários dos meios de transporte. Ou ainda, teria havido possibilidade dessa produção alcançar maior desenvolvimento como atividade produtiva? Até que ponto, nessa produção, chegou a existir uma diferença entre o proprietário dos meios de transporte e aquele proprietário que não dispunha desses meios? É possível que este último tenha sido, desde o início, excluído da produção de mogno serrado, como é também provável que ele tenha participado dela, e com a concorrência estabelecida na disputa pela matéria-prima tenha sido eliminado, mas permanecendo no ramo e dedicando-se ao beneficiamento de outras madeiras. Uma outra hipótese é que essa serraria tenha sido adquirida por um comerciante que acumulara capital neste ramo, e que passa a partir de então à dupla condição de produtor e proprietário dos meios de transporte. A outra possibilidade é

¹²⁹ BASTOS, Op. cit., p.139.

que aquele proprietário tenha tido sua serraria adquirida por um outro que, desde o início da produção do mogno, já controlava igualmente o transporte e o beneficiamento.

A acumulação proveniente de outras atividades lucrativas que antecedem essa produção (como é o caso de castanha) e de outras que se desenvolviam paralelamente; a crescente demanda externa dessa madeira e o problema das distâncias entre a área de exploração e os centros de beneficiamento e exportação (especialmente quando se dá o deslocamento da exploração, do alto Madeira para o Javari/Solimões) sugerem naturalmente que, desde o início, essa produção esteve de alguma forma concentrada, não havendo lugar portanto para pequenos proprietários neste ramo de produção. Por outro lado, como se verá, essa concentração vai ser exacerbada a partir de um certo momento, resultando numa ação mais agressiva nas áreas de extração.

Almeida, ao buscar na memória social informações voltadas à reconstituição histórica da indústria madeireira naquele Estado, conclui haver um número significativo de serrarias em funcionamento no final da década de 30, conforme se expressa o autor:

"A cidade de Manaus se despidia da década de 30 com um número de serrarias girando em torno de 15, produzindo madeira para a exportação a outros Estados e ao exterior, e para o suprimento de uma romaria de pequenas unidades do ramo..."¹³⁰

Em vista disso, o autor questiona a "timidez da fonte recenseadora" que registra apenas 22 estabelecimentos no ano de 1940. O raciocínio do autor é o seguinte: se somente na cidade de Manaus existiam em torno de 15 serrarias no final da década de 30, logo em 1940 não poderiam existir, em todo o Estado, somente 22 estabelecimentos.

Se for levado em conta que, nas relações de intercâmbio estabelecidas com os EUA nesse período, de fato havia interesse de vender maquinários e equipamentos, parece claro que o número de serrarias teria se expandido em função de tais interesses. Contudo, há limites para essa expansão. Primeiro o consumo interno, local e até nacional; em segundo lugar os EUA estavam interessados em mogno e cedro, e isso pode ser comprovado, não só pelas estatísticas do Amazonas como também do Pará. Era mínima a exportação de madeiras duras para aquele país. Em síntese, os EUA tinham mais interesse em explorar maquinário ocioso, e os comerciantes locais tinham muito interesse em exportar muitas madeiras. O impasse reside no fato de que aos EUA só interessava um tipo de madeira, cujas reservas não eram das mais acessíveis, o que, por sua vez, implica no controle dessa exploração e, por conseguinte, no controle do número de estabelecimentos destinados a beneficiá-la. Levando-se em conta esses dois fatores, é possível que não tenha ocorrido um crescimento significativo no número de serrarias.

¹³⁰ ALMEIDA, Op. cit., p. 55-56.

Examinando-se outros dados apresentados por Almeida (*idem*, p.58), constata-se um movimento significativo de transferências (compra-venda-compra) entre o final da década de 30 e o início dos anos 50. Assim, de 13 serrarias já existentes ou implantadas nos anos de 1938 e 39 nas cidades de Manaus e Itacoatiara, seis delas mudaram de proprietário por mais de uma vez. Esse movimento consolidou-se através da firma amazonense I.B. SABBÁ, que incorporou a seu empreendimento nada menos que três serrarias bem equipadas: a primeira de Emile Chenivresse, que iniciara a exportação de mogno serrado para os EUA instalando duas serrarias, uma em Itacoatiara e outra em Manaus; a segunda de propriedade do inglês Alfredo Hori, situada em Manaus, e a terceira que pertencia à firma Araújo Costa no Município de Itacoatiara, conforme citado anteriormente. Esses dados sugerem portanto que no início dos anos 50, o controle da produção de mogno vai estar nas mãos de duas grandes empresas, a I.B. SABBÁ e a R. PEREIRA. Esta última, que se estabeleceu desde 1938, tem uma história ainda mais reveladora pois, segundo depoimento de um ex-funcionário da R.PEREIRA,

"no decorrer das décadas de 30, 40 e 50, essa empresa se destacava por empregar um número de trabalhadores superior a qualquer outra no Estado do Amazonas. Sua frota de motores rebocadores de madeira chegou a somar a metade do total existente no gênero, em todo o Estado." (Almeida, *idem*, p. 68)

Estas não eram as únicas, outras firmas de famílias tradicionais permaneceram no ramo, mas as duas sugerem claramente que ocorreu um processo de monopolização do beneficiamento fabril do mogno através da concentração da produção. Por outro lado, este processo teria resultado do monopólio dos meios de transporte exercido por comerciantes fortes da região. Acumulando capital na exploração de outros lucrativos negócios que antecederam a produção do mogno, aquele grupo, desde o início, desfrutava de melhores condições para investir na modernização e na ampliação da frota necessária ao transporte de madeiras e outros produtos a grande distância. As melhorias aí introduzidas vão facilitar enormemente o transporte de maior volume de madeira, reduzindo-se o número de viagens, e por conseguinte os custos de transporte e da produção fabril. Contudo, sob monopólio, essa redução não acontecia para aquele proprietário de serraria dependente do fornecimento do grupo que controlava a comercialização. Aí reside certamente a principal razão pela qual se deu a transferência de serrarias instaladas especialmente para o beneficiamento do mogno, como foi o caso de Chenivresse.

A hipótese de que a produção do mogno passou por um processo de monopolização por parte de grupos tradicionais da sociedade amazonense se fundamenta no fato de que, no período da II Grande Guerra, os "donos" de seringais foram favorecidos pelo incentivo estatal à produção da borracha. Isso proporcionava-lhes, obviamente, reativar ou intensificar a produção, auferir maiores lucros e, por conseguinte, ampliar o campo de ação e controle sobre outros produtos, como o mogno. Com efeito, o

fortalecimento desse grupo teria como reverso o enfraquecimento, e por fim a eliminação, de produtores de mogno beneficiado que tinham conseguido manter-se por algum tempo nessa atividade. Neste sentido, a incorporação de várias serrarias ao grupo SABBÁ certamente foi uma consequência do monopólio de compra da produção extrativa, que inviabilizou a produção fabril daqueles produtores.

A forma como se deu o monopólio da produção extrativa -bem como as relações de trabalho a ele subjacentes- podem ser visualizadas através da reconstituição da história da frente madeireira na região dos rios Javari e Solimões.

Confrontando as informações das fontes consultadas com os dados estatísticos da produção amazonense nos anos 40 e 50, constata-se de início que a ascensão e crise dessa produção coincide com a ascensão e crise do comerciante José Viegas, instalado na confluência dos rios Javari e Solimões. No ano de 1943, este comerciante teria transferido seu barracão da foz do rio Itacoá para o seringal Cametá, no Javari, dando início à formação do povoado Atalaia do Norte, que hoje dá nome ao município. Nessa região teria se dedicado à exploração da borracha e de madeira, chegando a implantar uma serraria no ano de 1951.¹³¹

Embora as fontes não registrem a evolução das atividades de José Veiga na área em questão nem se detenham na análise do regime de trabalho que ali prevaleceu, há dentre as informações coletadas por antropólogos um depoimento que traz à tona todos os elementos que compunham a cadeia de relações sociais que se faziam presentes no seringal Cametá, e apontam por conseguinte para as razões do poder e da crise daquele comerciante, conforme se pode depreender do texto citado abaixo.

"Veiga TINHA TODA Atalaia do Norte; seus **moradores** eram **empregados** ou **fregueses** dele. Os ataques dos índios fizeram os **aviados** de José Veiga se retirarem, e ele teve um enorme prejuízo porque os **retirantes** não podiam pagar. Veiga também não pôde pagar a seus **gerentes**; deu um motor (embarcação a motor) a um deles; a outro, mais um motor."(grifos nossos)¹³²

Empregados, fregueses, aviados e gerentes são diferentes categorias que compõem a estrutura do aviamento, no centro da qual está o seringalista e, no caso de Veiga, um seringalista que vai se firmar como madeireiro. Articulando-se internamente com seus gerentes ou financiadores, Veiga polarizava a relação de dominação/sujeição, no cerne da qual se dava a produção do lucro mercantil na área de seu domínio.

Diversos estudos já demonstraram como essas relações, fundadas no âmago da sociedade do seringal e enfraquecidas com a crise da borracha, foram aos poucos revitalizadas pela ação do capital

¹³¹ ALMEIDA, Op. cit., p. 30.

¹³² CARDOSO DE OLIVEIRA, apud RICARDO, 1981, v. 5, p. 25.

mercantil, estendido a outras práticas de coleta e extração, e parece claro como estavam presentes na região do Javari. Não se pretende nesse capítulo, embora a questão seja da maior importância e mereça investigação particular, perquirir a forma como essas relações teriam sido reproduzidas naquela área, de modo a desvendar as particularidades que marcaram a produção da madeira no período em questão. Isso merece uma pesquisa à parte.

Tentar-se-á apenas chamar atenção para o significado social da categoria **aviado**, enquanto forma de relação de trabalho que se subordina à estrutura interna do seringal, sem contudo confundir-se com outras. E ainda o caráter tenso que marca essas relações na ocupação de terras indígenas na região do Javari.

Estudo realizado por Teixeira¹³³ sobre as relações de trabalho presentes nos seringais do Amazonas e Acre revela que, ainda hoje, é muito difundido na região o chamado regime do toco. Essa forma de trabalho, correspondente às relações de caráter mais rígido que prevaleceram no período áureo da borracha, ficou conhecida pela prática da violência indiscriminada contra os seringueiros, como o uso de castigos corporais, perseguição e assassinato dos que tentavam fugir do seringal. Evidentemente, como ressalta aquele autor, essas violências não mais existem. Entretanto, permanece a relação de subordinação direta do seringueiro ao seringalista, que o mantém sob seu inteiro controle e domínio. Na reprodução dessa condição de extrema dependência, operam mecanismos econômicos e ideológicos que se condicionam e respondem pela eficácia e garantia de apropriação do excedente.

Outras pesquisas já demonstraram como os seringalistas e proprietários de castanhais manipulam os preços e pesos dos produtos trocados por mercadorias, resultando daí uma troca desigual e por conseguinte um débito sempre crescente do trabalhador, de uma safra para outra.¹³⁴ Contudo, é interessante observar a descoberta feita por Teixeira, de que essa manipulação não significa dizer que o saldo do seringueiro, no final da safra, seja sempre negativo. Em outras palavras, o endividamento permanente do seringueiro não decorre exclusivamente do impedimento dele conseguir um saldo face à manipulação dos preços. Teixeira constatou, através da análise de conta-corrente do barracão, que, em alguns casos, o saldo positivo existiu de fato, ou seja, a produção do seringueiro alcançou um valor superior àquele correspondente às mercadorias adquiridas no barracão. Contudo, a existência desse saldo é

¹³³ TEIXEIRA, Carlos Corrêa. Esse autor discute a organização do trabalho nos seringais do Acre e Amazonas. Interessante contribuição ele traz acerca dos mecanismos econômicos de coerção ideológica que operaram nas relações sociais estabelecidas à base do chamado regime do TOCO. O Aviamento e o Barracão na sociedade do Seringal (Estudo Sobre a Produção Extrativa da Borracha na Amazônia). São Paulo, 1980. Dissertação de mestrado.

¹³⁴ Vide ainda: Paula, Op. cit.
Emmi, Op. cit.

puramente formal, pois o fato de obter saldos no final da safra não significa dizer que eles foram efetivamente pagos (idem, p.204). Neste caso, parece claro que, do ponto de vista contábil, não eram os seringueiros e sim o seringalista o real devedor. Fora este que contraíra um dívida e, portanto, em débito com alguém, por direito deveria pagá-la. Acontece que a sociedade do seringal é regida por leis, normas, regras e vontades emanadas de uma única autoridade: a do seringalista e patrão. E sua lógica se move pelo princípio da acumulação. Neste sentido, a autoridade absoluta do seringalista lhe permite manipular aquela situação, revertendo-a e reconduzindo o seringueiro à condição de virtual devedor, conforme conclui Teixeira.

"(...) Com o intuito de manter o seringueiro sob o seu domínio, o seringalista se utiliza de vários artifícios para não pagar-lhe o saldo, como por exemplo forçando-o ou induzindo-o a comprar mais mercadorias no armazém (negando-lhe o dinheiro) ou pagando-lhe apenas parcela do saldo obtido. Cabe dizer, portanto, que os dados contábeis é o que menos importa considerar, uma vez que não está efetivamente em jogo um ato cujo fundamento seja a livre decisão dos participantes em estabelecer contrato. O que prevalece no seringal é uma forma de dominação, cujo poder está concentrado de modo exclusivo nas mãos do dono da propriedade. Este fato o torna senhor absoluto de todas as ações e iniciativas, e faz com que ele decida, ao livre arbítrio, o que é justo ou não."(idem, p, 206)

Daí resulta que, no regime de toco, a manipulação da dívida funciona como o instrumento por excelência de controle da mobilidade do seringueiro. Mantido em estado de endividamento permanente, ele se vê impedido de livrar-se do barracão.

Sendo o lucro mercantil o móvel que está por trás da imobilidade social do seringueiro, já que todos os mecanismos econômicos e ideológicos operam em última instância para garantir a reprodução das condições sociais necessárias para garantir a reprodução contínua do excedente, parece razoável pensar que a emergência de outras formas de relações de trabalho, ao lado daquela, se fará necessária quando estiver comprometido o próprio processo de acumulação.

É nessa perspectiva que pode ser encontrada uma explicação para o desenvolvimento de outras formas de trabalho nos seringais e castanhais envolvendo a exploração de outros produtos, como é o caso do chamado sistema de aviado ou arrendado. Em outras palavras, entende-se que é somente a partir de condições históricas determinadas que irão emergir formas menos rígidas mas não menos eficientes de responder às necessidades de expansão e/ou revitalização da produção mercantil. É nesse sentido que ganha significado histórico a emergência e proliferação das relações de aviado. Trabalhar de aviado, diferentemente do regime de toco, significa que o seringueiro não mantém um vínculo direto com o seringalista, ou seja, ele não está submetido à estrutura interna e rígida do seringal. Entre ele e o seringalista se interpõe a figura do intermediário, este sim associado diretamente ao proprietário do seringal.

O que é fundamental reter da emergência dessa nova forma de relação, é que o seu aparecimento está associado à própria "quebra" da economia da borracha.¹³⁵ No seu auge, o capital forjou o aparecimento e reproduziu formas extremamente rígidas de relações de trabalho e recorreu até à violência física face à virtual carência de braços para submeter à exploração. Com efeito, quando se deu o reaquecimento da economia mercantil através da borracha e outros produtos, as condições sociais já não eram as mesmas, pelo menos nas regiões onde diversos seringais foram abandonados, permitindo assim a constituição de posses e o desenvolvimento de uma economia camponesa. Nessas condições, a reativação da economia mercantil envolve essa nova situação que a própria crise criara. Tendo liberado a mão-de-obra cativa das grandes propriedades, e tendo esta desenvolvido uma economia voltada principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto, a acumulação, a partir de então, teria necessariamente que passar pelo controle dessa produção. Controle este, no sentido de reverter a sua ordem, fazendo com que essa economia produzisse muito mais para o mercado do que para sua auto sustentação. Em outras palavras, fazendo com que seus produtores dependessem muito mais da venda do que do uso imediato da sua produção.

Com efeito, as relações de aviado supõem a existência de um contingente de pequenos produtores que trabalham por conta própria, constituindo uma forma de existência social que contrasta com o mundo do seringal" ou do "barracão"; o mundo das relações sociais estabelecidas em função da produção de mercadorias, do atendimento à demanda externa de matérias-primas, do lucro mercantil, das estruturas de manto e de coerção ideológica, em uma palavra: o mundo da produção capitalista.

A ligação entre essas duas realidades com interesses virtualmente opostos é melhor compreendida quando se examina os aspectos ideológicos que se mesclam nessa relação. Merece particular atenção o fato de que o surgimento da figura do aviado na estrutura interna do seringal está associada à manipulação de regras de conteúdo ideológico, onde o seringalista acena com a possibilidade do seringueiro vir a desfrutar de uma projeção social. Passar da condição de seringueiro para a condição de aviado é a projeção máxima permitida, conforme se depreende do comentário abaixo.

"Os seringueiros que obtivessem saldos, os chamados "bons seringueiros", podiam vir a tornar-se aviados, desfrutando por conseguinte de uma nova situação no quadro do aviamento, e mais especificamente do barracão, pois sua atividade "comercial" se encerra junto ao patrão seringalista." (Teixeira, idem, p. 180)¹³⁶

¹³⁵ Vide a respeito Teixeira, Op. cit. p. 180.

¹³⁶ Cabe aqui salientar que as referências a este autor são particularmente importantes, justamente porque sua pesquisa envolveu seringais que se mantiveram ativos mesmo nos períodos mais críticos como em 1938-39, o que permite avaliar mecanismos que operaram na época em que estava em curso a produção do mogno no Estado do Amazonas e na região do Javari.

É muito provável que essas regras tivessem como alvo, não precisamente os empregados diretos do seringal, mas os fregueses do barracão (trabalhadores por conta própria) no sentido de reforçar seus vínculos com o barracão e por conseguinte operar o controle sobre a produção daqueles que não eram empregados do seringal. Neste sentido, entende-se que o aparecimento de uma categoria de intermediários surge como necessidade do capital incorporar os pequenos produtores à rede de comercialização, sem que a produção daí resultante saísse do controle do proprietário da terra. Por outro lado, o aviado (intermediário) vai reproduzir, na sua relação com os pequenos produtores, os mesmos mecanismos de extorsão que operam com propósitos de enriquecimento e de lucro.

No caso da exploração do mogno, essa perspectiva se manifestava de forma acintosa na iniciativa de internar-se na mata e estabelecer "colocações"¹³⁷ rio acima, atraindo os extratores para as áreas ocupadas pelos grupos indígenas. Essa situação configurava um quadro de relações marcadas pela tensão constante face à iminente reação daqueles que tinham suas terras invadidas. Segundo Cardoso de Oliveira (op. cit., 25), esse clima de apreensão era generalizado. Nessa época, teriam ocorrido muitas fugas de seringueiros e extratores de madeira que, desejosos de livrar-se do barracão, de suas dívidas e da exploração a que estavam submetidos, alegavam ter sido vítimas de ataques dos índios. Por outro lado, os comerciantes, seringalistas e madeireiros exploravam essa situação, com o propósito de justificar uma intervenção militar na área, e desse modo garantir a apropriação das terras em litígio. Há registros de que, em 1960, o exército foi de fato envolvido nessa "tarefa cívica", tendo arrastado algumas malocas, o que teria levado os índios a recuar para o interior (idem, p.25). É muito provável que essa intervenção esteja associada a um dos conflitos mais graves que ocorreram na época, envolvendo os aviados de José Veiga, e que ficou conhecido como ataque de 56, conforme se depreende do texto abaixo.

"Ocorreu um ataque de índios a todos os seus aviados instalados em colocações estratégicas, resultando na matança de dezenas de homens e no rapto de todas as mulheres que se encontravam naqueles locais... Foi uma tragédia que parece ter se perpetuado na memória de moradores daqueles arredores. Todos teriam sido atingidos direta ou indiretamente pelo episódio: a morte de parentes, a saída às pressas das colocações ameaçadas sem a produção, a perda do crédito e o início de um grande período de muita miséria para toda a população dependente de uma fonte de compra e venda de seus produtos. Ao pessedista Veiga estariam reservadas outras conseqüências; além da paralisação da serraria por falta de madeira e o fechamento do armazém por falta de mercadorias, perderia as forças (...) naquele reduto de seu total domínio econômico-político."(Almeida, op. cit. p.31)

Todos esses conflitos se movem impulsionados pela sede do lucro mercantil que conseguiria amarrar os camponeses às suas teias pelo sistema de crédito, arrancá-los de suas posses e atirá-los contra aqueles que mantinham-se fora da bomba sucadora da apropriação do excedente. Mas a resistência indígena

¹³⁷ "colocações" são acampamentos onde os extratores se concentram para extrair madeiras. Via de regra, é nesses acampamentos que o aviado se instala para fornecer as mercadorias aos extratores e receber a produção.

contra a dilapidação de suas terras constituía-se um obstáculo que comprometeria cada vez mais o processo de acumulação por parte dos grupos que se beneficiavam da exploração econômica de suas terras. Impedidos de retirar a madeira da mata, os extratores não tinham como repor o produto correspondente às mercadorias tomadas a crédito do aviado. Este entrava em débito com o madeireiro/seringalista, o qual, sem a produção, via comprometido o atendimento aos seus financiadores ou "gerentes" e por conseguinte comprometia o abastecimento do seu barracão. Deste modo, a exploração do mogno nas terras indígenas não oferecia nenhuma "garantia" que atendessem aos contratos de exportação, porque a qualquer momento a produção podia ser sustada, seja por um impedimento de fato, seja por iniciativa deliberada dos extratores abandonarem suas colocações com receio de serem atingidos.

Coloca-se assim em evidência o lugar ocupado pelas grandes empresas de Manaus na cadeia de comercialização que envolvia todos os demais agentes. A "quebra" de um homem que fora considerado "o dono de Atalaia do Norte", que tinha sob seu domínio todos os moradores -conforme se referem as fontes- indica a exploração a que ele também estava submetido na condição de aviado e portanto devedor. Os financiadores de Veiga, não só teriam suspenso o abastecimento do barracão após o conflito de 1956, como também teriam resgatado parte da dívida levando suas embarcações, já que não podiam de imediato se apropriar do bem que realmente lhes interessava: as terras ricas de madeiras nobres.

6.1 – A *débâcle* na produção do mogno

O declínio da produção amazonense de mogno serrado em meados da década de 50 está claramente associado aos conflitos que ocorreram na área de exploração da bacia do rio Javari. Observa-se na tabela seguinte que, justamente nos anos de 1956 e 57, ocorreu uma brusca queda nas exportações pelos portos de Manaus e Itacoatiara, o que vai consumir-se em 1959, a partir de quando o Pará assume a liderança na produção, na qual se mantém até hoje. Isso repercutiu, por sua vez, no valor das exportações do Estado do Amazonas. No ano de 1950, este Estado, que respondeu por 65,58% do valor total das exportações da Amazônia, terá sua participação reduzida para 2,26% em 1956, 3,25% em 1957 e 2,75% em 1959 (tabela 5).

Tudo o que já foi dito acerca da valorização e projeção dessa madeira no mercado apontava obviamente para uma crescente exploração. Neste sentido, claro está que o declínio pontual, localizado, contrariando a tendência expansionista, não se deve a "conjunturas externas desfavoráveis" ou à "retração da demanda", nem durante nem depois da II Guerra Mundial, haja vista que o Pará deu continuidade à exploração para o mesmo mercado, o norte-americano. Muito menos se pode atribuir tal fenômeno à falta

de "visão empresarial" por parte dos exportadores amazonenses. A instalação de serrarias bem equipadas em Manaus e Itacoatiara e, por conseguinte, a colocação no mercado do mogno e outras madeiras serradas ou seja, um produto com maior valor de troca), indica nesse particular uma postura progressista, que contrasta inclusive com os exportadores do Pará, responsáveis por grande parte da madeira bruta que saía da Amazônia especialmente para a "velha metrópole" portuguesa

Com efeito, está claro que, se houve uma força contrária decisiva atuando contra aquela tendência expansionista, esta força residiu na reação dos grupos indígenas. Considerando-se apenas a trajetória da ascensão e queda do comerciante José Veiga na região onde se desencadearam os conflitos, tem-se uma exploração que se arrastava por mais de dez anos e naturalmente acumulava a ocorrência de ameaças de ataque, fugas, reincidências de invasão/expulsão envolvendo índios e extratores, e que resultou por fim no massacre e na desativação da produção.

A crise que resultou no declínio da produção amazonense de mogno não significou a falência dos exportadores, e muito menos sustou a exploração desenfreada dessa espécie no território amazônico. Por outro lado, a exportação paraense, nos primeiros anos, será de mogno bruto, e não conseguirá, ao longo de dez anos (1958-1967), ultrapassar a marca inferior a 50% de mogno serrado. Essa mudança vai repercutir no quadro das exportações da Amazônia na década de 50. Assim, no triênio 1947-1948-1950 (tabela 7), mais de 56% do valor foi gerado pela produção de madeira serrada, sob a liderança do Estado do Amazonas. O contrário vai ocorrer no triênio 1956-1958-1959, quando 87,56% do valor foi correspondente ao setor extrativo (toros e dormentes) e apenas 12,36% ao setor fabril (serrados e laminados), tendo o Pará como principal exportador (tabela 8). Ainda do ponto de vista do mercado, os aspectos mais representativos desse triênio são a exportação de dormentes e o papel do mercado interno da dinamização da indústria de serrarias, conforme pode ser visto no texto anexo.

As tensões e antagonismos que emergiam das novas formas que assumia a economia extrativa na Amazônia tinham dimensões que extrapolam o caso isolado dos conflitos do Javari. Havia um movimento generalizado de disputas pela apropriação dos produtos da terra e da própria terra; os grupos dominantes locais apressavam-se em alargar o seu domínio sobre as terras indígenas e devolutas, concentrando em suas mãos os meios de produção e expropriando camponeses, pequenos e médios produtores. É a partir de meados dessa década que se dá o apogeu econômico e político de um grupo que controlava o comércio e exportação da castanha no sul do Pará.¹³⁸

¹³⁸ EMMI, Marília, Op. cit.

Ao lado disso, a especulação e venda de terras a grupos estrangeiros se acentuava. Algumas dessas compras estão associadas a grandes empresas americanas interessadas na exploração de madeira. O caso mais significativo (além da Jari) foi a aquisição de 300.00ha de terra pela empresa Georgia Pacific nos municípios de Portel e Melgaço, no Pará, em 1957.¹³⁹ Na década de 60, novos grupos ligados à exploração da madeira vão aparecer com grandes propriedades. A empresa Bruynzeel Madeiras S.A. com 22.700ha no município de Breves-Pa e J.B. Sabbá com 274.177ha no município de Atalaia do Norte, no Amazonas. O interesse de grupos estrangeiros está associado aos inventários florestais feitos pela FAO na década de 50, os quais vão revelar em detalhes a potencialidade madeireira de uma área equivalente a 1.280.000ha ao longo do rio Amazonas. Muitas dessas terras foram vendidas, não se respeitando o direito de posse daqueles que nelas moravam; contudo, nem sempre ocorreram expulsões e violências. As empresas Georgia Pacific e Bruynzeel, localizadas estrategicamente na foz do Amazonas, passaram a explorar naturalmente todas as condições que lhes eram favoráveis: a floresta, os rios, os comerciantes e os lavradores que lá foram mantidos com aparente liberdade.

São essas duas empresas no Pará e a COMPENSA do Grupo Sabbá no Amazonas que vão liderar as exportações de madeiras na década de 60, não mais do mogno e sim da *Virola Surinamensis*, até então sem valor comercial e com grande ocorrência nas várzeas, especialmente do estuário amazônico onde encontrava-se em maior concentração.

Do ponto de vista da estrutura produtiva, poder-se-ia dizer que a inserção da Amazônia no mercado mundial de madeiras não sofreu transformações substanciais até a década de 50. A produção permanece associada ao atendimento de uma demanda que busca aqui apenas as "madeiras exóticas", vermelhas e escuras, como fizeram os contrabandistas e a metrópole durante todo o período colonial. mas no final dessa década, certas condições internas e externas já estavam postas para se desenvolver um novo e lucrativo empreendimento neste setor, a produção de laminados e compensados. Com a grande expansão do consumo desse produto no pós-guerra, as empresas que lideravam os mercados americano e europeu voltaram seus olhos para aquelas espécies até então sem valor comercial. A especulação de terras, os inventários florestais e o levantamento aerofotogramétrico da região concorreram para que se acelerasse a corrida de empresas estrangeiras para cá. A frente extrativa já tinha provado sua eficiência em subir os rios até suas cachoeiras. Agora e por muito tempo, elas vão atuar em superposição. As várzeas e principalmente o estuário do grande rio serão o foco da nova disputa em torno da *Virola Surinamensis*, ou

¹³⁹ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Breves. Pesquisa de Campo, novembro, 1986.

ucuúba como é conhecida essa madeira na região. É do mundo dos trabalhadores de Breves que garantem essa produção que tratará o capítulo oito desta dissertação.

6.2 O comércio de dormentes

O exame da produção de madeira na segunda metade da década de 50 permite visualizar um outro quadro nas exportações da Amazônia. Isso na medida em que passou a prevalecer o comércio de madeira bruta ao invés de beneficiada, e que - comparando-se o movimento entre comércio exterior e comércio de cabotagem - o primeiro vai representar excepcionalmente, em 1956, cerca de 86,76% do volume total de madeiras comercializadas na Amazônia. No ano de 1958, cai bruscamente para 34,9% a exportação em relação ao comércio de cabotagem, e em 1959 volta a subir, atingindo cerca de 48,81%. Qual teria sido a razão desse movimento descendente? Discriminando-se os dados do comércio exterior para o ano de 1956 por grau de beneficiamento do produto, tem-se por volume: 63,71% de dormentes, 32,93% de toros e 3,34% de madeira beneficiada. No ano de 1958, o quadro é o seguinte: 78,99% de toros, 15,06% de dormentes e 5,93% de madeira beneficiada. Finalmente, no ano de 1959, a situação assim se resume: 79,59% de toros e 20,34% de madeira beneficiada.¹⁴⁰

Como se vê, a queda registrada foi determinada pela retração na demanda de dormentes, que teve sua participação reduzida de modo crescente, de 63,71% em 1956 para 58,74% em 1957, 15,06% em 1958 e nenhum registro no ano de 1959.¹⁴¹ Para se ter uma idéia da acentuada redução na comercialização de dormentes no período aqui analisado, no ano de 1957 foi registrada a venda de 252.744 unidades, enquanto no ano seguinte se registra apenas 20.730 unidades.

É sabido que a expansão dessa demanda está diretamente relacionada à extensão e melhoria da rede ferroviária dos países produtores e/ou importadores desse produto. Neste sentido, a FAO/CEE informa, em estudo realizado em 1960, sobre as tendências de consumo mundial de dormentes, que a produção européia desse produto cai cerca de 8% entre 1957 e 1958, e que entre 1958 e 1959, o volume notificado de exportações mundiais desse produto sofreu uma redução de quase 20%.¹⁴² Acrescentam a

¹⁴⁰ Esse percentual é relativo à quantidade total exportada através do comércio de cabotagem e do comércio exterior, correspondendo a 55.979.569kg, incluindo-se madeira bruta e beneficiada, dormentes e não-especificada, comercializada pelos portos de Belém, Manaus e Macapá.

¹⁴¹ Os cálculos para o ano de 1957 foram baseados nos dados estatísticos publicados pelo Anuário Brasileiro de Economia Florestal. 10(10), Instituto Nacional do Pinho, Rio de Janeiro, 1958. p. XXIV.

¹⁴² Comércio Mundial de madeiras, artigo extraído de "Year of Forest Products Statistics", 1960, publicado em língua portuguesa no Anuário Brasileiro de Economia Florestal, 13(13), Rio de Janeiro, 1961. p. 8. O texto chama atenção para o fato de que não se dispõe de estatísticas mundiais da produção e comércio de dormentes, porque muitos países consideram este produto como madeira serrada; o que não é o caso da Amazônia, pois nesse período, precisamente, é baixíssimo o volume de exportação de madeira serrada. Neste sentido, os dados mais completos apresentados pela FAO/CEE são correspondentes apenas à Europa (excluída a União Soviética), p. 13.

estes dados, outros não menos sugestivos: 56% dos dormentes de madeira empregados na Europa¹⁴³ são de madeiras de folhosas, de lei ou duras, e dos dormentes novos colocados em 1958, 84% eram de madeira, 14% de cimento e apenas 2% de aço.¹⁴⁴

Esses dados possibilitam uma aproximação dos condicionantes da elevação e queda na exportação de dormentes da Amazônia, e consequentemente do total exportado. Antes de tudo, é preciso atentar para o fato de que as madeiras de folhosas (exclui-se aqui o pinho, que é uma conífera) ocupam um lugar importante na produção de dormentes. Isto se deve à propriedade mecânica dessas madeiras, em geral de maior densidade, resistência e durabilidade, ao contrário das coníferas ou madeiras moles, cujo uso para este fim está condicionado à aplicação de técnicas de conservação, como o tratamento químico. A ocorrência, na Amazônia, de muitas madeiras adequadas a este tipo de uso, sem dúvida, é um dos fatores que concorrem para sua procura entre nós, em fases de expansão e/ou recuperação de redes ferroviárias em outras regiões do país e do exterior.¹⁴⁵ Neste sentido, é possível que a retração na demanda dos dormentes da Amazônia tenha sido condicionada a outros fatores como a baixa qualidade do produto, como sugere o naturalista Bastos ao se referir a um fenômeno desta natureza que teria ocorrido na década de 30. Para este autor, as inadequadas condições de transporte da época teriam concorrido para a suspensão de alguns contratos de venda, isto porque os dormentes eram retirados diretamente da água para os porões dos navios, onde as diversas variações de temperatura e umidade acarretavam o rachamento e, consequentemente, a inutilização dos mesmos. Além disso, esse fenômeno sem dúvida se agrava quando as madeiras não são as mais adequadas.¹⁴⁶ Não é descartável a hipótese de que tal fenômeno tenha se repetido nos anos 50, mas não se crê que tenha sido o fato decisivo. Afinal, no ano imediatamente anterior, houve uma exportação relativamente superior e, supõe-se, nas mesmas condições de transporte dos anos

¹⁴³ Excluídas a URSS e a Rumênia.

¹⁴⁴ Ibid. p. 9.

¹⁴⁵ Estudos realizados sobre as propriedades físico-mecânicas de espécies nativas da Amazônia indicam, apenas para a região Leste do Pará, a ocorrência de trinta espécies adequadas a este fim. Dessas, 20 espécies têm ocorrência na região das ilhas no estuário, de acordo com indicação de aproveitamento das madeiras feita pelo Inventário Florestal do Pólo Marajó (Publicação Reservada), 1976 (mimeo). Vide também Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, *Potencial Madeireiro do Grande Carajás*. Brasília, 1983. p. 85.

¹⁴⁶ Segundo Bastos, a classificação das espécies de "primeira classe" de dormentes da Amazônia feita pela Central do Brasil se mostrava totalmente inadequada, pois incluía espécies com "limitadíssima duração" para este fim, e cita o axuá, a cupiúba e o freijó. Para este autor, a espécie arrolada na segunda classe (tratava-se do bacuri, cujo fruto todos conhecem), ao contrário, apresentava extraordinária durabilidade. Curiosamente, todas as três espécies por ele "condenadas" são listadas pelo IBGE no trabalho a que nos referimos na página anterior. Evidentemente, as técnicas atuais de conservação, além de mais aperfeiçoadas, são mais difundidas e aplicadas. Seguramente, é contando com este dado que os órgãos especializados selecionam novas espécies para um tipo de uso que é considerado inadequado por especialistas como A.M. Bastos, um dos maiores estudiosos das madeiras amazônicas, tendo publicado mais de trinta trabalhos, inclusive sobre a borracha, nas décadas de 40 e 50.

seguintes.¹⁴⁷ Nesse sentido, se as condições técnicas, ou mais precisamente, se a forma de estocagem dos dormentes era precária na década de 30, caberia indagar se esse mesmo problema não teria ocorrido na década anterior, quando a exportação foi muito mais expressiva. Por outro lado, parece óbvio que fosse conveniente aos fornecedores locais melhorar tais condições para garantir o mercado ou mesmo ampliá-lo. Só que, visto por esta ótica, tudo indica que tal melhoria não aconteceu, pois ao contrário de aumentar ou estabilizar-se, a exportação desse produto caiu ainda mais. É o que se pode inferir dos dados disponíveis. Enquanto no ano 1927 a quantidade exportada foi de 506.693 unidades, e continuou crescendo nos anos seguintes, até atingir seu máximo em 1930 com 772.551 unidades, no período de 1931 a 1936 ocorre uma crescente redução em termos absolutos, e a exportação se mostra bastante irregular, oscilando entre 12 e 111.376 unidades. Já as exportações para os anos de 1947 e 48 estão aquém do máximo alcançado a partir de 1931 (111.376 unidades em 1933). Somente nos anos de 1956 e 57 os dados indicam que houve crescimento anual superior ao dobro de 1933, mas ainda assim, longe de atingir a quantidade registrada em 1930, pois as fontes notificam a exportação de apenas 252.774 dormentes em 1957, e uma quantidade um pouco superior para o ano de 1956. Pode-se assim concluir, pelos dados trabalhados pela FAO/CEE, que a queda nas exportações de dormentes da Amazônia que fora da ordem de 20% nesse biênio, deve-se à retração do mercado europeu, já que os dois únicos compradores de dormentes foram a Alemanha e a Espanha, que responderam por 99,9% das exportações no ano de 1956, e 79,6% em 1957, deixando de comprar esse produto no biênio seguinte.¹⁴⁸ Por outro lado, essa queda vai se refletir diretamente nas exportações brasileiras de madeiras folhosas, que sofreram uma redução de 1957 para 1958 da ordem de 40%. Como a Região Amazônica respondeu com 54,6% e 43,8% das exportações brasileiras de folhosas e com 100% dos dormentes desse tipo de madeira, respectivamente nesses dois anos, fica claro o impacto dessa queda na exportação do país. Finalmente, cabe salientar que, já em 1948, a região participou com um percentual elevado, de cerca de 75% desse produto contra 42,3% no ano anterior - quando, também há registros de exportações pelos portos de Vitória, Corumbá e Livramento - para atingir em 1950 e 1956 os 100% que terão continuidade nos dois anos seguintes. A produção de dormentes coloca em evidência,

¹⁴⁷ Infelizmente, há irregularidade de registros para todos esses anos, e a variação das unidades em que são expressos nas fontes disponíveis (peso, volume e, em alguns casos, unidade) dificulta uma inferência mais aproximada da quantidade real. Até mesmo a conversão dessas unidades para uma só fica prejudicada, pois invariavelmente, as espécies de madeiras utilizadas para dormentes não são discriminadas, tampouco outras características que são necessárias à conversão para fins comparativos.

¹⁴⁸ A Venezuela completa o bloco dos três países importadores dos dormentes da Amazônia nesse biênio. Sua participação é contudo inexpressiva, mas é o único país que continua a importar esse produto no ano de 1958, embora em quantidade inferior ao ano anterior; sabe-se ainda que no ano de 1948, quando a Amazônia respondeu por cerca de 74,90% da quantidade de dormentes de folhosas exportados do país, os principais compradores foram a Holanda, com 74,8% do total, e o Uruguai, com 25%. Ver: Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Op. cit. 10(10), p. XXV.

portanto, a extrema vulnerabilidade a que está sujeita a Amazônia no mercado mundial de madeiras no período que antecede a política estatal de desenvolvimento da região, a partir de quando a grande empresa passa a atuar diretamente na região e, evidentemente, a lutar para garantir um lugar mais estável na fatia disputada do comércio mundial.

Visto sob a ótica da exportação total da região - comércio exterior e cabotagem - nos anos de 1956, 58 e 59, observa-se não apenas uma queda em termos absolutos na quantidade de madeiras exportadas, da ordem de 19% entre 1956 e 58 e 13% em 1958 e 59, como também maior participação percentual do comércio de cabotagem em relação ao comércio exterior. Nesse particular, a principal diferença que se observa entre o comércio exterior e o de cabotagem é quanto ao tipo de produto. Enquanto no primeiro predomina a exportação de madeira bruta (dormentes e toras), no segundo, o maior volume comercializado é de madeira beneficiada, de acordo com a seguinte discriminação: tábuas serradas, aplainadas ou simplesmente preparadas.

Com a retração no comércio de dormentes, o produto que vai ocupar a liderança nas exportações para fora do país é a madeira em toros, participando com cerca de 78,99% e 79,59% do volume e 80,65% e 73,25% do valor gerado, respectivamente, nos anos de 1958 e 1959, em detrimento da madeira beneficiada, que vai responder por apenas 5,93% e 20,34% do volume e 9% e 26,74% do valor, respectivamente, nesses dois anos. Situação inversa ocorre no comércio de cabotagem, onde predomina a exportação de madeira beneficiada, com uma representatividade percentual - em volume e valor - da seguinte ordem: 60,43% e 71,33% em 1956; 76,57% e 69,80% em 1958; 66,15% e 61,66% em 1959. Como se pode observar, a participação da madeira beneficiada no comércio de cabotagem é sempre superior a 50%, tanto em volume como em valor, o que revela claramente que era o mercado interno e não o externo que impulsionava a indústria de serrarias, no período em questão. Essa situação vai se modificar nos anos 60, conforme se mostrará mais adiante. Por outro lado, observando-se a diferenciação do montante de madeiras destinadas a ambos os mercados nesse triênio, merece atenção um dado que parece relevante quanto a esse aspecto. Entre 1956 e 58, por exemplo, os registros indicam uma queda em termos absolutos da exportação, na ordem de 67,57% ou seja, de 48.569.569kg, para 15.749.492kg em 1958; esse fato indica que a produção de dormentes não chegou a ser substituída imediatamente pela produção de toros, embora este produto tenha se destacado em relação à madeira beneficiada. Daí se concluir que a retração na demanda de dormentes foi decisiva para a queda, em termos absolutos, das exportações de madeiras da Amazônia, já que não houve uma contrapartida pela oferta de outros produtos que ao menos garantisse uma estabilidade na quantidade exportada. Movimento totalmente inverso ocorreu no comércio

de cabotagem: dos 74.410.000kg registrados na exportação de 1956, ocorreu um salto para 29.336.000kg em 1958, o que significa um crescimento extraordinário de quase 300%, ou seja, 295,87%, em apenas dois anos, e mais de 500% no valor correspondente às exportações realizadas para o mercado interno, que foi, em termos absolutos, Cr\$ 23.266 milhões de 1956 e Cr\$ 142.468 milhões em 1958.¹⁴⁹

Esses dados indicam não apenas que houve um crescimento no comércio de cabotagem que compensou a queda do comércio exterior, ou ainda, que a expansão daquele estivesse limitada por este. Eles revelam algo mais substancial que diz respeito ao valor alcançado pelos produtos comercializados dentro e fora do país. Se forem comparados a quantidade e o valor das madeiras exportadas no ano de 1956 (quando se atingiu o máximo no mercado externo) com a quantidade e o valor das madeiras comercializadas no mercado interno - e aqui cabe lembrar que este representou apenas cerca de 13,23% da quantidade exportada, destinando-se o restante para o exterior - será constatado que, embora a quantidade destinada para fora do país tenha sido superior ao sêxtuplo daquela voltada para o mercado interno, o valor gerado não chegou sequer a alcançar o triplo do montante correspondente à exportação feita através do comércio de cabotagem. Esse fato revela, portanto, que os preços alcançados fora do país foram muito inferiores aos preços do mercado interno. Qual seria a explicação para tal fenômeno? Teria sido o fato de que a madeira comercializada no mercado interno, ao contrário do externo, era predominantemente beneficiada ou semi-beneficiada? Tudo indica que sim, mas infelizmente não há trabalhos que se dediquem ao estudo da evolução dos preços das madeiras nos mercados interno e externo para esse período, confrontando valores unitários por cada espécie, segundo o grau de beneficiamento em relação a ambos os mercados, de modo que se possa proceder à comparação entre ambos.¹⁵⁰

A propósito, cabe aqui esclarecer que a intenção, ao se tratar dessa matéria, é desvendar o lugar que a demanda internacional de madeiras ocupava na dinamização e expansão da produção nos anos 50, de modo que a coleta de dados foi direcionada a essa finalidade. Acontece que, como ficou evidenciado, o mercado interno ocupa um lugar representativo na demanda dessa matéria-prima e por essa razão certas questões não podem ser elucidadas sem recorrer ao exame deste. A própria representatividade do mercado externo só fica clara na medida em que se procede à comparação entre ambos.

Por outro lado, a falta de estudos a que já foi referido, e ainda o fato das estatísticas publicadas do comércio de cabotagem não discriminarem as madeiras por espécie e sim por grau de beneficiamento (vide tabela nº 2), dificultam o tratamento da questão numa primeira abordagem do tema.

¹⁴⁹ Esses valores são ao preço da época, e compreendem custo e frete. Ver Tabela 2.

¹⁵⁰ Há reais dificuldades de se proceder a tal levantamento, uma vez que as estatísticas do comércio de cabotagem não estão discriminados por espécie.

Já as estatísticas relativas ao comércio exterior são, nesse particular, de melhor qualidade, pois apresentam discriminação por espécie e grau de beneficiamento, embora não por produto. Por outro lado, as limitações persistem para aqueles anos em que os dormentes respondem por grande quantidade da madeira exportada, já que estes não são discriminados por espécies.¹⁵¹ Só que os dados disponíveis para o comércio exterior trazem à tona outros e novos elementos que conformam o quadro da produção e comercialização das madeiras no período aqui tratado, de modo a completar e tornar mais claro o que já fora analisado, e indicar os passos seguintes. Trata-se das principais madeiras exportadas pelos portos da Amazônia, por grau de beneficiamento e mercado.

Já foi destacado que os dados estatísticos sobre a exportação de dormentes, se por um lado revelam o tipo de produto que se busca em determinados períodos na região, por outro, nada informam acerca das preferências internacionais que condicionam a exploração das espécies destinadas a esse fim. Essa indicação só é definida claramente no caso das madeiras em toros e em tábuas (serradas) que, no triênio 1956, 58 e 59 correspondem a doze espécies, a saber: andiroba, sucupira, macacaúba, cedro, mogno (aguano), louro, quaruba, freijó, pau-amarelo, jacareúba, pau-d'arco (ipê) e jacarandá. Conforme pode ser verificado na Tabela 5, dessas doze espécies, apenas oito aparecem de forma regular nesses três anos, e dentre elas somente três se destacam de forma representativa em relação ao volume e valor total exportado. Trata-se da macacaúba, da andiroba e da sucupira, que juntas atingem um percentual elevado e quase equivalente nos anos de 1958 e 1959, da ordem de 60,0% e 64,0% em volume, e 54,67% e 55,73% em valor, respectivamente. É interessante observar que gira em torno dessa mesma percentagem a participação dos dormentes no ano de 1956, ou seja, 63,71% do volume e 50,06% do valor, indicando assim porque aquelas espécies, embora já se destacassem como as mais exportadas nesse ano, têm, contudo, sua representatividade proporcionalmente reduzida em relação ao total; isso revela, ao mesmo tempo, que um volume representativo de madeiras saiu da região excepcionalmente, neste último ano, sem que se tenha conhecimento de suas espécies florestais. Acrescentando-se a este os dados relativos às madeiras "não-especificadas", esse volume se eleva a quase 70% no ano de 1956, o que dá uma idéia da

¹⁵¹ A propósito dos dormentes, é muito conhecido em certas áreas, e a memória social registra isso, que na região costuma-se utilizar madeiras bastantes resistentes a ação de fungos e insetos e de longa durabilidade; ocorre contudo, que para o comércio extra-regional parece que nem sempre este é o critério adotado. Já nos referimos aos dormentes que eram encomendados pela Central do Brasil, de espécies como axuá, cupiúba, freijó e o bacuri, pouco conhecidas para este uso. O naturalista A.M. Bastos, por exemplo, afirma que em 1939 foi produzida uma grande quantidade (não discriminada) de dormentes de bacuri, que destinava-se ao Egito, embora este autor afirme que a deflagração da guerra tenha implicado no cancelamento da remessa. Estas e outras informações indicam que, provavelmente, não só espécies discriminadas em toros e beneficiadas, mas outras podem ter sido regularmente comercializadas como dormentes, sem que se tenha conhecimento.

fragilidade das estatísticas disponíveis quanto a esse aspecto.¹⁵² Com efeito, o conhecimento mais aproximado da participação das madeiras por espécies, nas exportações de cada ano, está em relação inversa ao percentual de madeiras comercializadas na forma a que acabamos de nos referir. Observa-se, por exemplo, nos anos que antecedem esse período, que o número de espécies discriminadas é muito maior, atingindo um total de trinta no biênio 1947-48 e dezoito em 1950.¹⁵³ Justamente nesses anos, é reduzidíssimo o percentual de dormentes e, obviamente, de madeiras "não especificadas" na pauta de exportações. Com efeito, tudo indica que no ano de 1956, as espécies com baixo percentual de participação tenham sido muito mais representativas, bem como outras que nem ao menos constam na relação do Comércio Exterior, como a maçaranduba, a jacareúba, o achua e a cupiúba. Essa suposição sustenta-se no fato de que todas as espécies foram incluídas e discriminadas para esse fim no "quadro de utilização" do Inventário Florestal do Pólo Marajó realizado em 1976, e que cobre uma área aproximada de 53.900km².

Dentre as madeiras que não aparecem regularmente na pauta de exportação do triênio, mas que se destacam nos anos em que foram computadas, especialmente pela cotação que alcançaram no mercado, estão o cedro em 1956 e o mogno em 1958 e 59. Por essa razão, a lista de espécies que serão consideradas para efeito de análise amplia-se de três para cinco: macacaúba, sucupira, andiroba, mogno e cedro.

Inicialmente, é indispensável destacar que a liderança sistemática das mesmas nas exportações da Amazônia não é um fato novo, e que também elas seguem uma evolução marcada por oscilações e variações significativas, embora pouco visíveis à primeira vista. Essas variações, em última instância, revelam os traços mais característicos de uma produção condicionada invariavelmente, por um lado, pela exploração intensiva de um número limitado de espécies em certas áreas (o que leva a um esgotamento localizado), e por outro, determinado por uma demanda de tipo "doméstica" de certos países com responsabilidade bem definida em cada "caso", como os EUA, Portugal, Inglaterra e Alemanha/Espanha. Assim, dependendo da maior ou menor abundância das reservas dessas espécies e das condições viáveis de acesso a outras áreas, elas persistirão -ou não- de forma regular na pauta de

¹⁵² Enquadra-se no item "não-especificada" a madeira de uma determinada espécie florestal que não está prevista na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM. Como a classificação adotada pela NBM, a partir de 1953, é feita de acordo com o grau de beneficiamento e/ou aplicação da madeira, uma determinada espécie pode estar incluída em mais de um tipo de produto, como pode não estar incluída em nenhum deles; para os dormentes e laminados integralmente, e para grande parte das madeiras serradas, as estatísticas do comércio exterior não discriminam as espécies para o período aqui tratado. Vide algumas considerações a respeito da NBM em Francisco de A. J. Soares, Aspectos da Comercialização das Madeiras Amazônicas. Belém, SUDAM, Divisão de Documentação, 1971. p. 87-90.

¹⁵³ Vide Tabela 2.

exportações, o que obviamente se aplica ao comércio exterior e de cabotagem. No final da década de 50, o percentual representativo de madeiras vai sair sob a forma de laminados. A propósito, a produção de laminados é o dado novo e, portanto, mais representativo que se identifica no conjunto dos elementos que compõem a produção e comercialização de madeiras da Amazônia nos anos 50. Ele configura a expressão de uma nova ordem na organização da produção, que até então vinha se revezando com base numa estrutura que se mostrava, do ponto de vista empresarial, extremamente débil. Os laminados que, no ano de 1958, quando se inicia a exportação, ocuparam o nono lugar em quantidade (kg) e valor, no ano seguinte ascendem para o quarto. Onze anos depois, eles passam a ocupar o primeiro lugar no valor da produção, embora mantenham-se no terceiro em relação ao volume exportado. Em outras palavras, eles passam a se igualar em valor à somatória de madeira em toros e serrada no Estado do Pará. Em 1969, uma fábrica produtora de laminados respondeu por 27,64% do valor da exportação paraense, de um conjunto de 53 firmas exportadoras. Ao se fazer um retrospecto a partir do período de referência (1958) para dez anos atrás, ter-se-á no ano de 1948 uma situação curiosamente diferenciada, pois a madeira serrada, assim como os dormentes em 1956 e os laminados em 1970, vai responder sozinha por cerca de 47% do valor total exportado.

7. A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES MADEIREIRAS NO PARÁ

Nas duas últimas décadas, as atividades madeireiras na Amazônia, e com maior evidência no Pará, têm experimentado uma crescente expansão, comparativamente a outros ramos da economia regional que dependem das fontes locais de matéria-prima como é o caso da indústria têxtil e a transformação de minerais metálicos, entre outros, e igualmente no que concerne ao próprio extrativismo.

Fábricas de laminados, compensados, moldurados e sobretudo serrarias, têm proliferado não apenas nas áreas mais antigas de exploração comercial de madeiras na fase mercantil como é o caso da "região das ilhas" e Baixo-Tocantins, mas também nos municípios do Sul e Sudeste do Pará, Guajará e distritos industriais da Região Metropolitana de Belém-RMB.

Para se ter uma idéia da expansão dessa atividade no Pará, o censo industrial de 1970 registra 297 estabelecimentos com 21.602 pessoas ocupadas em 1980. Desses estabelecimentos de 1980,

84.65% são serrarias, o que evidencia claramente a liderança deste sub-setor sobre os demais que implicam maior grau de beneficiamento.¹⁵⁴

Tradicionalmente, a concentração espacial das serrarias deu-se na região das ilhas, no estuário amazônico, destacando-se os municípios de Breves, Afuá e Gurupá, explorando-se as espécies nativas das florestas inundáveis. A propósito, as florestas de várzea até 10 anos atrás respondiam por aproximadamente 90% das madeiras da Amazônia lançadas no mercado. E entre as espécies aí exploradas, destaca-se a "ucuúba de várzea", cientificamente conhecida como *virola surinamensis*, que em 1972 representou cerca de 50% do volume total de espécies utilizadas na indústria madeireira.¹⁵⁵

A partir dos anos 70, dois mecanismos institucionais visceralmente ligados à política de ocupação da Amazônia contribuíram para o crescimento das atividades madeireiras e sua expansão para outras áreas dentro e fora do Estado. Trata-se da política de incentivos fiscais e da política de transporte rodoviário, as quais facilitavam a exploração das florestas de terra-firme, evidenciando-se aí o caráter decisivo dos investimentos diretos do Estado em infra-estruturas de grande impacto na apropriação privada dos recursos naturais. Outra medida, voltada especificamente para o setor foi a proibição da exportação de madeira bruta, em toras, adotada pelo Governo em 1973.¹⁵⁶ Embora a medida não tenha de todo eliminado a comercialização de toros por uma série de questões que tratar-se-á em outra parte deste trabalho, não se pode negar que ela determinou o aparecimento de novas serrarias e facilitou a instalação e ampliação de fábricas de laminados e compensados na região, uma vez que aumentou a oferta de matéria-prima. Estas últimas receberam tratamento prioritário na política de incentivos fiscais, que destinou-lhes percentual mais significativo.¹⁵⁷

Com efeito, esse mecanismos estimulam a migração para a região, e particularmente para o setor madeireiro, de inúmeras empresas do centro-sul do país, de um lado, atraídas pelas condições favoráveis (oferta de matéria-prima, incentivos fiscais e creditícios, mão-de-obra barata), e de outro, expulsas pela "concentração e centralização de capital pelas grandes empresas que oligopolizam a produção e a comercialização do produto" naquela região.¹⁵⁸ Em geral, elas instalam-se em Belém e no sul

¹⁵⁴ IBGE, Censo Industrial: Pará, 1970.

¹⁵⁵ EMBRAPA, Ante-Projeto do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento de Recursos da Amazônia. Belém, p. 331. s/d.

¹⁵⁶ A partir de fevereiro de 1974 entra em vigor a portaria 794 da Carteira de Comércio Exterior-CACEX, decretando a proibição; a partir de então, para exportar era preciso passar pelo beneficiamento.

¹⁵⁷ Veja a respeito: Proposição nº 071 que dá nova redação às Normas para Análise Técnica dos Projetos, Planos e Programas de Exploração Florestal, reflorestamento e/ou florestamento, não beneficiados pela Lei 5.106, in Tecnologia de produtos florestais na Amazônia, p. 36-39, SUDAM, Departamento de Recursos Naturais, Belém, 1973.

¹⁵⁸ NASCIMENTO, M.J.M. Acumulação Capitalista e Opressão Camponesa: a unidade na diversidade (Sul do Pará). Belém, NAEA/UFPa, 1983. p. 344.

do Pará, para explorar sobretudo o mogno e o cedro, considerados pelos empresários sulistas o "*filet-mignon*" das madeiras regionais. Esse movimento das empresas em direção à região concorre para a incorporação efetiva das áreas de florestas de terra-firme à indústria extrativa.

Nesse processo, merece atenção especial a ação dos projetos agropecuários, estes sim, concentrados em grandes propriedades, e paradoxalmente implantados em florestas de mata densa, e que têm revelado nos anos 80 uma tendência a liderar a exploração e exportação da madeira mais valorizada no mercado internacional, que é o mogno. Alguns alimentam as serrarias mais próximas com a venda de madeiras menos valorizadas de suas reservas, usualmente voltadas ao mercado interno.¹⁵⁹ Em geral, todos têm serrarias, seja para o autoconsumo da própria fazenda, seja para comercialização das madeiras. Este último caso sem dúvida é fundamental para a análise da economia madeireira, e será tratado em outra parte deste trabalho.

A dinâmica que caracteriza as atividades madeireiras, especialmente no sub-setor de madeira serrada, foi destacada por BRUCE, que chama atenção para as "entradas" e "saídas" que ocorreram com muita frequência nesse tipo de atividades.¹⁶⁰ Serrarias paradas em geral são reativadas por novas firmas que as comprem ou alugam por um determinado tempo. As evidências parecem indicar que o principal determinante dessa dinâmica é a flutuação e oscilação dos preços no mercado externo (estrangeiro sobretudo) ao qual elas estão virtualmente ligadas. Essa oscilação do ponto de vista conjuntural pode ser apreendida sob dois aspectos: queda do consumo interno de madeira nos EUA e desvalorização das moedas européias frente ao dólar, já que Europa e EUA são os maiores importadores.

No interior do Estado, esse processo desencadeia o surgimento de uma série de pequenos povoados que passam a viver em função da serraria, e por outro lado deixa essa população à própria sorte nos períodos de crise. Dados coletados junto à agência do IBGE no município de Afuá (Marajó) indicam para o ano de 1979, em cada um dos 17 povoados, a existência de uma ou duas serrarias. Na maioria deles, além da fábrica existe apenas uma escola, um comércio (mercearia ou taberna) e uma igreja. A população varia de 15 a 200 pessoas.¹⁶¹

Já em Belém e nos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, além das serrarias destacam-se as unidades fabris que realizam outras formas de desdobramento da madeira em toras, como as fábricas de laminados, compensados e o processamento de madeira serrada, como as fábricas de

¹⁵⁹ CEDEPLAR, As Serrarias em Marabá.

¹⁶⁰ BRUCE, Ricard W. Produção e Distribuição da Madeira Amazônica. PRODEPEF. Série Estudos. Rio de Janeiro, 1976, p. 70.

¹⁶¹ Relatório de pesquisa exploratória, no município de Afuá, em 1982, p. 12. Belém, 1982. (mimeo).

molduras e lambris e esquadrias de modo geral. Este sub-setor de beneficiamento propriamente dito concentra-se na periferia da Região Metropolitana de Belém, e no interior do Estado é muito menos representativo se comparado com o sub-setor de madeira serrada.

As fábricas de compensados são as mais modernas dentre as demais, são controladas predominantemente por empresas que dispõem de um sistema de gerenciamento organizado, maior número de máquinas, mão-de-obra assalariada, hierarquização das funções e maior investimento de capital na manutenção produtiva do sistema fabril. Abastecem-se com a matéria-prima fornecida por comerciantes que operam na intermediação entre os produtores diretos e as fábricas. No caso das fábricas de molduras e esquadrias, quando não dispõem de serrarias acopladas à própria planta industrial, o suprimento da madeira serrada é feito sobretudo por unidades fabris do interior, ocorrendo também dessas serrarias pertencerem ao mesmo grupo que faz o beneficiamento em Belém. Esse último caso aplica-se seguramente aos grupos mais capitalizados e que correspondem a uma faixa muito pequena deste sub-setor. Observa-se nas relações entre fornecedores de matéria-prima (toras ou serradas) e beneficiadores, toda uma rede de transações comerciais ainda pouco explorada nos estudos sobre o setor madeireiro, e que na segunda parte desse trabalho procurar-se-á explorar, nos aspectos mais representativos dessas relações.

As empresas que atuam no beneficiamento têm-se limitado à produção de peças pouco diversificadas, se considerada a diversidade de produtos que a industrialização da matéria-prima regional possibilita.¹⁶² Entretanto, a produção que tem atingido uma escala industrial está concentrada por poucos grupos que mantêm suas fábricas operando com maior divisão técnica do trabalho, mão-de-obra especializada no manuseio de certas máquinas e maior racionalidade no processo produtivo, registrando-se alguns fatos pouco comuns na indústria local. É o caso, por exemplo, de uma máquina "juntadeira" em operação numa das unidades fabris visitadas, cuja invenção ficou a cargo do engenheiro da própria empresa. Essa máquina possibilita a montagem de lâminas com sobras de outras peças, antes não aproveitadas. Por outro lado, ocorre maior controle técnico sobre a qualidade dos produtos, destacando-se a utilização de mão-de-obra feminina em tarefas não qualificadas e de baixa remuneração. O processo produtivo dispõe ainda de sistemas integrados, como por exemplo, o aproveitamento energético de resíduos destinados à manutenção das estufas secadoras de lâminas. Essas máquinas a vapor funcionam 24 horas sem interrupção, o que exige jornadas de trabalho divididas em três turnos. No caso da fábrica

¹⁶² Para a construção civil e naval, mobiliário, caixotaria, dormentes, tanoaria, carroceria, marcenaria, estacas marítimas, instrumentos musicais, etc. e na variedade enorme de materiais de madeira ligados a esses setores.

visitada, até o pó liberado no processamento das peças é aproveitado por sistema de exaustores, somando-se a outros resíduos para alimentação do forno, segundo nos informou um funcionário da empresa.

O processamento acima descrito é característico de uma fábrica de compensado que conta com seções auxiliares, incluindo oficinas de manutenção mecânica e elétrica, compressores e fiação de ferramentas; seções produtivas como a de laminação, contando com máquinas descascadoras de toras, tanques de cozimento, laminador, guilhotinas, estoque de lâminas, preparação de lâminas, com máquinas frizadeiras e juntadeiras, além de colagem, acabamento e beneficiamento. Nesta última, destacam-se as sub-seções de serras, plainas, destopadeira, etc.

Outros exemplos poderiam ser citados como indicadores do processo de organização capitalista do trabalho nesse sub-setor, onde a capacidade e a exploração do trabalho assalariado tem-se revertido em lucros "razoáveis" para os empresários, face à boa aceitação de seus produtos no mercado. Entretanto, esses dados são suficientes para mostrar a diferença que se estabelece entre essas fábricas e as serrarias instaladas no interior do Estado que, como destacam Hébette e Acevedo, caracterizam-se muito mais como "suporte de atividades comerciais do que propriamente como unidades produtivas de beneficiamento industrial da matéria-prima."¹⁶³

Esta é uma das formas de visualizar a economia madeireira no decorrer das últimas décadas. Com efeito, no início dos anos 80, delineia-se um quadro mais diversificado no ramo, com maior número de empresas capitalistas atuando no beneficiamento fabril e a incorporação de novas áreas que vão consolidar a indústria extrativa. Isto pode ser ilustrado pelo fato de que em 1980, embora o sub-setor de madeira serrada continuasse em franca expansão nas áreas de exploração mais antiga, este foi relativamente mais saliente nos municípios de Paragominas - 2 serrarias registradas em 70, contra 150 em 1980, Conceição do Araguaia (03 por 63) e Marabá (01 por 28), reunindo estes três municípios em 1980 aproximadamente 200 serrarias contra 06 em 1970.¹⁶⁴

Com efeito, o mercado consumidor passa a contar com dois pólos básicos de fornecimento de matéria-prima. De um lado, as micro-regiões homogêneas Guajarina, Araguaia Paraense e Marabá onde concentra-se a exploração do mogno e do cedro, e de outro, as micro-regiões Furos e Baixo-Tocantins com espécies paradoxalmente menos conhecidas, menos valorizadas, mas não menos exploradas, como a ucuúba, o assacú, a maçaranduba, realimentando um mercado aberto há mais de 100 anos, quando a

¹⁶³ HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. Mobilidade do Trabalho e Fronteira Amazônica: a Belém-Brasília. Belém, NAEA/UFPa, 1980.

¹⁶⁴ IBGE. Censo Industrial do Pará. Rio de Janeiro, 1970-1980.

liberação dos rios amazônicos à navegação a vapor marcou o início de um processo irreversível na sangria das matérias-primas regionais.

08. OS TRABALHADORES DE VÁRZEA NO SERVIÇO DA MADEIRA

8.1. O processo de trabalho

O que caracteriza e diferencia o trabalho de extração de madeira nas florestas inundáveis do estuário amazônico da forma dominante nas florestas de terra-firme das áreas de ocupação recente é a tecnologia adotada, ou seja, como e com que meios se realiza a produção.

Embora a região estudada seja uma das maiores fornecedoras de madeira para grandes empresas de beneficiamento localizadas estrategicamente na foz do rio Amazonas, não se observa ali nenhuma inovação tecnológica no sentido de elevar a produtividade do trabalho de extração. Ao contrário do que ocorreu em outras áreas, onde a exploração da madeira se fez assentada no tripé moto-serra, trator esteira e caminhão, ali os instrumentos que sustentam a indústria extrativa continuam sendo o machado e o terçado, únicas ferramentas de que dispõem os extratores. De posse desse instrumental, eles recolhem na própria floresta os meios auxiliares de trabalho e modelam o meio físico no qual atuam, imprimindo-lhe formas que se traduzem em forças naturais necessárias no processo de produção.¹⁶⁵

Em seu aspecto formal, o trabalho de extração da madeira, como em toda indústria extrativa, significa o simples ato de retirar de sua conexão imediata com o meio natural os produtos que a natureza oferece ao homem como meios de subsistência e de produção. Mas na realidade, esse ato pressupõe e implica muitas outras coisas. Em primeiro lugar, o trabalhador não se relaciona com toda a natureza que o cerca, mas apenas com uma parte dela, com características particulares. No caso dos trabalhadores da região de Breves, a exploração da madeira é feita nas matas da várzea, ou florestas periodicamente inundadas pela enchente do rio. A predominância deste tipo de floresta, sujeita ao regime de enchentes e marés, imprime um caráter particular, não só à economia extrativa como também às demais atividades produtivas em toda a região. Disso resulta o fato de que é no período de fevereiro a abril e

¹⁶⁵ "Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza (...) Os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (...) O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho". Marx, Karl, Op. cit. L 1, V. 1, p. 201-204.

maio, quando as marés de sigígia atingem seu máximo, lançando suas águas sobre grande parte das terras, que se concentra a chamada "safra da madeira", ou melhor seu "pique", porque torna-se então mais fácil o escoamento da produção. Após esse período, a atividade tende a declinar progressivamente, em virtude da dificuldade de transporte das toras, do meio da mata para a embocadura dos rios e igarapés. Essas condições, associadas ao atraso técnico e à crescente escassez de espécies de valor comercial na região, respondem em parte à forma como hoje o trabalho se realiza.

O processo de trabalho na madeira envolve três etapas básicas: a derrubada, o transporte das toras ou "colocação" e a preparação da jangada. À cada etapa corresponde um conjunto de operações em seqüência ou simultâneas, como a seleção e o abate das árvores, seccionamento e medição das toras e abertura de canais e estivas, conforme ilustra o quadro I.

Identificar as espécies, averiguar a qualidade da madeira e selecionar as árvores que serão abatidas constituem via de regra a primeira tarefa. Feito o abate ou mesmo antes desse, inicia-se uma outra etapa, conhecida entre os extratores de Breves como "fazer o rego".

O **rego** é uma espécie de canal artificial, aberto a partir de uma das margens ou cabeceiras do igarapé. Sua extensão varia de acordo com o tempo de exploração da área e sua finalidade é facilitar a descida da madeira do local onde foi abatida, "ponta da madeira" no dizer dos extratores, até descer na água.

Não se trata propriamente da abertura de uma vala, mas da remoção de tocos, raízes, cipós e da terra mole e aquosa, de modo a deixar o caminho livre para o escoamento das toras. Essa operação torna-se necessária na medida em que se esgotam as áreas de exploração mais próximas às margens dos rios e igarapés. Neste caso, ou seja, quando se acentuam as distâncias, o uso de técnicas mais simples de escoamento ou arraste tornam-se pouco produtivas como é o caso das estivas (espécie de ponte rolante feita com madeiras roliças como a palmeira de açaí). O rego é um prolongamento da estiva.

A abertura desse canal nunca é feita de uma só vez. Essa tarefa se repete ao longo do ciclo de trabalho, aumentando assim sua extensão na medida em que a derrubada se alastra para o interior da mata. Esta só é interrompida temporariamente nos períodos mais críticos do verão, quando as águas descem a seu nível mais baixo. A cada ano, a abertura do canal é continuada a partir do ponto onde foi interrompido na safra anterior. Por essa razão, tem áreas como no rio Preto, onde eles chegam a atingir até 3.000 metros, embora a média nesse rio fique em torno de 2.000 metros, o que é uma extensão razoável se for considerado que a exploração comercial nessa área começou há pouco mais de dois anos.

O "rego" ocupa um lugar importante na atividade extrativa, pois somente ele possibilita o transporte mais rápido das toras, e sem a sua manutenção ao longo da safra (limpeza e novas escavações), a produção não pode ter continuidade.

"Bom, esse rego a gente vai fazendo de acordo com a madeira que a gente vai tirando; a gente derruba as árvores, atora, aí vai cavando até chegar nela né, quando tirá aquelas (toras) pra fora, prô igarapé, aí tira prô rio, prega no arame, aí derruba outras de novo, aí torna a atorá e cavá ele de novo, aí vai indo..."

Assim, na medida em que começa a baixar o nível das águas, a abertura do rego passa a requerer maior tempo e maior dispêndio físico dos trabalhadores, concorrendo assim para reduzir ainda mais a produtividade do trabalho, conforme se depreende deste seguinte depoimento coletado quando se observava o processo de trabalho de extração:

"Esse rego aqui (...) é mais diferente do tempo das águas grandes né, que mês de janeiro até abril tem muita água grande, agora já nesse mês (junho) já é água mais baixa, já a dificuldade é grande pra gente trabalhar; a gente tem que afundar o rego né, porque naquele tempo de água grande, faz só cortar as raízes e passar com a madeira, porque a água grande, quando cresce a água né, chove, aí a chuva faz a água crescer muito mais, aí tem paragem (local) que não precisa a gente cavá muito".

É curioso observar como o movimento da natureza influi direta e decisivamente em todas as operações relativas ao transporte da madeira. A organização do trabalho tem que guiar-se pelo ciclo das marés e das chuvas que condicionam o ritmo e a intensidade das atividades produtivas. Fica claro, portanto, que a abertura do rego é uma atividade relacionada ao processo de "colocação" ou transporte da madeira, não tendo a ver diretamente com o seu abate ou extração.

O trabalho da extração propriamente dita envolve, além do abate ou derrubada, o desgalhamento da árvore, o corte do tronco em toras e a cubagem da madeira. Nessa etapa, o trabalhador utiliza meios auxiliares que recolhe na própria mata, como é o caso do cipó e de talas extraídas de palmeiras, utilizados para medir, respectivamente, a circunferência e o comprimento das toras. O sistema métrico, por sua vez, é impresso no próprio cabo do machado. De posse dessas medidas, o trabalhador calcula o volume ou cubagem da madeira extraída, o que é feito logo após o abate. Deste modo, ele sabe de antemão, antes de colocar à venda o produto do seu trabalho, quanto receberá em troca pela sua labuta diária. Em muitas áreas, o uso da trena substitui esse método tradicional, mas este ainda é bem generalizado seja pela sua eficiência e economicidade, seja porque se difunde especialmente entre os trabalhadores mais pobres da região que, conforme ver-se-á mais adiante, constituem a maioria daqueles que atuam nessa atividade.

Na etapa seguinte à operação de corte, os trabalhadores desenvolvem quatro atividades simultâneas que resultam na "colocação" da madeira ou arraste de toras. São elas: a preparação da estiva, o

descascamento das toras, a extração das sapopemas (raízes respiratórias ou escoras),¹⁶⁶ e o afunilamento de uma das suas extremidades, que recebe a denominação local de "chanfre". A estiva é feita da palmeira do açai, encontrada com facilidade na própria mata, e se estende do local onde a madeira foi abatida até o início do rego, para onde é arrastada. O descascamento das toras é feito apenas em uma das suas faces, de modo a permitir o melhor deslizamento das mesmas sobre a estiva. Com esse mesmo intento se faz o chanfre. O fato de que a maioria das espécies arbóreas da várzea são providas de sapopemas, como a sumaúma, a virola e o assacú, espécies mais exploradas atualmente, esse trabalho, que é dispensado na extração de espécies cujo tronco é inteiramente roliço e mais comuns à terra-firme, concorre para aumentar a jornada de trabalho dos extratores da várzea.

O depoimento de um deles que atua no rio Preto, cujo trabalho realizado juntamente com outros dois se pôde observar diretamente, sintetiza bem essa atividade. Coloca em evidência o tempo que o transporte da madeira no interior da própria mata toma dos trabalhadores, ao exigir uma série de operações de modo a contrabalançar as limitações técnicas, pelas quais, muitas vezes a natureza tem sido supostamente tomada como "responsável".

"É lavrando sapupema, descascando prá correr melhor na estiva, né. (...) A sapupema é essas esquilhas grande que tem na madeira; aí a gente tira prá ficar mesmo em linha reta (roliça) prá não atrapalhar; fica bonita a tora né e agora vou passar a descascar né, prá ir melhor na estiva, porque com a casca é muito ruim, aí o sacrifício é mais maior prá colocar; mas descascando, é mais fácil. Depois de descascar, a gente vira prô lado que já tá descascado, e corre de frente, não é rolado nem de banda prá levar, é de frente; faz um chanfre na frente do pau, prá não bater nas estivas, e aí dois, três homem, leva uma tora tranqüilo. Aí vai de frente né, é assim o negócio, até descer na água né, no rego (...)."

O machado é o instrumento fundamental em todas as operações desenvolvidas na mata. A versatilidade que os trabalhadores emprestam a essa ferramenta e a "economia de meios" que ela representa é ainda melhor ilustrada no uso que dela é feito nas operações de descascamento e de arraste das toras. No primeiro caso, a ferramenta é usada, não apenas na sua função específica (uso da lâmina para provocar o corte) como também serve de outro modo a operações intermediárias, como acontece quando o trabalhador, ao desferir com o "olho do machado" (lado oposto à lâmina) baques contra a casca da árvore nova e ainda não ressequida, consegue torná-la mais solta, facilitando assim sua remoção.

Por outro lado, para que se efetive o arraste das toras pela estiva até o rego, uma nova função terá esta ferramenta. Desta vez a lâmina do machado é enfiada no tronco da tora no sentido longitudinal (vide foto anexa) e o machado se constitui um ponto de apoio permitindo aos trabalhadores concentrar nele todas as suas forças, ao puxar e/ou empurrar as toras, de outro modo, essa operação seria

¹⁶⁶ As raízes respiratórias ou escoras são muito frequentes na maioria das espécies arbóreas das matas de várzea e igapó e, dado as condições ecológicas em que vivem, ou seja, a base aquosa e mole dos solos, desenvolvem-se assim para garantir melhor estabilidade das árvores. Vide a respeito LIMA, Rubens R. Op. cit. 49-50.

praticamente impossível, dado o grande peso e volume da madeira bruta, conforme fica evidenciado no depoimento abaixo.

"(...) Uma tora dessa, ela pesa praticamente, as mínima, no caso a menor né, de 500 a 700kg, tem toras aí que dá 800 até 1.000kg e uma tora de 1.000kg quatro pessoa traz com sacrifício, mas traz (...); e não temo nenhum aparelho prá puxar, a não ser a nossa força de corpo mesmo, carne sacrificada prá trazer; aí o machado é coisa importante prá nós, aqui por causa que esse machado é pregado nas toras prá puxar, porque se não tiver o machado, ninguém puxa também essa tora; é o aparelho de principal importância prá nós aqui, se não tiver esse aparelho, nada feito (...); se não tiver o machado, ninguém pode puxar, porque não tem em que agarrar, o pau é grosso e não há possibilidade."

Na ausência da máquina ou da tração animal, a concentração da força humana de todos os trabalhadores juntos num mesmo ato e com o auxílio de uma única ferramenta, trona-se fundamental nessa etapa do processo de trabalho. Sobressai assim o caráter peculiar do regime de cooperação simples nessa atividade, o que será visto no item seguinte, referente à jornada de trabalho e ritmo da produção na atividade extrativa. Por enquanto, continuar-se-á a examinar as demais etapas do processo de trabalho.

Com a "colocação", ou transporte das toras do local do abate até o igarapé, termina o trabalho "em terra" e começam as operações "dentro d'água". Resulta daí a jangada, forma em que se apresenta o produto do trabalho quando entra no processo de troca.

Entre a "colocação" e a preparação de jangadas se interpõem três operações secundárias: "tapagem do igarapé", amarração e reboque das toras. Na primeira delas, recorrendo ao uso de algumas varas coletadas no próprio local de trabalho, os trabalhadores atravessam o igarapé de um lado ao outro, de modo a bloquear ou impedir que as toras sejam arrastadas pelo movimento diário das marés. Feito isso, eles passam a agregá-las apenas com o uso de cipó, em pequenas jangadas, podendo assim cada trabalhador transportar até a foz do igarapé, em vez de uma por uma, várias toras ao mesmo tempo.¹⁶⁷ Com o auxílio de uma vara, que serve para dar impulso ao objeto transportado e de ponta de apoio para o trabalhador se equilibrar em uma das toras, é feito o reboque até a beira do rio, conforme se descreve nessa outra passagem de depoimento citado há pouco:

"(...) do rego a gente rasta (arrasta) até chegar no igarapé; do igarapé a gente leva, já vai em cima com varas, vai já levando com vara; vai em cima da tora, até chegar na boca do igarapé prá colocar no arame; prega nos pino prá vender, mas dá muito sacrifício prá levar daqui (da mata) até lá, é muito sacrifício; mas a gente leva, leva..."

Na foz do igarapé, as pequenas jangadas são desfeitas e, tomando-se uma tora de cada vez, inicia-se a formação da jangada, o que envolve todos os trabalhadores num conjunto de operações simultâneas e combinadas que exigem grande habilidade e destreza do grupo. Aqui, o machado se

¹⁶⁷ O número de toras agrupadas varia, e diversos fatores influenciam para isso, como por exemplo o volume e o número de toras colocadas no igarapé (e a largura do mesmo!), o número de trabalhadores e a distância entre o local de abate e o igarapé. No rio Preto, esse número varia entre duas e seis toras; já em outro rio, os depoimentos registram um número de quinze toras, provavelmente de menor volume.

transmuda numa espécie de martelo, e usado dessa forma se constitui instrumento auxiliar na pregação de pinos de aço. Alguns trabalhadores utilizam também a marreta nessa operação, mas o machado, constata-se em observação direta, se torna mais adequado pois, no intervalo de cada operação, ele é enfiado na tora, enquanto a marreta (dado as condições em que é feito o trabalho, ou seja, em cima das toras flutuando), por qualquer descuido, está sujeita a cair dentro d'água. Assim, pelo orifício dos pinos pregados em ambas as extremidades da tora, é introduzido o cabo de aço, por meio do qual elas vão sendo ajustadas uma a uma, formando a jangada que cresce a cada nova jornada de trabalho. Pinos e cabos de aço substituem, de forma generalizada na região de Breves, meios de trabalho antes coletados na própria mata como o cipó com o qual se processava a mesma operação.

O trabalho termina quando, após a preparação da jangada, os trabalhadores transportam-na para o outro lado do rio, onde, amarrada em troncos de árvores, ela fica estocada, liberando-se assim a "beira do igarapé" para a formação de um novo produto que será posto a venda, em média dentro de 10 a 20 dias, tempo que se leva para apresentá-lo em sua forma acabada.

Assim, do ponto de vista do processo técnico de trabalho, fica claro que, se nas frentes pioneiras de ocupação das terras altas da Amazônia, à exemplo do sul do Pará, a "revolução" no modo de produzir ficou por conta da moto-serra, onde se alastrou a indústria da derrubada, nas terras alagáveis ao longo do vale, ela se fez por meio de pinos e cabos de aço, introduzidos na região pelos comerciantes e de propriedades destes. Por conta disso fortaleceu-se, não apenas a amarração de jangadas contra os banzeiros do mar, mas também de homens que engrossam a fileira de um emaranhado cordão umbilical, estendido ao longo dos rios, furos e igarapés, e agora de regos abertos dentro da mata.

8.2 Ritmos e habilidades na produção artesanal

O conjunto das diversas operações acima descritas permite visualizar o atraso técnico que marca a produção dos trabalhadores de Breves nessa atividade, atraso este expresso na total ausência de instrumentos de trabalho não-manuais, o que determina uma utilização intensiva da força de trabalho. Essa limitação condiciona em grande parte a forma de organização da produção (jornada de trabalho, ritmo e intensidade das operações e composição da força de trabalho), o que imprime a essa atividade um caráter diferenciado em relação a outras práticas do extrativismo, como é o caso da coleta do látex e da castanha. Na seringa, por exemplo, praticada em menor escala na região, o trabalho é "mais fácil", exige "menos sacrifício" no dizer dos extratores. Em outras palavras, exige menos esforço físico, o que permite o trabalho de mulheres e crianças nessas atividades.

Se for observado o conjunto de todas as operações que envolvem o processo de trabalho, nota-se que grande parte do tempo é despendido, não no corte ou abate das árvores, mas no transporte feito da mata até o rio, ou seja, no escoamento do produto envolvendo a abertura do rego, a preparação da estiva e o arraste das toras. São esses serviços que garantem a "colocação" da madeira e absorvem maior quantidade de trabalho vivo. Neste sentido, pode-se dizer que o eixo central em torno do qual se organiza a produção desloca-se, paradoxalmente, da apropriação do objeto em si, ou da extração propriamente dita da madeira, para o seu transporte do interior da mata até a beira do rio, local onde assume a forma de produto acabado.¹⁶⁸ No processo de trabalho manual, a quantidade da madeira abatida é regulada pelos limites impostos ao seu escoamento, limite este que só tem sido superado pelas forças produtivas da própria natureza. À propósito da importância que assume esse fenômeno, é ilustrativo o depoimento abaixo, que diz respeito à pouca difusão da moto-serra na região, circunscrita ao uso limitado em algumas fazendas e entre poucos camponeses que trabalham por conta própria. O problema é colocado da seguinte forma pela maioria dos trabalhadores ocupados de forma sistemática na indústria extrativa.

"A dificuldade de trabalhar com moto-serra é porque, como diz os homens, só diminui prá gente porque pelo menos a gente apara (derruba) uma madeira mais ligeiro, mas só bem dizer prá que serve, é só prá aparar a madeira, porque prá puxar não dá, prá descascar um pau não dá, prá botá (transportar) não dá né, então tem que ser só prá aparar, então eu acho que não seja o material suficiente prá gente..."

Para o trabalhador, a moto-serra é um instrumento necessário mas não suficiente, nem o melhor. Se ela não vem acompanhada de outra máquina capaz de responder às operações que consomem intensivamente as suas próprias forças, pouca produtividade resultará de seu uso.

O trabalhador percebe evidentemente que o que está em jogo é um processo, uma relação em cadeia entre as diversas etapas do seu trabalho. O uso da moto-serra, se por um lado possibilita o abate de maior número de árvores em menor espaço de tempo, por outro exige necessariamente maquinário que eleve o ritmo das operações de arraste e/ou transporte de madeira extraída, na mesma proporção. Logo, se o trabalhador não pode transportar, escoar a madeira para a beira do rio, onde coloca à venda o produto de seu trabalho, não lhe interessa abater um número de árvores que ultrapasse aquela capacidade. Isto porque, com a madeira na mata, ele não tem retorno imediato do trabalho que ali investiu e que pressupõe uma série de relações sociais estabelecidas como o "adiantamento do patrão", ou seja, contas no comércio,

¹⁶⁸ Marx, ao analisar os custos de transporte na produção capitalista, diferencia dois tipos de transporte: aquele que se dá na esfera da produção e o outro que se dá da esfera da produção para a esfera do consumo.

"Importante papel desempenham a mudança de lugar do objeto de trabalho e os meios de trabalho e forças de trabalho para isso necessários, como por exemplo o algodão que se desloca da seção de cordas para a de fiação, o carvão que é transportado do fundo da mina para a superfície. A passagem do produto como mercadoria acabada do local imediato de produção para outro, afastado no espaço, mostra em maior escala o mesmo fenômeno." (MARX, 1980, Op. cit. Livro 2, V. 3, p. 153).

dinheiro gasto para a sua manutenção. Além disso, há outras circunstâncias relativas às condições naturais do produto como, por exemplo, a qualidade da madeira.¹⁶⁹

É neste sentido que se pode entender porque a "máquina que só corta" aparece aos olhos do trabalhador como inferior ou menos eficiente do que sua ferramenta, que faz muitas outras coisas e, como uma extensão de seus braços, lhe pertence e lhe garante provavelmente a certeza de que, nessa condição, não paira sobre ele a ameaça maior, que é a de não ter como realizar a sua capacidade de trabalho.

"(...) porque a gente tem sempre aquela necessidade de trabalhar e a gente não tem outro material, e também não tem outra assistência, a não ser a gente mesmo que faça né (...); é assim, cavar assim na terra bruta mesmo, com as mão mesmo, própria, a mão e o terçado que é da gente; terçado e machado que é o nosso material que nós temos aqui é isso, prá fazê o serviço..."

Um serviço difícil, perigoso e pesado. É assim que o trabalhador qualifica o seu trabalho na madeira, ao diferenciá-lo de outras atividades produtivas como a seringa, a roça, o roçado e o palmito. O "pesado", que se coloca em evidência e se traduz no esforço físico brutal despendido nessa atividade, esconde, por outro lado, a exigência igualmente presente de uma série de conhecimentos e habilidades do trabalhador, o que revela o caráter mais complexo de um trabalho comumente entendido como destituído de qualificação, e com efeito "sem valor". Não são raros os documentos, e particularmente os planos de desenvolvimento do Estado que fazem recair sobre essa prática o estigma do "rudimentarismo predatório" e "tradicional", condenando-a a uma "tolerância regressiva".¹⁷⁰ Ao mesmo tempo, o Estado e a grande empresa reforçam os mecanismos econômicos determinantes de sua reprodução, expondo assim as contradições que movem essa atividade. Na realidade, essa prática condenada, que gera riqueza a quantos que do seu produto se apropriam, não se resume a algo singelo, destituído de lógica e saber. Pelo contrário, exige que o trabalhador, ao dirigir sua ação, mobilize todo o conhecimento que tem acumulado na sua experiência camponesa, de seu convívio com a terra, laboratório natural de onde retira lições de modo a tornar a sua ação mais racional. Deste modo, a atividade produtiva dos extratores não se limita à ação da força mecânica de seus músculos, mas estende-se à capacidade de seu pensamento, de planejar e criar que, associados, lhe garantem a capacidade de trabalho em condições materiais determinadas.

¹⁶⁹ Na região de Breves, há muito já se esgotou - nas áreas onde é viável a exploração - as madeiras de lei e de melhor qualidade, mais resistentes ao apodrecimento. As espécies que restaram são as chamadas madeiras moles, brancas ou leves, em geral de pior qualidade, como é o caso da virola surinamenis, samaúma, assacú e tantas outras, sujeitas ao ataque de fungos e insetos e à deteriorização quando mantidas fora d'água por muito tempo. Assim, o trabalhador passa a derrubar apenas aquela quantidade que é possível escoar, pois ele sabe que se deixar madeira no mato sujeita a intempéries ele está "jogando trabalho fora", conforme se expressaram alguns entrevistados.

¹⁷⁰ Essas idéias abundam no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1976), especialmente na parte dedicada ao extrativismo, mas não é só um privilégio deste.
SUDAM. II Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Belém, 1976.

Assim, no serviço da madeira, o trabalhador diferencia a tarefa "fácil" e a "difícil"; aquela que depende de "quantia de gente" e outra que exige a "força igual"; as que "tem ciência" e outras possíveis de serem executadas por qualquer um.

A operação da derrubada é considerada uma atividade relativamente fácil em relação às outras, mas que requer "ciência" do trabalhador:

- na seleção das árvores:

"É assim né, a gente chegou na árvore (...), a gente bateu com o olho do machado nailhargado do pau: zôou muito, ele tem buraco, não presta; num zoa, tá bom; vai da inteligência, né. É conhecido, si batê assim não zoa, uma batida baixa, sólida; e o que batê ôco, não presta mesmo.

- na escolha do melhor ângulo para a queda da árvore:

"Num é só de um lado que a gente olha a madeira: olha de um lado, olha de outro, prá ver onde é a tortura (inclinação) da madeira, prá onde é o rumo que ela vai, prá derrubá; tudo isso tem ciência né, ninguém vai derrubá prá cima de outro pau, prá ficar ingachado, né."

- no seccionamento das toras:

"Alguma tora que a gente vê que vai sair torto, a gente tira curto, atora (corta) na tortura, indireita; sai e tora bem direitinho, tanto prá trás como prá diante, assim que é (...); se fô direita toro cumprido, com quatro, cinco, até seis metros, e si fô madeira torta aí a gente tira curto, três metro, três metro e meio conforme a tortura né..."

A estiva e a tapagem do igarapé são igualmente tidas como operações que eles realizam sem dificuldade, já que não requer muita experiência nem muitos braços. O mesmo não se aplica à preparação da jangada. Aqui, a habilidade do trabalhador é fundamental. Mais do que a força física, essa atividade requer agilidade, grande capacidade de equilíbrio e boa coordenação.

"Esse serviço não é muito fácil de colecionar as toras prá pregar os pino (...); a gente vai buscar uma tábuia prá se colocar melhor na posição, é prá não cair, prá não tá rolando em cima da tora (...); esse mesmo serviço que a gente se apruma com a tábuia prá fazer o pregamento dos pino na tora, a gente também faz no igarapé aprumado nas vara prá não cair, prá não sacrificar o corpo, prá vir mais tranqüilo; então sempre tem um pregando, outro vai empurrando, outro já vai colecionando tora por tora (...)"

As operações desenvolvidas em cadeia estão a requerer agilidade de todos os trabalhadores que compõem o grupo, e muita experiência daqueles que se ocupam da principal operação, a pregação dos pinos, de modo a acelerar o ritmo do trabalho sem incorrer em acidentes:

"(...) trabalhar com o machado e a marreta tem que existir prática, ainda que nós que estamos acostumado, tem que ter muito cuidado por inclusive o machado, se sair da posição pode cortá o pé e o acidente pode ser grave (...)"

O simples fato de ter que se equilibrar em cima de um objeto flutuante não é fácil, e essa dificuldade acentua-se de acordo com a forma em que o objeto se apresenta, seja decorrente da sua própria

natureza, seja resultante de uma ação anterior. Como por exemplo, o descascamento da tora, feito para facilitar seu arraste mas que, por outro lado, dificulta a preparação da jangada, uma vez que aquela fica mais lisa e escorregadia, aumentando o risco da queda.

"(...) tem muitas tora mesmo, se é discascado, a gente tem o maior cuidado quando pula, é muito rápido, tem que ser elemento rápido prá não cair, porque se fica lá rolando em cima ou pula com pouca experiência, a tora rola, ele cai mesmo (...)"

Na medida em que as toras vão sendo agrupadas, o trabalhador tem que localizar com precisão aquelas que oferecem estabilidade pois, como se pode observar na entrevista abaixo:

"...tem tora fina que, se pulá, gente se firma naquelas tora mais grossa, mais possante, buia bem (...); as toras que não buia quase, então com essas toras a gente já vai pelo fundo, se firma já na terra em baixo, aonde a gente toma pé e dá condição praquela que tá pregando se afirmá (firmar) também e pregá; é esse o problema..."

A capacidade do trabalhador responder a essas e muitas outras habilidades e iniciativas exigidas, ressalta-se na sua fala, ao evidenciar freqüentemente a sua experiência, a sua prática, o saber que lhe garante dar conta de um serviço difícil, e para o qual ele está apto a realizar com desenvoltura e até descontração, como eles próprios relatam:

"Nós já temo habilidade, nós temo conseguido isso fácil (...) como vocês tão vendo, e até brincando, rindo, matando mutuca e com paciência..."

A forma como o trabalhador articula suas idéias, ao discorrer sobre a atividade que desempenha, deixa claro o seu conceito de qualificação, atributo que não é natural e nem pertence a todos e por essa razão recai sobre o grupo uma determinada divisão de tarefas, baseada na habilidade resultante sobretudo da experiência de cada um.¹⁷¹

Todas essas circunstâncias exigem necessariamente a realização do trabalho em regime de cooperação, e o trabalhador revela a forma como essa força coletiva atua nas diferentes tarefas ao longo de todo o processo de trabalho, identificando aquelas que dependem de "quantias de gente" e as que dependem das forças reunidas num só ato, da "força igual".

"Esse problema de **fazer esse canal** requer gente, quantia de gente, no caso de aumentar o tamanho, aumentar a quantia de metros (...) mas que não depende de força né, também prá **derrubar as árvores** também não depende de quantidade de gente, também depende se caso quiser derrubar muitas árvores aí depende, também não tá dependendo de muita força; e prá estivar também não depende de muita gente: prá estivar, um, dois faz

¹⁷¹ BRAVERMAN desenvolve uma discussão acerca do conceito tradicional de qualificação, o qual define como a "combinação de conhecimentos, de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo de produção". É evidente que esse conceito, construído a partir do domínio de um ofício que garante ao artesão o desempenho de sua profissão, da qual resulta um produto acabado, não se aplica de forma pura à atividade extrativa. Portanto, só dentro de certos limites, como por exemplo, o fato de ser uma atividade manual, artesanal e planejada pelo próprio trabalhador, se pode aplicá-lo, já que na qualidade esse trabalhador não opera nenhuma transformação mais complexa no seu objeto de trabalho. Apenas põe a funcionar seus conhecimentos e habilidades, de modo que viabilize a apropriação da natureza por força dos próprios limites técnicos que encontra. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. p. 375.

o serviço, esse problema não depende de muita força; agora prá **colocar a madeira**, aí já depende de força né, principalmente de três, quatro pessoas prá lutar bem com uma tora; quanto mais pessoa aí produzem mais, a produção é maior, há condição de colocar mais tora..."

É no transporte, portanto, que reside a dificuldade maior na produção não-mecanizada, e nesse caso somente a força social, que se traduz na potência motriz, resultante da fusão de muitas forças num só ato, viabiliza a produção, conforme evidencia de maneira cristalina o depoimento abaixo:

"Esse problema de requerer mais força (...) é por causa que às vez a tora é grossa né, e só uma pessoa não tem condição de colocar uma tora grossa; se for fina tudo bem, não é até difícil (...) mas acontece que normalmente as tora são mais grossa e depende de força, aí tem que ter machado, prega nos lado da tora, na parte de um lado né (...) aí todo mundo forceja junto, se for três, quatro na hora da força, são iguais, quer dizer a força é igual, aí há condição da tora correr, se não for igual, não há condição de correr, não há possibilidade dela mudar do lugar né, que aí tá desigual a força, então tem que ter força igual; aí a gente leva qualquer distância, pode dar vinte, trinta, cinquenta, cem estiva."

O emprego das forças de trabalho combinadas de diferentes formas, ora em tarefas isoladas, ora atuando em cadeia ou fundidas numa única operação, e conduzidas por um saber acumulado com base numa experiência continuamente renovada que extrapola essa atividade em si mesma, em nada foram compensadas pelo progresso técnico que a sociedade esbanja lá fora.

Cabos e pinos de aço são as "inovações técnicas" introduzidas na região de Breves, mas em nada contribuíram para aumentar a produtividade do trabalho extrativo. A utilização dos mesmos só ganha sentido econômico na esfera da circulação do produto, campo este de domínio dos madeiros (comerciantes), que por sua vez encarnam o capital industrial estendido para fora das fábricas. Com cabos e pinos de aço, o transporte das jangadas até as fábricas ou postos de compra das mesmas se faz com maior segurança, protegendo-as contra as maresias e assim reduzindo os riscos de perda das toras, mormente quando as viagens extrapolam as fronteiras do município, atravessando-se baías onde aquela ameaça é ainda maior. Igualmente, as jangadas estacionadas na "lagoa"¹⁷² das fábricas ficavam melhor protegidas contra as precipitações mais fortes das águas, além de dificultar o extravio deliberado de toras. Esses interesses imediatos de comerciantes e empresas explica porque, entre seus "fregueses" (extratores), generalizou-se a utilização de cabos de aço, realizando-se assim uma "difusão técnica" por meio de instrumentos auxiliares que privilegia aqueles e não os produtores.

Diante das limitações materiais que se mantêm, os trabalhadores só podem contar com as forças produtivas da própria natureza, valendo-se especialmente da forma em que estas se traduzem em força motriz, que vem somar-se a de seus próprios braços. As grandes enchentes que ocorrem na época da extração chuvosa na região atuam neste sentido com espetacular efeito, na medida em que o maior volume de águas, que invadem as terras da várzea nesse período do ano, ajuda a arrastar as toras de madeira do

¹⁷² É a designação local dada ao porto das serrarias onde as jangadas ficam estocadas, no rio, aguardando o processamento das toras.

interior da mata. É por essa razão que o calendário da atividade extrativa nessas áreas gravita em torno do ciclo anual das grandes enchentes e do movimento periódico das marés.

Na região do Estuário e Ilhas, essas inundações ocorrem com maior intensidade nos meses de fevereiro e abril, justamente por causa da coincidência das marés mais altas do ano com os meses de maior queda pluviométrica.

Lima já observada em 1956 que "(...) a utilização dessas condições naturais que as várzeas e a rede hidrográfica do estuário apresentam já vem sendo feita pelos caboclos de Breves. Naquela fase do ano, diminuem ali as atividades agrícolas, passando os caboclos a se dedicarem principalmente ao trabalho de extração de madeira".¹⁷³

É interessante observar como as características desse meio ambiente (os diferentes níveis de solo da várzea, a distribuição pluviométrica e o volume das marés) imprimem um caráter particular ao extrativismo de madeira, o que fica melhor evidenciado quando se examina as três diferentes unidades de tempo nas quais essa prática se inscreve.

A primeira delas, relacionada à distribuição pluviométrica que define as duas "estações" do ano, constitui o marco que diferencia o tempo dedicado à extração da madeira (inverno) do tempo dedicado às demais atividades produtivas, seja de coleta (borracha e palmito) ou agrícolas. No conjunto, essas atividades compõem o ciclo anual de trabalho dos produtores da região de Breves. Cabe ressaltar que se está aqui considerando o período em que aquela atividade é praticada com maior intensidade e que convencionou-se chamar de "safra", o que não significa dizer que não haja flexibilidade nesse calendário. O próprio caráter mercantil da produção impôs essa flexibilidade até os seus limites nos últimos anos.

Em Breves, há trabalhadores que se dedicam o ano inteiro à extração da madeira, constroem "mococas" - uma espécie de barragem para acumular água da chuva que garanta o escoamento das toras naquelas épocas do ano, em que as águas do rio já não atingem as terras exploradas. Contudo, prevalece no "verão" a chamada extração da "madeira fina", o que em outras palavras significa retornar às áreas já esgotadas de árvores de maior porte, comumente encontradas nas terras mais próximas das margens dos rios e igarapés.

A segunda unidade de tempo corresponde à duração das marés altas ou de lançante, e que os trabalhadores reservam para a "colocação" da madeira. É no marco dessa unidade temporal que se

¹⁷³ LIMA, Rubem. Op. cit. p. 143. Segundo este autor, a oscilação do nível das marés é bastante variável nessa área e a amplitude de oscilação nas marés de sigíngias de fevereiro, março e abril fica em torno de 3,50m na preamar, enquanto nas marés de quadratura o nível maior chega a 1,20m na preamar.

percebe todo o empenho dos extratores no sentido de aproveitar as condições naturais favoráveis à maior produtividade do trabalho,¹⁷⁴ conforme sintetiza o depoimento abaixo:

" (...) São oito dias de água grande ...tem que aproveitar aqueles 8 dias (...) aí a gente aproveita o que dá mesmo até 5 horas prá arriá o que puder vê se ela (a madeira) fica em uma parte aonde já num depende da maré (...) só tira em época de lançante que tando em pacoema as águas não chegô lá".

Se por um lado, a subida das águas significa uma redução do esforço físico que seria maior e se a mesma tarefa fosse realizada em condições adversas (colocar a madeira durante as águas baixas em "pacoema"), por outro implica um prolongamento da jornada de trabalho no período de maré lançante. Esse condicionamento remete ao exame da terceira unidade de tempo que é o dia de trabalho.

Um dia de trabalho na madeira varia de 6 a 8 horas, estendendo-se das 7 ou 8 da manhã às 4 ou 5 da tarde.¹⁷⁵ Quando se trata da "colocação da madeira", essa jornada pode estender-se noite adentro. Contudo, tal elasticidade vai sofrer modificações na medida em que se alteram as relações de trabalho estabelecidas entre os pequenos produtores, conforme mostrar-se-á no item seguinte.

8.3 "Convidados" e "diaristas"

Tradicionalmente, os trabalhadores da região de Breves recorrem a práticas de ajuda mútua para realizar determinadas tarefas que requerem uma execução em tempo hábil, de modo a tirar melhor proveito da influência benéfica de certas condições naturais ou evitar prejuízos decorrentes de alterações bruscas das mesmas. Assim, eles têm agido para garantir a produção agrícola e da madeira, ambas sustentadas num sistema de relações de trabalho largamente difundido na região e conhecido como "sistema de convidado". O convidado é uma forma de trabalho coletivo, que consiste na troca de dias de serviço e envolve elementos de um mesmo grupo de parentesco ou vizinhança. Entre os extratores, recorre-se ao "convidado" para a realização do trabalho de "colocação da madeira", atividade essa que, segundo eles, precisa reunir "a força igual". Na realização dessa tarefa, a jornada diária de trabalho tende a ser a mais elástica possível, uma vez que cada um dos parceiros que compõem o convidado procura igualmente aproveitar o período da maré lançante para "colocar" sua madeira. A fim de alcançar esse objetivo, o número de homens que compõem o grupo de trabalho costuma ser regulado pelo número de dias da maré lançante, que varia de 8 a 10 dias. Assim sendo, cada trabalhador só tem direito a reunir as

¹⁷⁴ A propósito, nos diz Marx: "Pondo de lado a estrutura mais ou menos desenvolvida da produção social, a produtividade do trabalho depende das condições naturais." Marx, Op. cit. L 1, V. 2 p. 588. No caso da produção em estudo, ressalta-se a enorme importância dessas condições.

¹⁷⁵ Como nas demais atividades extrativas ou agrícolas, os trabalhadores alimentam-se precariamente com conservas ou peixe seco e farinha, no próprio local de trabalho. Somente no retorno da mata no final da tarde eles almoçam, comumente feijão com charque e farinha.

forças coletivas de trabalho para a sua produção em apenas um dia, e por essa razão a jornada de trabalho se intensifica nesse período, conforme ilustra o depoimento abaixo.

"São oito dias de água grande, tem que aproveitá aqueles oito dias e quando vai prá minha por exemplo, a gente tem que aproveitá o serviço porque só vai naquele dia nessa lançante..."

"(...) prá aproveitar as água maió (maior) e prá dar oportunidade da maré do outro dia, prá dá oportunidade pro outro parceiro da gente tirá a dele também, agente faz aquele serviço de noite.

"(...) aí agente trabalha até 11 horas, meia-noite, conforme a maré, que a maré vazô aí não tem condição de arriá, tem que esperá a outra maré".

Observa-se que neste regime de trabalho há um esforço do grupo para que todos tenham igualmente a mesma oportunidade. Cada participante só pode voltar-se a outras atividades quando já se tem cumprido a tarefa de "colocação" de todos os membros que compõem o convidado. Por outro lado, essa forma de organização do trabalho atua como regulador da quantidade de árvores abatidas. Abate-se periodicamente uma quantidade correspondente à capacidade de "arriar", de colocar a madeira n'água, tarefa essa que, como já se viu, corresponde ao transporte da madeira até o igarapé, onde a mesma fica estocada até a construção da jangada. Quando a quantidade de madeira abatida supera a capacidade de "arriar", o trabalhador aguarda a outra lançante, quando se reinicia o mesmo processo. Neste caso, a formação da jangada é feita em grupos menores, já que todos foram liberados da tarefa que exige a formação de um grupo maior.

Se o trabalho é realizado por diaristas, o quadro acima descrito modifica-se consideravelmente. O "dono da madeira", ao contrário do "dono do convidado",¹⁷⁶ dispõe de trabalhadores para colocar a sua madeira n'água não apenas em um dia, mas durante toda a duração da maré lançante. Neste caso, a jornada de trabalho praticamente não se altera em relação às demais tarefas do processo de trabalho. Entre os extratores que atuam no rio Preto, observa-se que geralmente o número de diaristas não ultrapassa a dois, mas eles trabalham juntamente com o "dono da madeira" que com muita frequência compõe parceria com o cunhado ou irmão. Neste caso, a capacidade de produção por unidade produtiva é maior que aquela resultante do sistema anterior.

Por outro lado, o número de pessoas que compõem os grupos de trabalho está condicionado também pelo peso e volume da madeira extraída. Observa-se pela tabela seguinte, que no rio Preto 59,11% das toras foram classificadas como "madeira fina", ou seja, de segunda qualidade, cujo diâmetro varia de 37,5cm a 22cm, o que corresponde a 1,18cm a 0,70cm de circunferência. Isso significa dizer que o arraste

¹⁷⁶ O "dono da madeira" é aquele extrator que contrata outros para trabalharem com ele em troca do pagamento em diárias. Já o "dono do convidado" é o extrator que coordena o grupo de trabalho quando se trata da sua produção.

das mesmas pode ser feito por grupos de 2 a 3 pessoas, que é o número que predomina no rio Preto. O depoimento abaixo ilustra essa questão.

"tem muitas vezes que é a gente faz o convidado porque só a nossa força é pouco né, mas prá uma madeirazinha dessa aqui, a nossa força são suficiente prá gente pôr ela prá beira, descascar ela daqui daonde está".

Conforme foi mostrado anteriormente, a cooperação simples entre esses produtores se constitui na exigência da própria limitação tecnológica a que estão sujeitos. Nesse sentido, o esgotamento das áreas exploradas reduz a produção e o número de trabalhadores que antes ela exigia. Em síntese, foi mobilizando milhares de trabalhadores através dos comerciantes locais que a grande empresa madeireira se expandiu nessa região, reproduzindo as formas mais atrasadas de produção.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

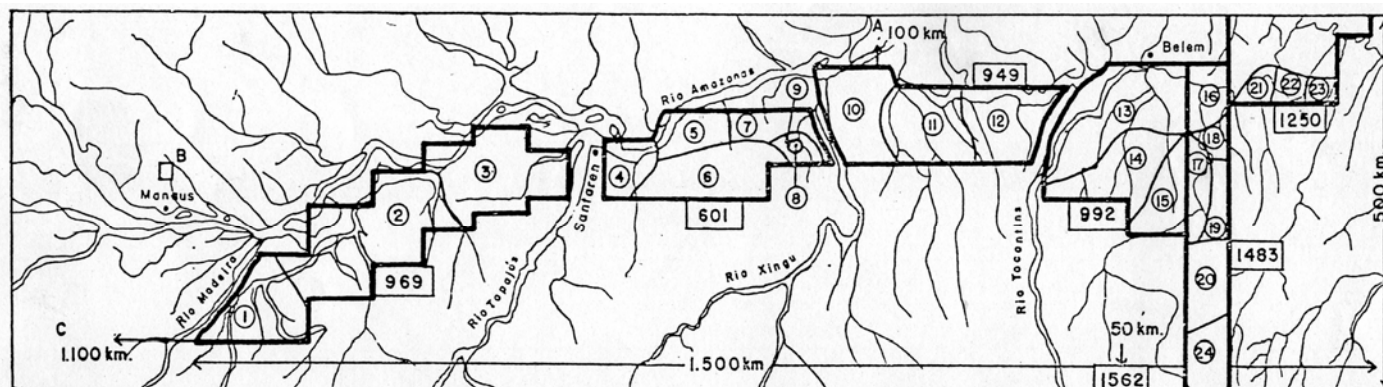
- ACEVEDO MARIN, Rosa E., Aliança matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. Estudos Econômicos. São Paulo, V. 15, N. Especial, p. 153-167, 1985.
- _____. Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Brésil) sous le régime colonial et sous l'Empire (XVII e XIX siècles). Paris, 1985. (tese de doutorado, EHESS).
- ALMEIDA, Marino B. A indústria madeireira na Amazônia. João Pessoa, 1985 (tese de mestrado, UFPb).
- ANNUÁRIO de Estatística do Estado do Pará; 1925-1926. Belém, 1927.
- ARRUDA, Marcos. A ocupação estrangeira de terras no Brasil. Caderno do CEAS, Salvador, nº 53, 1978.
- BAENA, Antonio L.M. Compêndios das eras da província do Pará. Belém, UFPa, 1969 (col. Amazônia, série José Veríssimo).
- BASTOS, A.M. Dormentes da Amazônia. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Rio de Janeiro, 2 (2): 178-181, 1949.
- BATES, Henry W. Um naturalista no rio Amazonas. Belo Horizonte, USP/Livraria Italiana (col. reconquista do Brasil, 53), 1979.
- BRAGA, Theodoro. O Município de Breves. (1738-1910). Belém, 1911.
- BRABO, Maria José C. Palmiteiros de Muaná: estudo sobre o processo de produção e beneficiamento do açaizeiro. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série: Antropologia, Belém, 73:1-27, jan. 1979.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CARDOSO, Míriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CASTRO, Edna M.R. Developpement et condition Ouvrière. Étude sur une ville amazonienne, Paris, 1983 (tese de doutorado, EHESS).
- EMMI, Marília F. Estrutura fundiária e o poder local: o caso de Marabá. Belém, 1985 (tese de mestrado, UFPa/NAEA).
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 5 ed. Trad. Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. A Ciência e o Príncipe Moderno. In: Obras escolhidas, trad. Manuel Cruz. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- GUNTHER, John. O drama dos EUA. In: PEREIRA, Osny D. Transamazônica Prós e Contras. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HEINSDIJK, Dammis & BASTOS A.M. Inventários florestais na Amazônia. Boletim do Serviço de Inventários Florestais, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, nº 6, 1963.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Comércio de produtos madeireiros da Região Norte. Brasília, 1984.
- _____. Programa de entrepostos madeireiros para exportação - PROMAEX, Brasília, 1982.
- _____. Análise da balança comercial de produtos florestais. Brasília, 1982.
- JOCHMANN, J. Comércio mundial de madeiras antes e depois da guerra. Anuário Brasileiro de Economia Florestal, Rio de Janeiro, 3(3):481-502, 1950.

- KAY, Geoffrey. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Uma análise marxista, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- LA RAIA, R. de Barros & MATTA, Roberto da. Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1976.
- LIMA, Rubens Rodrigues. A agricultura na várzeas do estuário do amazonas. BOLETIM TÉCNICO DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE, Belém, nº 33, 1956.
- LUNA, Luis. Resistência do índio à dominação do Brasil. Rio de Janeiro, Leitura, s/1, s/d.
- MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978 (col. Relatório de Pesquisa, nº 39).
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. Capítulo Inédito d'o Capital. Porto, Escorpião, 1975.
- _____. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 5 ed., 1980, 3 V.
- MARTIUS, Von e SPIX, J. B. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 2 V.
- MEGGERS, Betty J. Amazônia: a ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- MOREIRA, Eidorfe. Os igapós e seu aproveitamento. Belém, UFPa/NAEA, 1976. (cadernos NAEA, 2).
- MOREIRA NETO, C. de A. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. S/1, MPEG/CNPq, s/d.
- NASCIMENTO, Maria Jucirene M. Acumulação capitalista e opressão camponesa: a unidade da diversidade (sul do Pará). Belém, 1983. (tese de mestrado, NAEA/UFPa).
- NILO, Odália. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964. In: Brasil em Perspectiva, São paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Editor Graal, 1977.
- PARÁ, Governador, 1901-1909 (A. Montenegro); Álbum do Estado do Pará; oito anos de governo. Paris Chaponet, 1908, il.
- PIRES, João Murça. Tipos de vegetação da Amazônia. Brasil Florestal, 17: 48-58, 1974.
- PEREIRA, J. Soares, O preço das madeiras nacionais no decênio 1939-1948. Anuário Brasileiro de Economia Florestal, Rio de Janeiro, 2(2): INP, 1948.
- PITT, John, Relatório ao Governo do Brasil sobre Aplicações de Métodos Silviculturais a algumas Florestas da Amazônia. Belém, SUDAM/FAO, 1969.
- RICARDO, Carlos Alberto. Coord. Povos Indígenas no Brasil. São Paulo, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1981, 1983, 1985, V. 5, 3, 8.
- SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo, T. A. Queiróz, 1980.
- SANTOS, Theotônio dos. A trilateral: nova face do capitalismo mundial. Petrópolis, Vozes, 1979.
- SINGER, PAUL. A crise do milagre. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Francisco de A. J. Aspectos da Comercialização das madeiras amazônicas. Belém, SUDAM, APC, Divisão de Documentação, 1971.
- SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. Catálogo das madeiras da Amazônia. Belém, 1968, 2v.
- _____. Tecnologia de produtos florestais na Amazônia. Belém, 1973.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. O aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal. (Estudo sobre a produção Extrativa da Borracha na Amazônia). São Paulo, 1980 (dissertação de mestrado, USP).

- VALVERDE, Orlando. O problema florestal da Amazônia brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.
- VARGAS, Getúlio. Discurso de ano novo. Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, Inúbia, Caderno nº 2, 1975.
- VELOSO, Haroldo. A venda de terras - relatório. A Amazônia Brasileira em Foco. Rio de Janeiro, nº 2, CNDDA, 1968.
- VELHO, Otávio G. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.
- WALLACE, Alfred R. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte, USP/Livraria Itatiaia, 1979. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 50).
- WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: Estudo do Homem nos trópicos. Trad. Clotilde da Silva Costa, São Paulo, Nacional, INL, 1977.

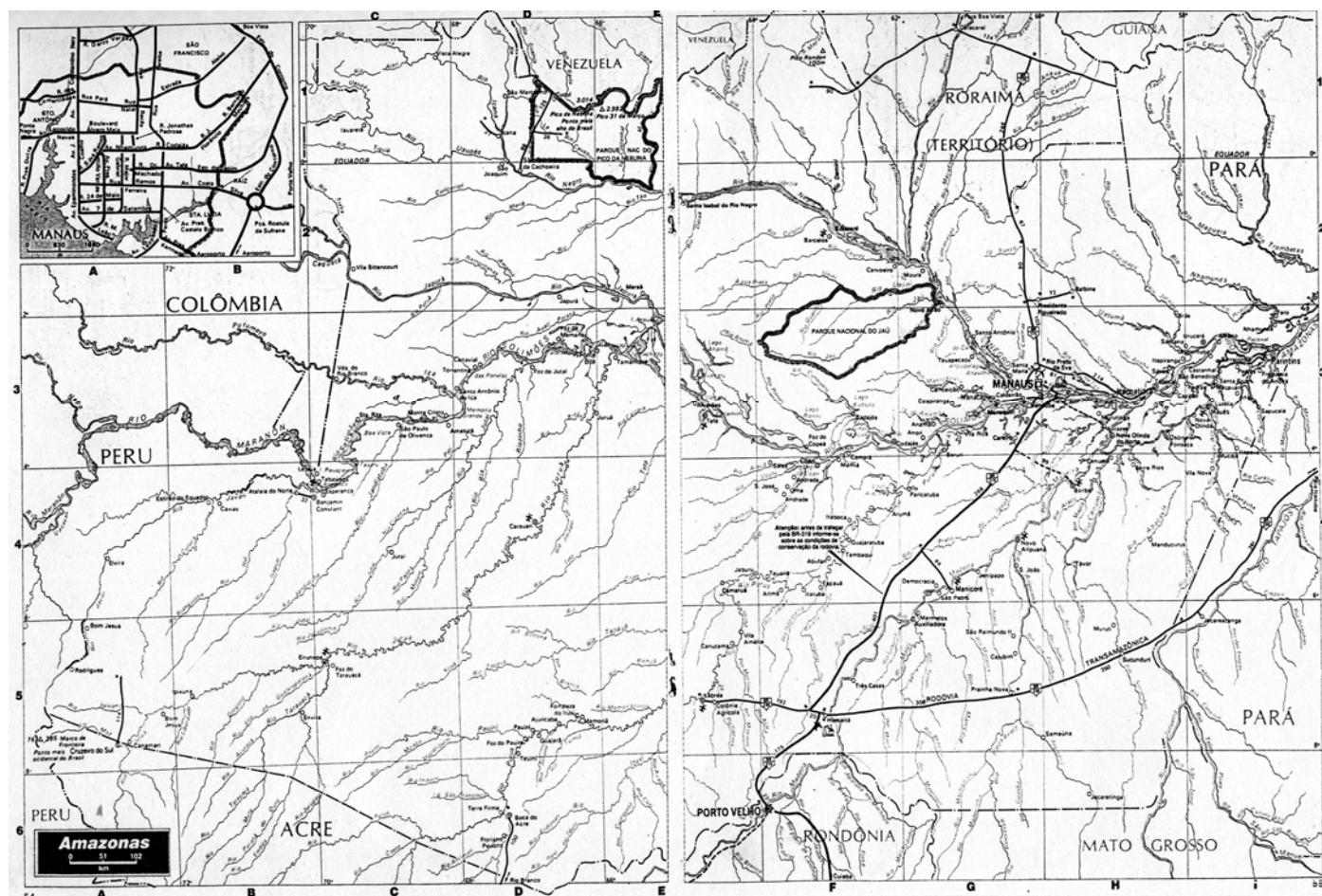
10. ANEXOS

Mapas, tabelas, quadro e fotos.



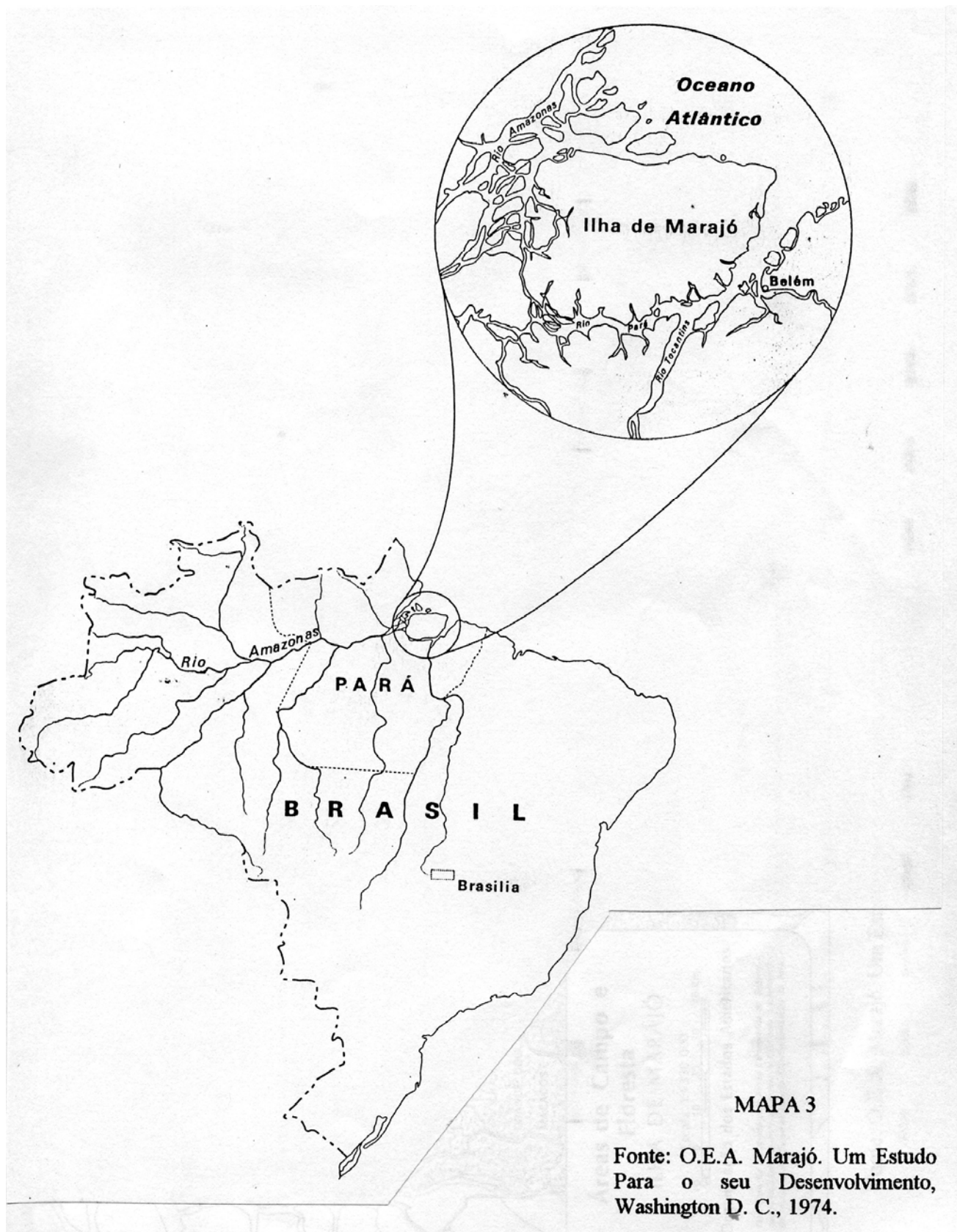
MAPA 1

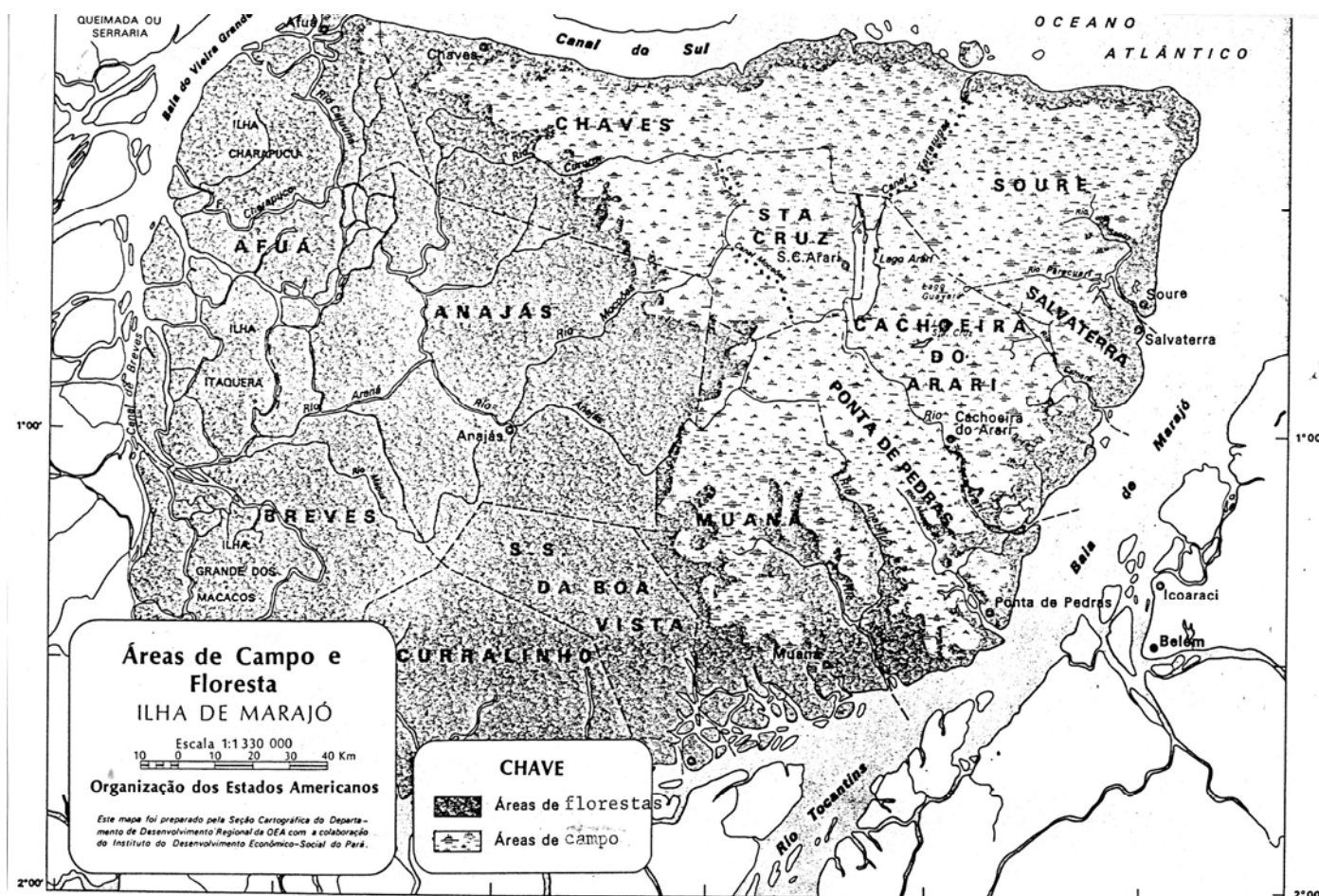
Áreas submetidas a inventário florestal na Região Amazônica, com a numeração, dentro de círculos, dos 24 Tipos florestais identificados, e nos retângulos, dos relatórios da FAO com os estudos dos mesmos
 Fonte: Valverde, Orlando. O problema florestal da Amazônia Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.



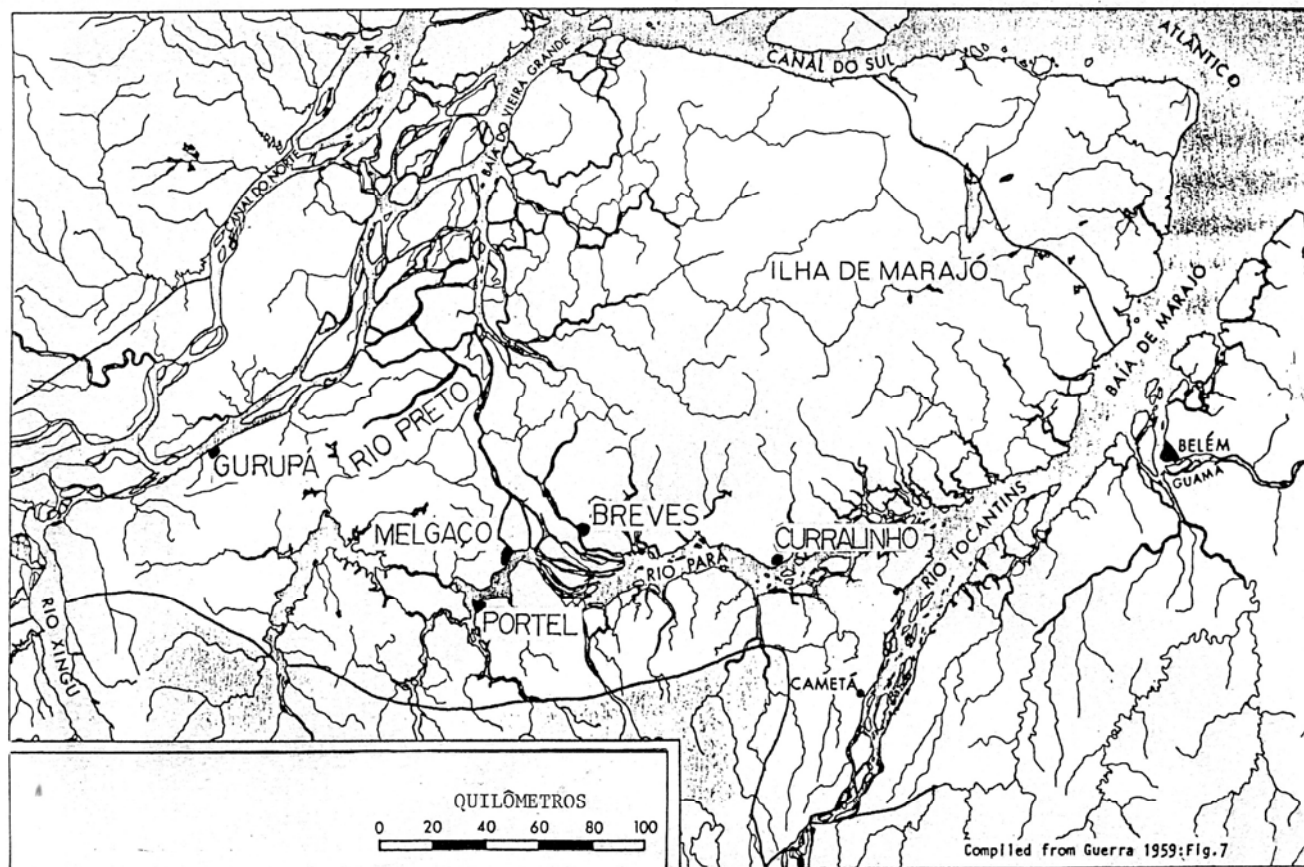
MAPA 2

Fonte: Guia Rodoviário 4 Rodas, Ed. Abril, São Paulo, 1987.





Fonte: O.E.A. Marajó, Um Estudo para o seu Desenvolvimento, Washington D.C., 1974



MAPA 5

Fonte: Parker, E. Philip. Cultural ecology and change: a cabocla várzea community in the Brazilian Amazon. University of Colorado, 1981.

TABELA 1 – COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. COMPOSIÇÃO DA EXPORTAÇÃO EM 1928, 1938 e 1946.

PRODUTOS	1928		1938		1946	
	em milhões de Cr\$	% sobre o valor total	em milhões de Cr\$	% sobre o valor total	em milhões de Cr\$	% sobre o valor total
Café em grão	2.840	71.54	2.296	45.05	6.441	35.31
Algodão em rama	36	0.92	930	18.24	2.938	16.10
Madeiras	23	0.57	77	1.51	803	4.40
Tecidos de algodão	0	0.00	4	0.08	703	3.85
Cacau em amêndoa	149	3.75	213	4.18	651	3.57
Couros e peles	276	6.95	209	4.10	651	3.57
Fumo	66	1.66	84	1.65	493	2.70
Cera de Carnaúba	29	0.72	101	1.98	492	2.70
Arroz	1	0.02	40	0.79	385	2.11
Carne de boi	79	1.99	140	2.74	317	1.74
Borracha	59	1.49	47	0.92	268	1.47
Óleos vegetais	1	0.02	181	3.55	247	1.30
Farinha de mandioca	2	0.05	3	0.05	203	1.11
Baga da mamona	5	0.12	80	1.57	196	1.07
Castanha do Pará (c/ e s/ casca)	38	0.96	71	1.39	188	1.03
Milho	0	0.01	45	0.88	167	0.91
Laranja	10	0.25	112	2.21	147	0.80
Feijão	0	0.00	1	0.02	142	0.78
Erva mate	115	2.89	59	1.16	133	0.73
Diamantes	4	0.10	13	0.25	125	0.60
Produtos farmacêuticos	0	0.01	2	0.04	118	0.63
TOTAL (inclusive outros)	3.970	100.00	5.097	100.00	18.243	100.00

Fonte: Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior. In: Anuário brasileiro de economia florestal. Rio de Janeiro, 1(1), 1948, p. 457.

Espécie e grau de Beneficiamento	1 9 4 7				1 9 4 8				1 9 5 0			
	Quantidade		Valor FOB		Quantidade		Valor FOB		Quantidade		Valor FOB	
	m ³	%	Cr\$	%	m ³	%	Cr\$	%	m ³	%	Cr\$	%
MAÇARANDUBA	1.480	4.39	960.460	3.92	851	3.11	496.310	2.20	589		380.249	1.67
TOROS	1.035		681.416		763		435.208		589		380.249	-
SERRADA	8		5.542		83		54.356		-	-	-	-
NÃO ESPECIFICADA	437		273.502		5		6.743		-	-	-	-
MANDIOQUEIRA	407	1.20	262.501	1.07	108	0.39	31.834	0.12	20	-	-	-
TOROS	4		2.225		-	-	27.168		20	-	-	-
SERRADA	403		260.276		108		4.666		-	-	-	-
PAU AMARELO	469	1.39	395.940	1.61	159	0.58	1.516.557	6.19	3.022	0.03	15.250	0.06
TOROS	234		154.799		128		48.293		1.093		-	
SERRADA	236		241.981		31		1.468.264		1.929		15.250	
PIQUIÁ	260	0.77	147.871	0.60	-	-	-	-	-	-	-	-
SERRADA	260		147.871		-	-	-	-	-	-	-	-
QUARUBA	1.228	3.64	739.204	3.01	1.698	6.22	792.131	3.52	2.224	8.30	1.305.630	5.74
TOROS	589		285.504		1.351		540.774		944		451.866	
SERRADA	431		300.158		347		251.357		1.280		853.764	
NÃO ESPECIFICADA	203		153.542		-		-		-	-	-	-
SUCUPIRA	2.072	6.15	1.579.621	6.42	499	1.82	246.289	1.09	1.288	4.81	757.482	3.33
TOROS	1.632		1.095.470		467		207.681		1.240		716.098	
SERRADA	392		446.059		30		35.940		48		41.389	
NÃO ESPECIFICADA	48		33.092		2		3.368		-		-	
UCUÚBA	-	-	-	-	37		48.608	0.21	1.069	3.99	759.390	3.34
SERRADA	-	-	-	-	37		48.608		1.069		759.390	
OUTRAS MADEIRAS NÃO ESPECIFICADAS	1.563	4.64	769.055	3.03	1.032	0.13	733.294	3.26	315	1.17	235.015	1.03
DORMENTES	7.414	22.01	2.740.513	11.18	2.322	8.50	926.415	4.11	45	0.16	14.976	0.06
T O T A L	33.679	100	24.494.579	100	27.326	100	22.483.934	100	26.756	100	22.733.294	100

Fonte: Anuário Brasileiro de Economia Florestal, INP, Rio de Janeiro, 4(4), 1951.

TABELA 3 - COMÉRCIO INTER-REGIONAL DE MADEIRAS, ACRE E AMAZONAS, 1942-46 (quantidades em Kg).

Ano	Exportação do Acre	Importação do Amazonas	Exportação de mogno do Amazonas
1942	6.671.400	6.682.635	2.676.889
1943	1.181.522	1.242.357	2.789.331
1944	1.400	42.207	6.983.432
1945	270.771	295.386	7.683.131
1946	403.952	420.332	4.454.390
TOTAL	8.529.045	6.682.917	24.587.173

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do INP, in: Anuário Brasileiro de Economia Florestal, 2(2): 454, Rio de Janeiro, 1949.

Nota: Não há informações disponíveis para os anos anteriores a 1942, nem para a década de 50.

TABELA 4 - EXPORTAÇÃO DE MOGNO NA AMAZÔNIA, 1947-60.

A n o s	Total	Manaus e Itacoatiara		Belém		Toros		Serrados	
		Vol. m ³	%	Vol. m ³	%	Vol. m ³	%	Vol. m ³	%
1947	3.997	3.977	100	0	0	13	0.3	3.918	98 ³
1948	3.564	3.484	98	80	2	173	5	3.391	95
1949 ¹	6.978	-	-	-	-	148	2	6.830	98
1950	8.832	8.735	99	97	1	1.272	14	7.560	86
1951-55 ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1956	207	207	100	0	0	0	0	207	100
1957	115	105	91	10	9	10	9	105	91
1958	2.360	0	0	2.360	100	2.360	100	0	0
1959	1.729	14	1	1.708	99	1.692	98	37	2
1960	3.946	273	7	3.673	93	1.747	44	2.199	56
Total	31.728	16.815	-	7.928	-	7.415	-	24.247	-

Fonte: Anuário Brasileiro de Economia Florestal. INP. Rio de Janeiro, 2(2): 568, 1949.

_____. 4(4): 24, 1951.

_____. 10(10): 24, 1958.

_____. 13(13): 25, 1961.

1 - As estatísticas deste ano não estão discriminadas por portos, apenas por produto.

2 - Não há dados disponíveis para esse período.

3 - 1,7% não foi especificado quanto ao tipo de produto.

TABELA 5 - AMAZÔNIA - EXPORTAÇÃO DE MADEIRA DE LEI SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, E TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ NOS ANOS DE 1947, 1948, 1950, 1956, 1957 e 1959

PROCEDÊNCIA	1 9 4 7				1 9 4 8				1 9 5 0			
	Quantidade		Valor FOB		Quantidade		Valor FOB		Quantidade		Valor FOB	
	m ³	%	Cr\$	%	m ³	%	Cr\$	%	m ³	%	Cr\$	%
PARÁ	24.950	74.05	14.957.215	61.04	17.337	63.42	10.250.930	45.56	11.485	42.38	7.391.395	34.42
AMAZONAS ¹	8.741	25.94	9.545.298	38.95	9.996	36.56	12.246.492	54.44	15.609	57.60	16.135.587	65.58
AMAPÁ ²	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
T O T A L	33.691	100	24.502.216	100	27.333	100	22.497.422	100	27.094	100	23.526.982	100

PROCEDÊNCIA	1 9 5 6				1 9 5 7				1 9 5 9			
	Quantidade		Valor FOB		Quantidade		Valor FOB		Quantidade		Valor FOB	
	m ³	%	Cr\$	%	m ³	%	Cr\$	%	m ³	%	Cr\$	%
PARÁ	44.260	97.67	54.334.939	97.74	43.534	95.95	51.014.895	94.92	18.880	92.77	56.496.531	93.04
AMAZONAS ¹	1.054	2.33	1.256.773	2.26	1.434	3.15	3.173.270	4.04	286	1.40	1.670.300	2.75
AMAPÁ ²	—	—	—	—	450	0.99	553.765	1.03	1.185	5.82	2.551.050	4.20
T O T A L	45.314	100	55.591.712	100	45.418	100	53.741.930	100	20.351	100	60.717.881	100

Fonte: Anuário Brasileiro de Economia Florestal. INP, Rio de Janeiro, 2(2): 568, 1949

4(4): 24, 1951

10(10): 24, 1958

13(13): 25, 1961

1 - Inclui o porto de Itacoatiara, com exceção para o ano de 1947, quando não há registro de embarque. Vale salientar que para as demais unidades

os registros foram feitos pelos portos de Belém e Macapá, somente, o que indica que para essas unidades os dados estão subestimados.

2 - Só há registro de embarque pelo porto de Macapá no ano de 1957.

TABELA 6 – AMAZÔNIA – PRODUÇÃO DE MADEIRA POR GRAU DE BENEFICIAMENTO, NOS ANOS DE 1947, 1948 E 1950.

Resumo total da produção	1947		1948		1950		1947/1950			
	Quant. (m³)	Valor (Cr\$)	Quant. (m³)	Valor (Cr\$)	Quant. (m³)	Valor (Cr\$)	Volume (m³)	%	Valor (Cr\$)	%
Toros	9.381	5.511	10.171	4.993.787	8.874	5.404.929	28.426	32.39	15.910.461	22.82
Serrados	10.859	11.235.450	11.234	12.922.349	14.913	14.881.376	37.006	42.16	39.039.175	56.00
Não esp. por grau de beneficiamento	6.024	5.007.711	3.599	3.629.584	2.924	2.432.013	12.547	14.29	11.069.308	15.88
Dormentes	7.414	2.740.513	2.322	926.415	45	14.976	9.781	11.14	3.681.904	5.28
Total	33.678	24.495.419	27.326	22.472.135	26.756	22.733.294	87.760	100	69.700.848	100

Fonte: Anuário Brasileiro de Economia Florestal, INP, Rio de Janeiro, 2 (2), 1941.

TABELA 7 - AMAZÔNIA - EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS PARA O EXTERIOR POR PRODUTO, SEGUNDO OS PORTOS DE BELÉM, MANAUS E MACAPÁ NOS ANOS DE 1956, 1958 E 1959.

Produto	1956				1958				1959				1956 - 1958 - 1959			
	Quantidade		Valor (FOB)		Quantidade		Valor (FOB)		Quantidade		Valor (FOB)		Quantidade		Valor (FOB)	
	Kg	%	US\$	%	Kg	%	US\$	%	Kg	%	US\$	%	Kg	%	US\$	%
EXTRATIV																
O	15.997.74	32.9	485.680	43.7	12.441.26	78.9	370.75	80.6	15.220.11	78.5	429.35	73.2	43.659.12	52.3	1.285.79	59.6
Toros	9	2	554.868	6	7	9	5	5	1	9	5	5	7	1	0	5
Dormentes ¹				50.0	2.373.033	15.0	46.778	10.1	—	—	—	—	33.320.30	39.9	601.646	27.9
				0		6		7					3	2		1
Sub-Total	46.945.01		1.040.54		14.814.30	94.0	417.53	90.8	15.220.11	78.5	429.35	73.2	76.979.43	92.2	1.887.43	87.5
	9		8		0	5	3	2	1	9	5	5	0	3	6	6
FABRIL																
Serrados	1.644.460	3.38	69.137		734.752	4.66	32.404	7.04	1.861.914	9.73	67.815	11.5	4.241.126	5.08	169.356	7.85
Laminados ²	—	—	—	—	200.440	1.27	9.741	2.11	2.029.186	1.64	88.930	7	2.229.626	2.67	98.671	4.57
												15.1				
												7				
Sub-Total	1.644.460	3.38	69.137	6.23	935.192	5.93	42.145	9.15	3.891.100	20.3	156.74	20.7	6.460.742	7.74	266.527	12.3
										4	5	4				6
TOTAL	48.589.47	100	1.109.68	100	15.749.49	100	459.67	100	19.121.11	100	586.11	100	83.460.33	100	2.155.47	100
	9		5		2		8		1		1		3		4	

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Comércio Exterior do Brasil por mercadorias segundo os portos.

Rio de Janeiro, 1957.

_____. Rio de Janeiro, 1959.

_____. Rio de Janeiro, 1960.

NOTAS: 1- Não há registro de exportação de dormentes para o ano de 1959.

2- Não havia produção de laminado na Amazônia até o ano de 1958.

QUADRO I
EXTRAÇÃO DE UCUÚBA (VIROLA SURINAMENSIS)
E OUTRAS ESPÉCIES DO MESMO GÊNERO NA VÁRZEA DO RIO PRETO
DISTRIBUIÇÃO DOS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS POR ETAPA DO PROCESSO DE TRABALHO

ETAPAS	PASSADO	PRESENTE	FINALIDADE/UTILIDADE
1. DERRUBADA			
1.1 <u>Exploração de Madeira</u> Identificação das árvores na área explorada e limpeza do local.	Machado e terçado	Machado e terçado	
1.2 <u>Abate</u> Envolve o corte, desgalhamento da árvore, medição e seccionamento do tronco em toras.	Machado e Terçado	Machado e Terçado	
a) Medição do tronco (comprimento e circunferência)	Tala de buniti ou buçú, cipó	Tala de buniti; buçú, trena	As talas das palmeiras buniti (<i>Mauritia flexuosa</i>) e buçú (<i>Manicaria saccifera</i>) são cortadas de acordo com o comprimento padronizado da tora; essa medida é feita com base no sistema métrico impresso manualmente no cabo do machado. A finalidade é calcular o volume ou cubagem das toras.
b) Seccionamento do Tronco em Toras	Machado	Machado	
2. "COLOCAÇÃO" OU ARRASTE DAS TORAS			
2.1 <u>Abertura do Rego</u> Canal artificial	Terçado e Machado	Terçado e Machado	Possibilita transportar a tora do centro da mata até a beira do igarapé. O machado é o principal instrumento e serve para extrair raízes e tocos de árvores anteriormente abatidas, touceiras de açaí e outras palmeiras
2.2 <u>Preparação da Estiva</u> Derubada de açaizeiro para fazer a ponte; o descascamento da tora em um dos lados; preparação do "chanfre" em uma das extremidades da tora e o arraste até o rego.	Machado	Machado	A estiva é feita para viabilizar o arraste das toras de local seco e acidentado até o rego; é uma espécie de ponte rasteira ao solo.
a) Derrubada de açaizeiros	Machado	Machado	O "olho do machado" é usado para fazer com que a casca da árvore fique mais solta, quando então o machado é usado com sua finalidade própria (uso da lâmina); tanto o descascamento de um dos lados da tora como o "chanfre" (afinamento de uma de suas extremidades) são feitos com a finalidade de facilitar o seu deslizamento.
b) Descascamento e Chanfre	Machado	Machado (olho e lâmina)	

(Continua)

QUADRO I
EXTRAÇÃO DE UCUÚBA (VIOLA SURINAMENSIS)
E OUTRAS ESPÉCIES DO MESMO GÊNERO NA VÁRZEA DO RIO PRETO
DISTRIBUIÇÃO DOS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS POR ETAPA DO PROCESSO DE TRABALHO

(continuação)

ETAPAS	PASSADO	PRESENTE	FINALIDADE/UTILIDADE
2.3 <u>Transporte ou Arraste</u>	Machado	Machado (olho e lâmina)	Aqui o machado é usado para permitir aos trabalhadores arrastar as toras na estiva. A lâmina no machado é enterrada no centro da tora em sentido longitudinal e assim os trabalhadores podem puxar para frente.
a) Tapagem do Igarapé	Varas de pau	Varas de pau	É uma espécie de barragem para impedir que as toras soltas possam ser arrastadas pelas águas.
b) Amarração e Reboque das Toras	Cipó	Cipó e machado	Agrupar em pequenas jangadas as toras de madeira para facilitar seu transporte do igarapé até a beira do rio.
3. PREPARAÇÃO DE JANGADA	Cipó; “olho do machado”; terçado; açazeiro (suporte)	Cabo de aço; pinos de aço; marreta; olho de machado” e tábuas de madeira	A finalidade é agrupar todas pequenas jangadas em uma só, para proceder a venda.
4. ESTOQUE DE JANGADA	Vara de pau; cipó	Vara de pau; corda de nylon	A vara de pau se constitui aqui o principal instrumento utilizado para rebocar a jangada de um lado para outro do rio, onde ela fica estacionada até a vinda do comprador.

Fonte: Pesquisa de Campo, município de Breves, maio de 1986.



**Extração de virola na várzea do rio Preto.
Fotos Patrick Pardini, maio de 1986. Vide Quadro I.**

- 1 – abate da árvore
- 2 – medição do comprimento do tronco
- 3 – descascamento do tronco
- 4 – arraste do tronco pela estiva
- 5 e 6 – abertura do rego
- 7 – transporte das toras pelo igarapé
- 8 e 9 – amarração da jangada, no rio, com pinos e cabos de aço
- 10 e 11 – a jangada pronta
- 12 – o transporte da jangada pelo rio, puxada por um barco até a fábrica ou serraria



1



2



3



4



5



6

7



8



9



10



11



12

